

Wagner Souza dos Santos

**INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO PRÊMIO RESPONSABILIDADE
SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE
DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Departamento de Informática e Estatística, do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Sá Freire

Coorientadora: Profa. Dra. Liane Nanci Rotta

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SANTOS, WAGNER SOUZA DOS
INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO PRÊMIO RESPONSABILIDADE
SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO
SUL / WAGNER SOUZA DOS SANTOS ; orientadora,
PATRICIA DE SÁ FREIRE , coorientadora, LIANE NANCI
ROTTA , 2018.
172 p.

Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e
Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Métodos e Gestão em Avaliação. 2.
Responsabilidade Social Universitária. 3. Ensino
Superior. 4. Indicadores de Responsabilidade Social
Universitária. I. , PATRICIA DE SÁ FREIRE. II. ,
LIANE NANCI ROTTA. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Métodos
e Gestão em Avaliação. IV. Título.

Wagner Souza dos Santos

**INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO PRÊMIO RESPONSABILIDADE
SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE
DO SUL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Departamento de Informática e Estatística do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de setembro de 2018.

Prof. Dr. Renato Cislaghi
Coordenador do Programa

Profa. Dra. Liane Nanci Rotta
Coorientadora
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patricia de Sá Freire
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Simone Loureiro Brum Imperatore
Universidade Luterana do Brasil, campus Canoas

Profa. Dra. Lucia Helena Martins Pacheco
Universidade Federal de Santa Catarina

A Deus, força maior em minha vida,
fonte de amor, ponto de partida e de
chegada.

A todos os meus Professores, desde a
infância até este Mestrado, por me
terem feito sentir importante e
cuidado, por terem compartilhado
comigo um pouco do que se tornaram
por meio da Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu tivesse saúde, equilíbrio e perseverança nos momentos mais difíceis e pelo apoio de minha mãe, Olga e de minha irmã, Valquiria. Alegro-me todos os dias por podermos compartilhar nosso caminhar, nosso viver.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Patrícia de Sá Freire, por ter me acolhido e incentivado desde nosso primeiro contato. Sua dedicação, experiência e generosidade em compartilhar conhecimentos foram fundamentais. Exemplo de firmeza na condução dessa orientação, profissionalismo e carinho de Professora, que me marcam para sempre, dos quais quero me apropriar para guiar minha vida pessoal e profissional; exemplo que me impulsiona a acreditar na continuidade de minha formação acadêmica.

Um agradecimento igualmente especial para minha co-orientadora, Profa. Dra. Liane Nanci Rotta, a quem tive oportunidade de conhecer já atuando no tema de interesse dessa pesquisa, com muita experiência e sólidos conhecimentos. Sua paciência, orientação precisa e incentivos constantes foram decisivos para direcionar esse trabalho aos seus objetivos.

Aos membros da banca examinadora por sua disponibilidade em aceitar o convite para a avaliação desta dissertação, o meu muito obrigado, por suas contribuições e visões que ampliaram o horizonte de investigação para esta pesquisa e para estudos futuros.

A realização deste trabalho contou com a essencial acolhida da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que recebe meu respeitoso agradecimento pela autorização e colaboração na disponibilidade de dados de interesse de pesquisa, dos quais uma parte significativa está devidamente publicada no *site* institucional do parlamento gaúcho, de forma organizada e transparente.

Sou muito grato a minha família, pelas orações e pelo afeto que aprendemos a praticar com os Avós. Se junta a esse laço de proximidade, minha gratidão ao amigo Felipe e sua família, pessoas a quem pedi e que sei que guardaram espaço em suas orações a meu favor durante esse período.

Também sou grato pelas amigas que fiz na Diretoria Regional de Ensino de São Carlos, profissionais que *respiram* e *transpiram* Educação, que me motivaram por seu profissionalismo e por já terem passado por essa etapa de qualificação em suas vidas acadêmicas.

Com carinho, agradeço as pessoas com quem convivo quase que diariamente e que me *suportaram* do início ao final desta etapa: Patrícia,

Meire, Eliana, Thaís e Fernando, que conseguiram me motivar em momentos negativos, com suas ajudas, conversas e abraços. Foram igualmente importantes as boas palavras e abraços que recebi de outras pessoas por mim muito queridas, como Magaly, Sandra e Simone; Taís, Alessandra e Aline; Simone, Tainá e Evandro; Maria Sílvia e Claudia.

A cada um dos demais amigos na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de São Carlos, agradeço pelo convívio e incentivo. A essa instituição e aos gestores com quem trabalhei ao longo dessa década recém completada, sou grato por não ter havido obstáculos quanto à busca por ampliação de minha formação profissional.

Tem espaço para sempre em meu coração pessoas únicas que pude conhecer em Florianópolis. Por seus gestos especiais desde que os conheci, guardo comigo com amor Josemar, com seus alertas para que eu mantivesse meu foco; e a empatia com Fernanda, parceira de turma e de conversas importantes sobre nossa condição de trabalhadores-estudantes e sobre a vida acadêmica.

Meu agradecimento se estende à Coordenação e à Secretaria do PPGMGA, especialmente para Katiana, por toda sua atenção, agilidade e gentileza nos atendimentos.

Por fim, aos meus amigos de turma no Mestrado, com suas trajetórias de vida inspiradoras e com quem dividi as alegrias e a responsabilidade de ter me tornado um aluno de Pós-Graduação da UFSC, o meu muito obrigado pelo respeito, torcida, amizade e por todos os nossos incríveis momentos juntos!

Es tiempo de que las universidades se junten y apoyen mutuamente para aclarar al público sobre lo que es y lo que no es una “universidad”, y esto tiene que ver con crear un consenso alrededor de lo que debería ser una *universidad socialmente responsable*, porque se trata nada menos que de salvar la legitimidad de la actividad científica.(François Vallaeys, 2014)

RESUMO

As discussões contemporâneas sobre a relevância da educação superior para o enfrentamento de desafios nos campos político, econômico, ambiental e social têm avançado na direção de abordar políticas de gestão capazes de responder aos impactos inerentes a esse nível de ensino. O entendimento sobre como a temática da Responsabilidade Social Universitária (RSU) começa a evidenciar-se no cenário brasileiro, passa pela perspectiva da análise de fatos históricos, das transformações políticas e sociais e da atuação do Estado frente aos desafios diversos. Trata-se de um construto que tem sua origem em princípios vigentes no cenário das corporações, nos quais predominavam as visões econômica, legal e ética. Esse conceito consolidou-se por meio de construções teóricas adicionais, nas quais as partes interessadas nos resultados dessas organizações passaram a ser consideradas. Na América Latina a RSU passa a orientar-se em princípios que têm origem em experiências de anos anteriores e se fortalece por meio de esforços de diferentes teóricos. Para atribuir maior expressão às ações de responsabilidade social, por parte de organizações privadas ou públicas, emergem iniciativas como a publicação de certificações, leis e a instituição de premiações que procuram evidenciar para a sociedade o chamado “balanço social” das organizações. No Brasil, no ano de 2004, a responsabilidade social da instituição passa a figurar como uma das dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Entretanto, por meio de estudos publicados, percebe-se que há a necessidade de incorporação e de uma maior expressão das ações de Responsabilidade Social em Instituições de Ensino Superior (IES). Neste contexto, se apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais indicadores devem ser considerados por iniciativas que premiam as IES, com o intuito de atribuir uma maior expressão às ações de RSU realizadas por essas instituições? Assim, definiu-se como objetivo geral propor indicadores de RSU para o Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, à luz do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de natureza aplicada e exploratória, realizada por meio de estudo bibliográfico e documental, orientada pela estratégia de análise de conteúdo, com os aportes teóricos de Bardin (2011). Faz-se uma pesquisa das dezessete edições do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dirigida ao enquadramento dos indicadores atualmente utilizados aos identificados no IAIE/INEP e, finalmente, apresenta-se uma proposição de indicadores de RSU a serem considerados no processo de avaliação do prêmio.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Universitária. Ensino Superior. Indicadores de Responsabilidade Social Universitária.

ABSTRACT

Contemporary discussions on the relevance of higher education to face challenges in the political, economic, environmental and social fields have advanced towards an approaching management policies capable of responding to the impacts inherent to this level of education. The understanding of how the University Social Responsibility (USR) theme becomes manifest in the Brazilian scenario, involves the analysis of historical facts, political and social transformations, and the State's action in the face of those challenges. It is a construct that has its own inception in principles that exist in the corporate scenario, in which economic, legal and ethical views prevailed. This concept was consolidated through additional theoretical constructions, in which the stakeholders in the results of these organizations came to be considered. In Latin America the USR is based on principles that have their origin in experiences from previous years and is strengthened through the efforts of different theorists. Initiatives such as the publication of certifications, laws and the institution of awards that seek to show society the so-called "social balance" of organizations emerge to give a greater expression to the actions of social responsibility, by private or public organizations. The National System for the Evaluation of Higher Education (SINAES) established the institution of social responsibility in Brazil in 2004. However, through published studies, it is noticed that there is a need for incorporation and a greater expression about the actions of Social Responsibility in Higher Education Institutions (HEIs). According to this context, the following research question is presented: which indicators should be considered by initiatives that reward HEIs, in order to give a greater expression to the USR actions performed by these institutions? Thus, it was defined as a general objective to propose USR indicators for the Social Responsibility Award of the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul, in the light of the Instrument of Institutional External Evaluation (IAIE) of INEP, for the purposes of the Recruitment processes and Transformation of Academic Organization. This is qualitative research with an exploratory and applied nature, carried out through a bibliographical and documentary study, guided by the content analysis strategy, with the theoretical contributions of Bardin (2011). An inquiry of the seventeen editions of the Social Responsibility Award of the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul is conducted, aimed at framing indicators currently used for those identified in the IAIE/INEP and, finally, a proposal is presented for the RSU indicators to be considered in the award's evaluation process.

Keywords: University Social Responsibility. Higher Education. Indicators of University Social Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial de Carroll (1991).....	26
Figura 2 - Modelo das três dimensões de Schartz e Carroll	41
Figura 3 -Abordagem da RSE por escola de pensamento	42
Figura 4 - Os sete temas centrais da ISO 26000.....	46
Figura 5 - Integração da responsabilidade social por toda a organização	47
Figura 6 - Conceituação de RSU, sob a ótica da gestão de impactos universitários de Vallaey	53
Figura 7 - Comparação das dimensões da RSU em relação a seus princípios gerais	69
Figura 8 - Segmentos de organizações participantes do Prêmio RS-ALRS	88
Figura 9 - Indicadores quantitativos utilizados pelo PRS e respectivas fórmulas de cálculo	94
Figura 10 - Indicadores quantitativos utilizados pelo PRS e respectivos pesos atribuídos	95
Figura 11 - Síntese da vinculação do tema ao resultado apresentado pelo trabalho.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de RSE do Instituto Ethos, classificados por temas	48
Quadro 2 - Quantitativo de Indicadores Ethos, por sub-temas.....	49
Quadro 3 - Aspectos para um modelo de avaliação sobre ISUR.....	54
Quadro 4 - Algumas iniciativas, projetos e eventos internacionais sobre RSU.....	59
Quadro 5 - Indicadores de RS na versão atualizada do Instrumento de Avaliação Externa.....	73
Quadro 6 - Teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre RSU destacadas no processo de revisão da produção científica.....	79
Quadro 7 - Tipos de premiação e critérios de classificação para organizações participantes do Prêmio RS-ALRS.....	89
Quadro 8 - Cronologia do prêmio em quinze edições: eventos de origem, ajustes ou modificações realizadas.....	91
Quadro 9 - Dados quantitativos contextuais sobre ensino superior no Estado do Rio Grande do Sul.....	98
Quadro 10 - IES vencedoras do PRS, a partir de 2004, por tipo de organização acadêmica e categoria administrativa.....	99
Quadro 11 - Indicadores e contraindicadores no segmento Instituições de Ensino e respectivos pesos atribuídos.....	103
Quadro 12 - Indicadores quantitativos do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP.....	106
Quadro 13 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>GERAL</i>).....	108
Quadro 14 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>PÚBLICO INTERNO</i>).....	109
Quadro 15 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>COMUNIDADE</i>).....	110
Quadro 16 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>MEIO AMBIENTE</i>).....	110
Quadro 17 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>FORNECEDORES</i>).....	111
Quadro 18 - Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (<i>CLIENTES/CONSUMIDORES</i>).....	112
Quadro 19 - Proposição de indicadores quantitativos para o Balanço Social do PRS no segmento IES.....	116
Quadro 20 - Proposição de indicadores complementares para o Balanço Social do PRS no segmento IES.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALRS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
AUSJAL	<i>Asociación de Universidades Confiadas a la a Compañía de Jesús en América Latina</i>
CCE	Comissão da Comunidade Europeia
CERES	<i>Coallition for Enviromentally Responsible Economies</i>
CPA	Comissão Própria de Avaliação
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GUNI	<i>Global University Network for Innovation</i>
IAIE	Instrumento de Avaliação Institucional Externa
IES	Instituições de Ensino Superior
IESALC	<i>International Institute for Higher Education in Latin America and the Caribbean</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISO	<i>International Organization for Standartization</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ORSALC	<i>Observatorio Regional de Responsabilidad Social para América Latina Y el Caribe</i>
ORSIES	Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRS	Prêmio Responsabilidade Social
RS	Responsabilidade Social
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RST	Responsabilidade Social Territorial
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UCP	<i>Universidad Construye País</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSULA	União de Responsabilidade Social Universitária para Latinoamérica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	24
1.2. OBJETIVO	31
1.2.1. Objetivo geral	31
1.2.2. Objetivos específicos	31
1.3. JUSTIFICATIVA	32
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	36
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	39
2.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL	39
2.1.1. Responsabilidade Social Empresarial	40
2.1.2. Responsabilidade Social Universitária	50
2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	65
2.2.1. Responsabilidade Social Universitária no Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP	70
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	75
3.2. ETAPAS DA PESQUISA	75
3.2.1. Revisão de literatura e análise bibliométrica de artigos científicos	76
3.2.2. Pesquisa bibliográfica e documental	78
3.2.3. Análise de conteúdo	81
3.2.4. Validação de consistência	82
3.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	83
4. PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL	85
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA INICIATIVA	85
4.1.1. Quanto aos objetivos	86
4.1.2. Quanto aos requisitos gerais para participação	86
4.1.3. Quanto aos tipos de reconhecimento e temas abordados pelo PRS	88
4.1.4. Quanto às modificações realizadas no PRS desde sua criação	90
4.2. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES NO ÂMBITO DO PRS	93
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	97
5.1. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	97

5.2. ANÁLISE DOS INDICADORES DO PRÊMIO À LUZ DOS INDICADORES REFERIDOS NO IAIE/INEP	102
5.2.1. Quanto ao cálculo da Nota do Balanço Social	103
5.2.2. Quanto ao cálculo da Nota do Relatório de Responsabilidade Social	104
5.2.3. Enquadramento de indicadores do prêmio aos indicadores de RSU identificados no IAIE/INEP	105
6. PROPOSIÇÃO DE INDICADORES A SEREM CONSIDERADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	115
6.1.COMPOSIÇÃO DE INDICADORES QUANTITATIVOS PARA O PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	116
6.2.COMPOSIÇÃO DE INDICADORES COMPLEMENTARES AO BALANÇO SOCIAL PARA O PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	119
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A - BALANÇO SOCIAL PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO - 2017.....	147
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DO BALANÇO SOCIAL UTILIZADO PELO PRS 2017.....	150
APÊNDICE C - EXEMPLO DE CÁLCULO DA NOTA DE INDICADORES QUANTITATIVOS DO PRS - DADOS DE 2017, SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	157
APÊNDICE D - EXEMPLO DE CÁLCULO DA NOTA DE INDICADORES COMPLEMENTARES DO BALANÇO SOCIAL NO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL - DADOS DE 2017, SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	161
ANEXO I - BIBLIOMETRIA FEITA PELA REVISÃO DE LITERATURA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS EM 2015 E 2016 - INDEXADORES DA BASE SCOPUS.....	163
ANEXO II - RELAÇÃO NOMINAL DAS IES CERTIFICADAS PELO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EDIÇÕES DE 2008 A 2017: IES QUE RECEBERAM MEDALHA E IES VENCEDORAS DO TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL... 169	

1. INTRODUÇÃO

A agenda recente das discussões em âmbito mundial sobre educação e desenvolvimento humano tem apresentado alguns questionamentos sobre a pertinência social da educação superior. Tais questões são permeadas por temas importantes e que já têm sobre si algum amadurecimento, considerando-se estudos que vem sendo realizados (DEMO, 1985; DIAS SOBRINHO, 2005; GOERGEN, 2008) há algumas décadas e que acompanham a própria evolução social, a economia, os avanços e desafios tecnológicos, para que se progrida em direção a uma sociedade que seja sustentável em variadas dimensões (DEMO, 2001).

Um desses temas em destaque é a responsabilidade social, tomada sob uma abordagem de conceituação ampla e que seja aplicável para as realidades de organizações privadas, de organizações públicas e das organizações do chamado terceiro setor.

Esse destaque sobre a responsabilidade social tem se dado por meio de seu posicionamento como marco para instituições políticas internacionais, tendo como consequência algumas iniciativas, como a publicação do Livro Verde da Comissão Europeia (2001), intitulado “*Promoviendo un marco europeo para la responsabilidad social corporativa*”, com a pretensão de sinalizar bases para a formação de algumas diretrizes e uma política comum no continente europeu acerca do tema.

Também deve ser destacado o estabelecimento de redes de cooperação e a atuação de organizações a respeito do tema, como é o caso da UNESCO. Por meio de seu único instituto internacional voltado à educação superior, o *Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe* (IESALC), atua para implementar o programa que é aprovado na conferência geral da entidade, realizada a cada dois anos. Emergem, igualmente, outras redes de cooperação como, no ano de 2016, a União de Responsabilidade Social Universitária para Latinoamérica (URSULA).

Destaca-se, ainda, que na III Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada no mês de junho de 2018, em Córdoba, Argentina, o tema da responsabilidade social permeou importantes discussões acerca da Educação Superior. Tomando Córdoba 1918 como referência e considerando o contexto atual, a responsabilidade social apresenta-se para esse nível de ensino como um tema da atualidade.

Assim como ocorre com outros conceitos, a responsabilidade social pode abarcar significados múltiplos, a depender da área de interesse ou estudo. Mesmo não podendo ser adotada uma única definição, nota-se que essa conceituação acaba por convergir para aspectos voltados para o compromisso das empresas, conduta ética, relação com as partes interessadas (*stakeholders*), desenvolvimento sustentável e relação com o meio-ambiente (NEGLIA, 2015).

No âmbito da educação superior, mostra-se crescente o interesse de pesquisa acerca do tema da responsabilidade social, avançando para o trabalho de conceituação, da proposição de modelos e indicadores que permitam a implementação de metodologias de medição e avaliação. Autores como Vallayes (2006, 2008) defendem que alguns princípios inerentes à Responsabilidade Social Empresarial (RSE) são aplicáveis à Responsabilidade Social Universitária (RSU), com a ressalva de que sejam bem diferenciados da missão que cabe às Instituições de Ensino Superior (IES).

Neste capítulo, apresenta-se a contextualização, os objetivos e a justificativa do tema dessa dissertação. Em razão da caracterização da pesquisa, as delimitações do estudo serão apresentadas ao final do capítulo que trata dos procedimentos metodológicos.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

É possível notar atualmente nos meios de comunicação social, um crescimento das discussões sobre o papel individual e o papel coletivo dos seres humanos na vida em sociedade. Apresenta-se de modo crescente nesse enredo, a busca por um reposicionamento de valores para a equação entre direitos e deveres, partindo-se da concepção do que é individual até o que pode ser considerado coletivo, tudo permeado por aspectos sociológicos e econômicos de considerável complexidade (DURKHEIM, 1984; WEBER, 2001).

As situações de desigualdade atualmente presentes entre os povos e nações, sejam elas de caráter econômico, político ou social, fazem com que a noção sobre “responsabilidade” receba destacado enfoque em meio a temas contemporâneos, como, por exemplo, o avanço tecnológico e da ciência que possam contribuir com soluções que direcionem o mundo para a chamada “sustentabilidade”, em níveis idealizados a partir do contexto político-econômico-social dos vários países, regiões ou continentes.

A amplitude das discussões em torno da temática da Responsabilidade Social (RS), quando se incluem aspectos de ordem

ambiental, econômicas, sustentabilidade, dentre outros, pode ter sua origem também explicada a partir do próprio sentido da palavra responsabilidade, originária do latim *respondere* (LUIZ JUNIOR, 2005). Trata-se, portanto, da necessidade de dar uma resposta a algo.

Na visão de Ogien (1999) “responsabilidade” é a capacidade de tomar uma decisão sem que se recorra previamente a uma autoridade superior, ou ainda, “o fato de estar na origem de um dano e de suportar-lhe as consequências; obrigação de reparar um erro, de cumprir um encargo, de respeitar um compromisso” (OGIEN, 1999, p.77).

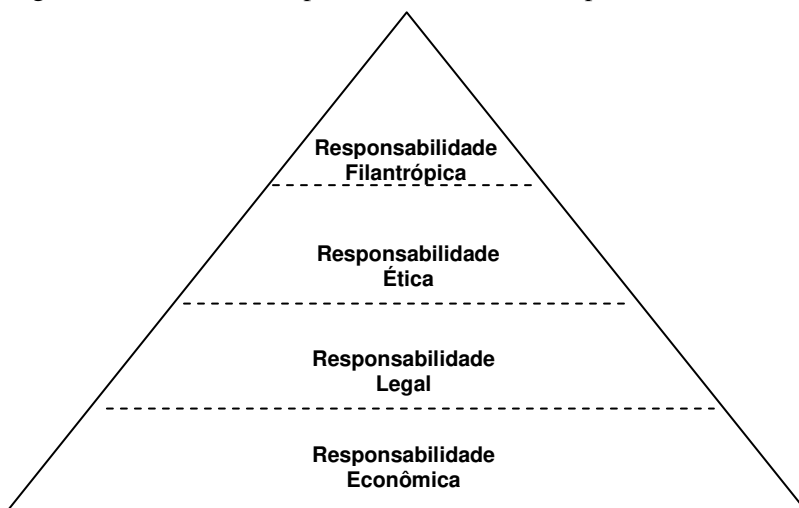
A gênese da intensificação na busca por uma conceituação mais precisa sobre RS remonta à década de 1950 quando, nos Estados Unidos, propaga-se uma visão centrada em aspectos puramente econômicos para uma empresa, ou seja, uma visão de que a organização deve atender às expectativas daqueles que detém suas ações (ASHLEY, 2003).

De acordo com Carroll (1979) o conceito de responsabilidade social já era discutido sob vários prismas, tendo sua abordagem realizada predominantemente sob a ótica econômica, legal e ética. A essa época os autores tratavam sobre teorias que buscavam avaliar o desempenho das corporações (ZENISEK, 1979).

Já na década de 1980 surge uma proposta feita por Freeman (1984) de conceituação sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE), amparado na relação entre as organizações e seus grupos de interesse, numa interligação de dependência mútua.

Carroll (1991) é o autor que novamente volta a destacar-se quando, buscando aperfeiçoar a teoria já trabalhada anteriormente, conceitua a Responsabilidade Social por meio da expressão das dimensões da Responsabilidade Social Empresarial: responsabilidade filantrópica, responsabilidade ética, responsabilidade legal e responsabilidade econômica. Nessa construção, o autor sinaliza, portanto, que a responsabilidade econômica constitui-se como base, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1- Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa de Carroll



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Carroll (1991)

Ao apresentar tais dimensões o autor coloca no topo da pirâmide a noção sobre as contribuições de ordem material, para melhoria das condições de vida da comunidade. Em seguida, aparece o conceito da resposta moral, ou seja, a obrigatoriedade de realizar o que é justo para a sociedade. Na faixa sub-intermediária da pirâmide está apresentada a questão da obediência às normas e leis e, finalmente, na base da pirâmide, a responsabilidade econômica que representa o lucro, a mensuração de valor e riqueza.

Avançando nos estudos sobre a temática da Responsabilidade Social, surgem nos anos 2000 dois novos modelos, propostos por Schwartz e Carroll. Em 2003, é proposto o modelo das três dimensões que considera as responsabilidades de modo sobreposto, com desdobramento em sete dimensões, oriundas da noção das seguintes responsabilidades: puramente ética, puramente legal e puramente econômica (SCHWARTZ e CARROLL, 2003).

Em 2008, os mesmos autores apresentam o modelo *Value, Balance and Accountability*, ou seja, em português traduz-se como Valor, Equilíbrio e Responsabilidade. Este modelo aborda a RSE a partir da perspectiva da gestão dos grupos de interesse, da sustentabilidade, da ética nos negócios e do conceito de cidadania corporativa – este último anteriormente já trabalhado por Carroll em 1991 (SCHWARTZ e CARROLL, 2008).

Entretanto, as conceituações advindas da RSE devem ser posicionadas de acordo com o segmento o setor social.

A partir de uma análise sob diferentes enfoques teóricos, Larrán-Jorge e Andrades-Peña (2015) afirmam que quando se trata de universidades as reflexões sobre responsabilidade social estão em seu início, ao contrário do cenário de estudos sobre responsabilidade social empresarial. Assim como outras instituições públicas, as universidades têm mostrado um menor nível de desenvolvimento desse conceito, alinhando-o às suas práticas institucionais.

Calderon, Gomes e Borges (2016), ao analisarem a produção científica sobre a responsabilidade social da educação superior, partindo-se das publicações de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no período de 1990 a 2011, afirmam que além de tratar-se de uma temática desafiadora, por seu caráter multidisciplinar, a responsabilidade social das universidades apenas ganha maior destaque no Brasil “na primeira década do século XXI, tendo como elemento desencadeador a aprovação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004” (CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016, p. 655).

No caso brasileiro, a chamada “Lei do SINAES” expressou-se em relação à Responsabilidade Social da Instituição, de modo especial, tratando da contribuição das instituições de educação superior “em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2004).

Na visão de Dupas (2005) há certo risco em tratar sobre a Responsabilidade Social Universitária considerando-se a ênfase no modelo da Responsabilidade Social Empresarial. De acordo com o autor, as universidades acabam por não validar o critério de medida social de sua utilidade – que parece estar cada vez mais ressonante em vários âmbitos da sociedade, tratado inclusive por organismos multilaterais. No entanto, Vallaeys (2008) afirma que alguns princípios da Responsabilidade Social Empresarial podem integrar-se à Responsabilidade Social Universitária, já que as universidades vêm sendo praticamente compelidas a responder às demandas do mercado, expressando de modo mais evidenciado sua missão institucional.

De acordo com Calderón (2005), as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil passaram a internalizar a Responsabilidade Social Empresarial de forma estratégica, ou seja, alinhando esse conceito às suas ações de *marketing*.

A definição de Responsabilidade Social Empresarial tomada nesse contexto é a apresentada pelo Instituto Ethos, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que se define com a “missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2013). Para o Ethos, portanto, a responsabilidade social empresarial é:

“a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”(INSTITUTO ETHOS, 2013).

Em relação a estudos direcionados para a avaliação sobre os efeitos de ações de Responsabilidade Social, registra-se que, ao longo dos anos, várias organizações têm se concentrado em publicar normas ou padrões, na tentativa de unificar critérios de avaliação. Isso por meio de instrumentos que buscam medir a responsabilidade social das empresas no que se refere ao âmbito econômico, social e em relação ao meio-ambiente (GUTIÉRREZ, 2015).

A primeira organização sem fins lucrativos a criar diretrizes para a elaboração de registros sobre ações de Responsabilidade Social foi a *Global Reporting Initiative* (GRI), no ano de 1997. Essa organização foi fundada pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Assim, a GRI passa a constituir-se como um processo internacional de longo prazo com a participação ativa de múltiplas partes interessadas, cuja missão é desenvolver e divulgar as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, aplicável internacionalmente (INSTITUTO ETHOS, 2002). A partir de 1999, inicia-se o processo de certificação dos registros de responsabilidade social apresentados por diversas organizações junto ao GRI, apresentações essas que passaram a ser embasadas por guias referenciais, periodicamente atualizados desde

sua versão inicial no ano 2000, até a versão mais atualizada (G4), publicada ao final de 2013 e que precisa ser seguida por todas as instituições que efetivarem registros a partir do ano de 2016 (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2015).

De acordo com Vallaeys (2006, 2008) os princípios da Responsabilidade Social Empresarial podem ser aplicados à Responsabilidade Social Universitária, desde que respeitadas a delimitação das atividades e da missão e cenários intrínsecos às universidades. É a partir de estudos realizados por este e por outros autores, que se percebe na revisão de literatura realizada para este trabalho que outros pesquisadores passam a identificar a possibilidade de elencar propostas conceituais sobre Responsabilidade Social Universitária e um respectivo conjunto de indicadores, aplicáveis à realidade desse segmento de organizações (NEGLIA, 2015).

Os dados de pesquisa indicam uma crescente preocupação da academia no registro e na expressão da Responsabilidade Social Universitária, com destaque em alguns países da Europa, como a Espanha, em estudos que procuram propor modelos de registro para qualificação dessa responsabilidade (GUTIERRÉZ, 2015).

Outros estudos procuram avançar no estabelecimento de propostas embasadas em critérios mais amplamente consolidados a partir das raízes históricas que perpassam o tema da responsabilidade social, ou seja, a realidade empresarial ou corporativa, alinhando-se com propostas trazidas por organismos internacionais como é o caso da *Global Reporting Initiative* (JIMÉNEZ, MARTINÉZ e LÓPEZ, 2016).

O Observatório de Responsabilidade Social para a América Latina e o Caribe (ORSALC) apresenta-se como o condutor na realização de uma série de fóruns regionais anuais sobre o tema desde o ano de 2013. Até 2017 foram realizados cinco fóruns de Responsabilidade Social Territorial (RST), eventos nos quais temas relativos à educação superior têm lugar de destaque.

Um exemplo de trabalho recentemente empreendido para a construção de novos modelos de responsabilidade social para as instituições universitárias é o surgimento da União de Responsabilidade Social para a Latinoamérica (URSULA), em 2016, autodeclarada para criar um grande movimento continental de Responsabilidade Social Universitária, que possa gerar “impactos nas políticas públicas de

educação superior, no formato e no destino das universidades, na pesquisa e inovação socialmente responsáveis, nas agências de avaliação e acreditação, na integração continental da educação superior”.¹

Avançando para temas que tratam da gestão dos impactos universitários, perpassados pelo aporte teórico originado na Responsabilidade Social Universitária, a rede URSULA tem como um de seus principais autores François Vallaeys, filósofo francês, residente no Peru há mais de duas décadas e a quem é atribuída a concepção do conceito na América Latina, bem como por prestar assessoria a organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outras instituições e observatórios que se debruçam sobre essa temática.

Em decorrência da junção de conhecimentos agregados por autores como Vallaeys, do aporte histórico e do movimento da União Européia na busca por uma abordagem contemporânea sobre responsabilidade social, insere-se, no âmbito da América Latina a figura do Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES). Originado ao final do ano de 2016, em Lisboa, Portugal, contou inicialmente com a adesão 28 instituições de ensino superior daquele país, tendo como um primeiro resultado de suas atividades a publicação de uma versão do “Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Ensino Superior” (ORSIES, 2018).

No Brasil, praticamente inexistem estudos por meio dos quais se consiga identificar com precisão a inserção da Responsabilidade Social como um tema contextualizado ao cenário da educação superior. As iniciativas são predominantemente voltadas para uma abordagem empresarial. Porém, a partir de 2004, com a instituição oficial do Sistema Nacional de Avaliação para a Educação Superior (SINAES), a “responsabilidade social da instituição” coloca-se como uma das dimensões a serem avaliadas.

No entanto, essa responsabilidade parece não constituir-se inicialmente como um conceito claro para as instituições brasileiras. Conseqüentemente, essas instituições (universidades, centros universitários ou faculdades; públicas ou privadas) parecem não saber

¹ União de Responsabilidade Social para a Latinoamérica (URSULA). Declaración Unión URSULA - Versão em Português. Disponível em: <<http://unionursula.org/declaracion-ursula/declaracion-ursula-portugue%CC%82s/>>

como iniciar o desenvolvimento dessa dimensão e tampouco avaliá-la. Uma das razões para isso pode residir na prioridade dada pelas instituições às avaliações baseadas em *rankings*, decorrentes de processos também oficiais e que estiveram em curso no país ao final do século XX, como o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como “Provão”. Em razão da forma como está composta a distribuição de matrículas, continuam a ter força no cenário da educação superior no Brasil, a visão de utilização de *rankings* como indutor de qualidade, por meio do estímulo da concorrência (CALDERÓN, POLTRONERI e BORGES, 2011).

Assim, percebe-se por meio de estudos publicados e utilizados como base teórica que fundamentam esse trabalho, que tem impulso nacional e internacionalmente no período de transição entre o século XX e o século XXI, a necessidade de incorporação e de uma maior expressão das ações de Responsabilidade Social em organizações privadas e, mesmo que de modo menos destacável, também em organizações públicas. Iniciativas tanto originadas em ambas esferas, procuram propor a adesão de organizações à temática da Responsabilidade Social, instituindo normas, certificações e prêmios, de modo que possa ficar cada vez mais evidenciado para a sociedade o chamado “balanço social” dessas organizações.

É em razão do contexto descrito que para esse trabalho se apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais indicadores devem ser considerados por iniciativas que premiam as Instituições de Ensino Superior, com o intuito de atribuir uma maior expressão às ações de Responsabilidade Social Universitária realizadas por essas instituições?

1.2. OBJETIVO

1.2.1. **Objetivo geral**

Propor indicadores de Responsabilidade Social Universitária a serem considerados na avaliação feita pelo Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, à luz do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica.

1.2.2. **Objetivos específicos**

- a) Identificar iniciativas internacionais sobre Responsabilidade Social Universitária, relacionando-as ao contexto brasileiro em que essa temática está inserida;
- b) Analisar a participação das Instituições de Ensino Superior nas edições do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- c) Analisar os indicadores de Responsabilidade Social Universitária do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, à luz do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica;
- d) Compreender a composição dos indicadores quantitativos de Responsabilidade Social Universitária do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; e,
- e) Compreender as questões para a composição dos indicadores complementares do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e os respectivos critérios fixados para avaliação dessas questões.

1.3. JUSTIFICATIVA

Em razão da atual relevância mundial a respeito das discussões sobre a Responsabilidade Social percebe-se que várias instituições e organismos multilaterais têm se posicionado de modo a tratar dessa temática colocando-a no centro das discussões, sob aspectos que estão para além de questões de ordem econômica.

O documento da UNESCO apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior, em Paris, no ano de 1998, intitulado “A educação superior no século XXI: visão e ação” já incluía a Responsabilidade Social dentre fatores que devam ser considerados quando se trata de educação superior. Nesse intervalo de quase duas décadas, percebe-se que avançam as discussões sobre Responsabilidade Social, associada ao crescimento da oferta da educação superior, em nível mundial e, por meio de ações mais regionalizadas, iniciativas voltadas para transformar os construtos teorizados em ações mais próximas à realidade social.

No caso da América Latina, um desses exemplos da atuação da UNESCO é a realização de fóruns, organizados pelo Instituto

Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC), avançando para a criação de observatórios regionais, como é o caso do Observatório Regional de Responsabilidade Social para a América Latina e o Caribe (ORSALC). A amplitude de discurso sobre Responsabilidade Social nesses âmbitos considera como basilar o papel atribuído à educação superior e às universidades de assumir a liderança social em matéria de criação de conhecimentos de alcance mundial, face aos desafios contemporâneos que vão desde a escassez de alimentos e água, até questões de saúde pública (UNESCO, 2009).

É neste contexto que se reforça para as universidades, desde o início do século XXI, o papel de instituições dotadas de um potencial transformador das realidades sociais em que estão inseridas e, assim, poderiam ser também elas um modelo de responsabilidade social com ações dirigidas aos seus públicos interno e externo.

A Comissão das Comunidades Europeias, colégio formado pelos comissários representantes de cada país que compõe o bloco, trata da promoção de um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas no chamado Livro Verde², fazendo constar que são “cada vez mais numerosas as empresas que reconhecem de forma gradualmente mais explícita a responsabilidade social que lhes cabe, considerando-a como parte da sua identidade” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001, p.4).

A partir da junção das teorias que fundamentam esse trabalho e que compõem os construtos da conceituação da Responsabilidade Social e da Responsabilidade Social Empresarial, chega-se à relação universidade-sociedade. De acordo com a afirmação de Dias Sobrinho “uma universidade não está fora, separada, mas está dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interatuações” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.164).

Os temas inerentes à essa relação da universidade com a sociedade parecem continuar em evidência a partir do que sinalizam alguns eventos de expressão internacional, como é o caso da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES – 2018), organizada pelo IESALC/UNESCO, cujos eixos temáticos abordam para a

²Versão do documento traduzida para a Língua Portuguesa, disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf>

educação superior na América Latina e Caribe, aspectos como a internacionalização e integração regional; o enfrentamento de desafios sociais; a diversidade cultural e interculturalidade; a pesquisa científica, tecnológica e inovação; o papel estratégico da educação superior para o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe (CRES, 2018).

Ao tratar do desafio de ordem ética e política no qual se inserem o Brasil e os demais países da América Latina que, em razão de suas fragilidades econômicas, acabam por situarem-se em relação à educação de modo desigual em relação às nações mais desenvolvidas, o mesmo autor reforça o caráter público da educação superior e considera que “essa função pública é a sua responsabilidade social” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.170).

Considerando a realidade da educação superior brasileira, a partir do que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Caixeta e Souza (2013) consideram que a responsabilidade social das instituições de ensino está ligada ao lócus em que essa formação ocorre, considerando-se a definição legal que a educação superior é responsável pela formação de profissionais comprometidos com o meio social no qual está inserida.

Apesar de ser possível notar a evolução da preocupação na realidade brasileira, por meio do avanço da oferta de educação superior, bem como dos valores incutidos na legislação nacional, nos regimentos e planos de desenvolvimento institucionais das instituições de ensino, é somente a partir do ano de 2004 que a Responsabilidade Social Universitária passa a ser abordada, como parte de um sistema nacional de avaliação, implantado pelo Estado, por força de lei.

Rosseto (2011) constatou que mesmo com a entrada em vigor da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, não foi possível tornar mais claro a que se refere a “responsabilidade social das instituições”. A autora argumenta que algumas interpretações podem colocar em contraponto visões sobre “responsabilidade social” e “compromisso social”. É nesse sentido que faz o alinhamento dessa legislação com os conceitos originados na noção da responsabilidade social das corporações que, por sua vez, pode encaminhar-se para um caminho de quantificação das atividades de extensão desenvolvidas pela universidade.

A Responsabilidade Social Universitária não se caracteriza apenas por um conjunto de ações voltadas para o público externo, muitas vezes operacionalizada por meio da extensão, no âmbito das universidades. Para Vallaeys (2014) ela não é extensão solidária, mas uma política de toda a universidade, por meio de sua administração central, do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse autor afirma que,

com certa facilidade, são confundidas iniciativas de projeção social solidária com iniciativas de Responsabilidade Social Universitária.

A respeito das limitações da compreensão em torno desse construto, Santos, Freire e Rotta (2017) comparam as dimensões da Responsabilidade Social Universitária, em seus princípios gerais, com duas experiências de universidades que se reuniram em redes de cooperação para avançar em seu compromisso para colocá-la em prática. O primeiro caso é o de um grupo de universidades chilenas, no processo denominado de “*Universidad Contruye País*” e, o segundo, o da “*Asociación de Universidades Confiadas a La Compañía de Jesus em América Latina*”. Por meio dessa comparação, os autores colocam em questão a abrangência desses princípios gerais no que se refere à expressão da Responsabilidade Social Universitária. Faz-se um questionamento no tocante à suficiência do que está previsto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior sobre “responsabilidade social da instituição” frente aos desafios de processos de avaliação e de gestão contemporâneos que vem sendo colocados para o ensino superior e, conseqüentemente, para todas as Instituições de Ensino Superior.

Em relação aos aspectos teóricos, a contribuição dessa pesquisa reside na revisão integrativa de estudos recentes sobre Responsabilidade Social Universitária, tomados como base para tentar elucidar a questão aqui proposta: quais indicadores devem ser considerados por iniciativas que premiam as Instituições de Ensino Superior, com o intuito de atribuir uma maior expressão às ações de Responsabilidade Social Universitária realizadas por essas instituições?

Utiliza-se o caso do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul, que foi a primeira iniciativa no Brasil³ direcionada para a difusão da Responsabilidade Social em todos os segmentos da sociedade, para atribuir reconhecimento público às ações realizadas por municípios, entidades governamentais e do terceiro setor, cooperativas, empresas e **instituições de ensino**.

Com uma série histórica de dezoito anos consecutivos, a análise de indicadores sobre RS no segmento “Instituições de Ensino Superior” é feita a partir dados da edição 2017 do prêmio.

³Prêmio de Responsabilidade Social : 15 edições. Porto Alegre. ALRS.

Considerando que as Instituições de Ensino Superior Brasileiras integram, por força de lei, um sistema nacional de avaliação que aponta como uma de suas dimensões a “responsabilidade social da instituição”⁴, este trabalho poderá também apresentar informações que sirvam como subsídio para estudos mais amplos sobre instrumentos, indicadores e formas de avaliar a Responsabilidade Social Universitária sob outras perspectivas, ou seja, não circunscrita a um processo oficial de avaliação, mas como ferramenta de gestão e transformação institucionais.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Para atender aos objetivos propostos, a presente dissertação está estruturada como apresentado a seguir.

No primeiro capítulo, a introdução do trabalho apresenta o contexto do estudo, o problema e a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a forma como foi estruturado.

A fundamentação teórica é apresentada no segundo capítulo, contendo o referencial relativo ao tema de interesse, com a apresentação de um breve histórico sobre a construção do conceito de responsabilidade social, suas origens e variações até derivar no tema principal abordado que é a Responsabilidade Social Universitária.

No terceiro capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos, classificando a presente pesquisa como qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de estudo bibliográfico e documental, que teve o aporte de dados obtidos junto ao Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dedicando-se essa pesquisa ao escopo de análise do segmento “Instituições de Ensino Superior”, justamente em razão do alinhamento com a temática tratada na revisão de literatura executada.

É no quarto capítulo, portanto, que este trabalho procura caracterizar essa premiação, a partir do rol de informações coletadas na etapa de pesquisa exploratória, destacando desde seus objetivos até os instrumentos e indicadores que são considerados.

⁴Lei nº 10.861, de 10/04/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cf. inciso III, artigo 3º.

O quinto capítulo apresenta as análises e interpretação de resultados a respeito dos indicadores sobre Responsabilidade Social Universitária no âmbito da premiação, à luz da versão atualizada do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica. A partir da análise da participação no segmento Instituições de Ensino Superior e por meio de algumas relações com o contexto de inserção do tema no Brasil, procura-se compreender os indicadores quantitativos e os indicadores complementares, bem como os critérios utilizados na avaliação das questões adotadas pelo prêmio.

A partir de tais análises e da compreensão a respeito dos indicadores, propõe-se, no sexto capítulo, a incorporação por parte do prêmio de indicadores específicos de Responsabilidade Social Universitária, direcionados ao segmento Instituições de Ensino Superior.

As considerações finais são apresentadas no sétimo capítulo, com o relato dos principais resultados, visando atender aos objetivos da pesquisa e responder a questão apresentada, além da indicação de sugestões para a realização de pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados os principais aportes teóricos sobre Responsabilidade Social (RS), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Responsabilidade Social Universitária (RSU). Constituem a base desta dissertação, ainda, a identificação de estudos internacionais, teorias e modelos sobre RSU, os respectivos instrumentos e indicadores utilizados para avaliação. Essa identificação do construto é relacionada ao contexto brasileiro e colabora para identificação sobre como se dá a inserção atual da temática para as instituições de ensino superior.

2.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O contexto histórico da concepção sobre responsabilidade social inclui a associação entre o papel das empresas e sua evolução ao longo do século XX e o implícito cumprimento de uma função social, refletida em aspectos de ordem política e socialmente estruturantes.

Partindo-se da discussão em torno do termo “responsabilidade” é possível constatar que aspectos da vida social como a economia, direitos humanos, questões de gênero, questões étnico-culturais e as questões ambientais de sustentabilidade e das relações de poder perpassam a noção sobre a responsabilidade individual e a responsabilidade coletiva das pessoas (ROSSETO, 2011).

A amplitude das discussões em torno da temática da RS, quando se incluem aspectos de ordem ambiental, econômica, sustentabilidade, dentre outros, pode ter sua origem também explicada a partir do próprio sentido da palavra responsabilidade, originária do latim *respondere* (LUIZ JUNIOR, 2005).

Numa visão de caráter mais filosófico, Ogien (1999) aborda a noção de responsabilidade como a capacidade de se tomar uma decisão de forma autônoma, ou seja, sem recorrer previamente a uma autoridade superior e, ainda, como uma obrigação de reparação de um erro, de cumprimento de algo a que se está encarregado, de respeito a um compromisso.

Para Neglia (2015), embora os termos “responsável”, “irresponsável” e “responsabilizar” sejam utilizados com frequência na linguagem usual, é justamente em razão desse uso comum o porquê do conceito de responsabilidade acabe tendo múltiplos significados e possa ser aplicado a situações muito diferentes.

A mesma autora considera que o conceito de RS tem sido pouco definido e, quando há uma definição esta se faz de um modo descritivo, em alusão ao conteúdo e convergindo para definições que não carregam em si a generalidade suficiente. Ressalta, no entanto, que mesmo neste cenário de falta de universalidade e permanência para o conceito, em geral, ele acaba direcionando-se para aspectos que tratam do compromisso das empresas, conduta ética, voluntariedade, contribuição ao desenvolvimento sustentável, relação com o meio-ambiente e com as partes interessadas.

Ao refutar a noção de que a responsabilidade oriunda de ação de um indivíduo, não tem sua origem restrita a um princípio ético, Rosseto afirma que “a responsabilidade, de cada indivíduo, se traduz em compromisso cidadão, que sustenta a identidade social” (ROSSETO, 2011, p. 70).

Remonta, no entanto, à década de 1950, a visão norte-americana centrada em aspectos de caráter predominantemente econômico para as organizações empresariais (ASHLEY, 2003), ao que, pouco tempo depois já figura na literatura uma visão antagonista, defendida por Friedman (1970) de incluir o tema no âmbito das empresas. Já nos anos 1980 o interesse sobre responsabilidade social no contexto das empresas cresce, passando a figurar na literatura em estudos que tratavam dos grupos de interesse ou *stakeholders* dessas organizações, com as quais relacionam-se em suas variadas responsabilidades (FREEMAN, 1984; CARROLL, 1991).

As transformações ocorridas ao longo do século passado nas relações estado-sociedade, considerando-se um cenário em que as empresas passam a articular-se para estar à altura de novos valores sociais, reforça a compreensão sobre as origens de conceituação da “Responsabilidade Social Empresarial” (SILVA, 2008). A exemplo de vários outros autores pesquisados, a variação do termo adotada nesse estudo será a de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

2.1.1. Responsabilidade Social Empresarial

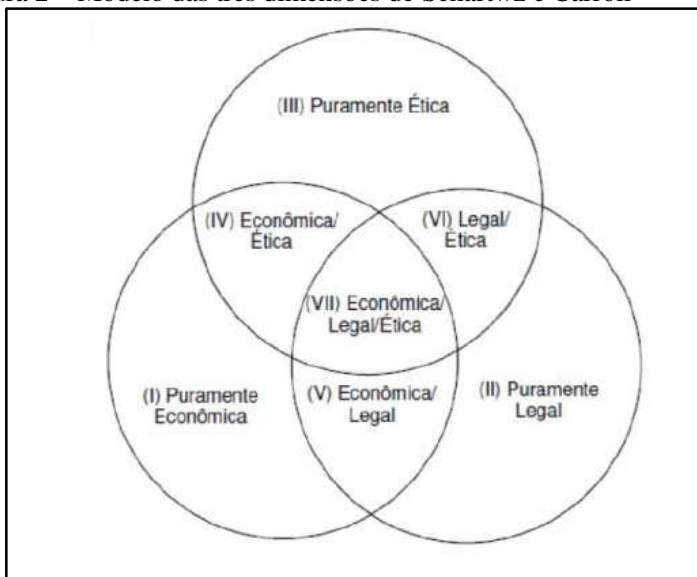
A gênese da intensificação na busca por uma conceituação mais precisa sobre RS remonta à década de 1950 quando, nos Estados Unidos, propaga-se uma visão centrada em aspectos puramente econômicos para uma empresa, ou seja, uma visão de que a organização deve atender às expectativas daqueles que detém suas ações (ASHLEY, 2003).

Esse momento tem origem, no entanto, na década de 1930, quando a RSE esteve vinculada com a noção sobre o papel dos administradores nas corporações, no sentido de considerar os interesses adicionais dos acionistas das empresas (DODD JR., 1932). Posteriormente, já nos anos de 1950, em uma conceituação mais ampla, de acordo com Boewn (1953), o conceito de RSE incluía a noção de obrigação dos homens de negócios em seguir orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação compatíveis com os fins da sociedade.

De acordo com Carroll (1979) o conceito de responsabilidade social já era discutido sob vários prismas, tendo sua abordagem realizada predominantemente sob a ótica econômica, legal e ética. A essa época os autores tratavam sobre teorias que buscavam avaliar o desempenho das corporações (ZENISEK, 1979).

O modelo da Pirâmide de Carroll, conforme apresentado na introdução deste trabalho (Figura 1), foi posteriormente substituído por um diagrama em que se constata uma diminuição da importância do aspecto econômico na responsabilidade exercida pelas organizações. Tal modelo foi nomeado como modelo das três dimensões, cuja representação é retratada na Figura 2.

Figura 2 – Modelo das três dimensões de Schartzwz e Carroll



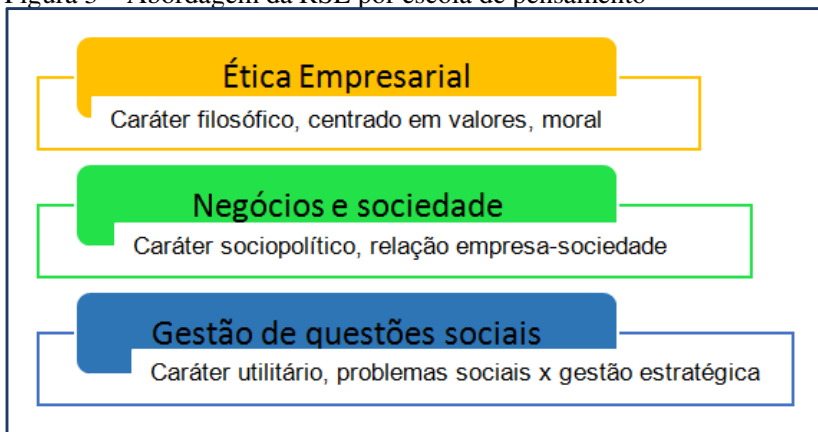
Fonte: Bastos (2017) *apud* Schartzwz e Carroll (2003, p. 509)

Nesse modelo, os autores Schartz e Carroll (2003) partem da sobreposição das dimensões anteriormente tratadas no esquema de pirâmide, desdobrando-as, então, em sete novas dimensões conforme pode-se abstrair a partir da figura: puramente ética, puramente legal, puramente econômica, econômico-ética, econômico-legal, legal-ética e econômico-legal-ética.

Esses mesmos autores avançam para um novo modelo, em 2008, denominado *VBA (Value, Balance and Accountability)*, traduz-se, em português, como Valor, Equilíbrio e Responsabilidade. Utilizam-se desses três conceitos para tratar do valor relacionado com a obrigação das empresas em gerar algum tipo de benefício à sociedade em razão de suas atividades; do equilíbrio, ligado ao balanceamento entre o ambiente natural em que a empresa se insere e as expectativas das partes interessadas (*stakeholders*); por fim, a responsabilidade, referindo-se a aspectos de transparência com que a organização lida com seus diferentes processos, amparados em princípios éticos e que expresse um grau de confiança em seu entorno (SCHARTWZ e CARROLL, 2008).

Ao apresentar e discutir a evolução das principais correntes teóricas direcionadas a conceituar RSE, o estudo de Kreilton (2004), identifica a composição da temática em três escolas teóricas: ética empresarial (*business ethics*), negócios e sociedade (*business and society*) e gestão de questões sociais (*social issues management*).

Figura 3 – Abordagem da RSE por escola de pensamento



Fonte: o autor, a partir de Kreilton (2004)

Ainda referenciando a autora, o esquema apresentado na Figura 3 reflete as identificadas escolas de pensamento e que integram o construto sobre RSE, destacando-se as abordagens de caráter **filosófico ou normativo**, que considera que as empresas estão sujeitas às mesmas regras e conceitos éticos que as pessoas devem seguir; a de caráter **sociopolítico** que destaca a noção de serviço da empresa para com a sociedade, a partir de uma perspectiva de que a empresa é uma instituição social; a de caráter **utilitário** que trata a responsabilidade social como uma questão estratégica, valendo-se da ética como “parte do negócio”, em alinhamento com teorias econômicas neoclássicas.

Outra teoria que é referenciada na revisão de literatura consiste na abordagem que foi consolidada a partir da década de 1980, principalmente pelo que Freeman (1984) nomeou como a Teoria dos *Stakeholders*. Essa teoria é embasada na abordagem que considera as empresas intrinsecamente relacionadas à sociedade (*Business & Society*). Esse autor define os *stakeholders* (em português, traduz-se como grupos de interesse ou partes interessadas), como os grupos ou indivíduos que se relacionam com a organização, ou seja, aqueles que podem afetar essa corporação e seus processos de tomada de decisão.

Outros estudos foram desdobrados a partir da teoria de Freeman, avançando para categorização dessas partes interessadas, como em Clarkson (1995), que dividiu em *stakeholders* primários e secundários, sendo os primários os colaboradores, consumidores, clientes, fornecedores, governo, comunidade, investidores e acionistas – os que acarretam impacto direto na organização; os *stakeholders* secundários são aqueles que não estão diretamente ligados às organizações, mas que, em tese, poderiam exercer alguma influência sobre essas – mídia, ONGs, sindicatos, instituições financeiras, dentre outros grupos com interesses específicos relacionados com a atividade fim de uma organização.

Schwartz e Carroll (2008) são exemplos de autores que também agregaram ao construto sobre RSE, acrescentando dimensões contidas na Teoria dos *Stakeholders*. Uma delas, com visão mais ampla, envolve os grupos que influenciam ou são influenciados pelas decisões tomadas por uma organização. A outra visão, de caráter mais restrito, trata dos grupos de interesse com os quais a organização se relaciona e que são essenciais para a manutenção de sua existência e desenvolvimento de suas atividades.

Com o crescente interesse pelo tema, em decorrência do desenvolvimento de novos estudos e da proposição da ampliação do construto em torno do conceito de RSE e com a integração de novas

teorias, percebe-se também que agências internacionais e organismos multilaterais passam a debater-se sobre o assunto. Uma das tentativas de contribuições acerca do aprimoramento do conceito que pode ser considerada é a do Banco Mundial, voltada para o direcionamento de governos de países em desenvolvimento, como estímulo às suas políticas públicas, definindo que:

“RSE é o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com o conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida, de maneiras que sejam boas para as empresas como para o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2002)

Dentre os documentos de relevância, destaca-se a publicação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado no ano 2000, sob o título “Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais”. Por meio da leitura de documentos oriundos desse segmento de organizações é possível notar a incorporação de variadas teorias e conceitos discutidos décadas atrás, trazendo essa noção de “responsabilidade” para o universo corporativo ou empresarial, avançando para a proposição de diretrizes para

encorajar as contribuições positivas que as empresas multinacionais podem dar para o progresso econômico, ambiental e social, e minimizar as dificuldades que possam decorrer das várias atividades destas empresas(OCDE, 2000, p. 7).

Tem destaque, por fim, a publicação do Livro Verde da Comissão Europeia (2001), intitulado “*Promoviendo un marco europeo para la responsabilidad social corporativa*”, com a pretensão de sinalizar bases para a formação de algumas diretrizes e uma política comum no continente europeu, e que evoca o reconhecimento, por parte das empresas, da responsabilidade social que lhes é cabida e que precisa estar intrinsecamente ligada à sua própria identidade.

Ainda internacionalmente, a partir de 2001, é cogitada a constituição de uma norma global de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), no âmbito do Comitê de Política de Consumidores

da *International Organization for Standardization (ISO)*. O processo de discussão em torno dessa norma, inicia-se, no entanto, a partir de 2005, no Brasil⁵ e conclui-se em 2010, com a publicação da norma ISO 26000.

Trata-se de um documento considerado importante por ter integrado dezenas de organizações com atuação em responsabilidade social, organizações internacionais e quase uma centena de países, num trabalho liderado pelo Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social.

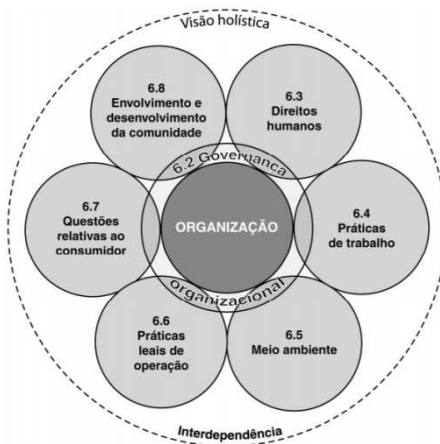
Os trabalhos realizados por esse grupo direcionaram a elaboração de uma norma baseada em sete princípios, conforme pode ser observado no esquema da Figura 4. Esses princípios são orientados em sete temas centrais:

- governança organizacional;
- direitos humanos;
- práticas de trabalho;
- meio ambiente;
- práticas leais de operação;
- questões relativas ao consumidor;
- envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

A orientação contida nessa norma é a de que “para cada tema central, convém que uma organização identifique e aborde todas as questões que sejam significativas ou relevantes para suas decisões e atividades” (ABNT, 2010, p. 20).

⁵Infográfico da Agenda de Reuniões da ISO 26000. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/conteudo/iso26000/agenda>>

Figura 4 – Os sete temas centrais da ISO 26000



Fonte: ABNT (2010, p. 21)

O conceito de RS trazido pela norma foi o seguinte:

A responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que (1) contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; (2) leve em consideração as expectativas das partes interessadas; (3) esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; (4) esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ABNT, 2010, p.4).

Outro aspecto de destaque a respeito dessa norma de caráter certificador, publicada pela ISO, pode ser apontado na seção que contém orientações sobre a integração da responsabilidade social sobre toda a organização. O esquema apresentado na Figura 5, a seguir, ilustra essa

relação em que as partes interessadas (*stakeholders*) conformam o espectro sobre a prática da RS nas organizações.

Figura 5 – Integração da responsabilidade social por toda a organização



Fonte: ABNT (2010, p. 72)

Expressões, termos e conceitos como “reconhecimento da responsabilidade social” (por parte da organização), “partes interessadas” (*stakeholders*), “desenvolvimento sustentável”, como visto no esquema contido na Figura 5, são trabalhados com abordagens teóricas semelhantes, por autores como Freeman (1984), Ashley (2003) e Vallayes (2014).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o ente responsável pela publicação da norma no Brasil, que está catalogada como ABNT NBR 26000:2010.

No Brasil, estudos apontam que tem impulso a organização do construto sobre RSE e sua aplicabilidade por meio do Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social. Esse instituto se caracteriza como uma OSCIP e foi criado no ano de 1998, com a missão de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2013). Além da própria definição de RSE já apresentada na parte introdutória deste trabalho, esse instituto

apresenta um modelo categorizado em seis temas e os aspectos inerentes a estes, apresentados por meio do Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Modelo de RSE do Instituto Ethos, classificados por temas

Tema	Aspectos inerentes
Valores, transparência e governança	Atuação ética, princípios, valores
Público interno	Realização pessoal, profissional, respeito
Meio ambiente	Respeito às normas ambientais e contribuições ao meio ambiente
Fornecedores	Parcerias, benefícios
Consumidores e clientes	Valor agregado, valor social
Comunidade, governo e sociedade	Legitimidade social

Fonte: o autor, a partir de Ethos (2013a).

O modelo apresentado refere-se a aspectos que o Instituto Ethos inclui no escopo da RSE, a partir de uma visão de que são os valores e princípios éticos que compõem a cultura organizacional, orientam como essa empresa deve proceder para estar alinhada com sua missão.

Essa compreensão atinge níveis relacionados com a noção sobre os benefícios que uma empresa deve promover para a sociedade, com questões relacionadas à realização pessoal e profissional de seus colaboradores, a formação de parcerias e benefícios com seus fornecedores, a preocupação com as questões de natureza ambiental, bem como uma atuação empresarial transparente e ética, que garantam uma legitimação social de sua existência e finalidade (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2008).

Para cada um dos temas classificados pelo instituto, construiu-se o desdobramento em indicadores formados por questões qualitativas e por questões do tipo binário, dando origem a um documento que tem por objetivo permitir à organização conhecer o seu estágio atual de gestão em relação à RSE.

O Quadro 2, a seguir, foi elaborado para quantificar os indicadores formalizados pelo Ethos, categorizados em subtemas. Faz-se a ressalva de que um dos temas apresentados anteriormente (Comunidade, Governo e Sociedade) foi desmembrado em dois temas na versão atualizada do documento publicado pelo Ethos, que ainda incluiu mais um tema nessa versão: liderança social, totalizando oito temas.

Quadro 2 – Quantidade de Indicadores Ethos, por subtemas

Tema	Sub-tema	Quantidade de Indicadores
Valores, transparência e governança	Auto-regulação da Conduta	3
	Relações transparentes com a sociedade	3
Público interno	Diálogo e participação	2
	Respeito ao indivíduo	6
	Trabalho decente	5
Meio ambiente	Responsabilidade com as gerações futuras	2
	Gerenciamento do impacto ambiental	3
Fornecedores	Seleção, avaliação e parceria com fornecedores	4
Consumidores e clientes	Dimensão social do consumo	3
Comunidade	Relações com a comunidade local	2
	Ação social	2
Governo e sociedade	Transparência política	3
Liderança social	Liderança social	2
Total de Indicadores		40

Fonte: o autor, a partir de INSTITUTO ETHOS (2013a)

A apresentação do quantitativo de indicadores categorizados em subtemas pelo Instituto Ethos⁶, colabora para a compreensão da complexidade em torno dos métodos e propostas apresentados historicamente na literatura e por meio dos organismos que publicam sobre responsabilidade social. Pode contribuir, finalmente, para demonstrar o volume de desdobramentos das discussões teóricas para esse construto.

⁶A versão detalhada dos indicadores adotados pelo Instituto Ethos está disponível no documento “Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial” referenciado neste trabalho.

Um olhar para esses indicadores permite alinhar algumas argumentações de autores que sustentam que os princípios da RSE podem aplicar-se à RSU, desde que feita a ressalva de observância das diferenças entre os princípios e a missão que cabe às universidades (VALLAYES, 2006).

De acordo com Dupas (2005) e Dias Sobrinho (2008) uma associação muito direta entre os princípios da RSE com a realidade universitária, uma vez que essa responsabilidade poderia ficar submetida a um critério com caráter utilitário, como já tratado em uma das escolas de pensamento (KREITLON, 2004) e que esse critério acaba por se distanciar da realidade e dos objetivos da universidade.

É no escopo das discussões sobre responsabilidade social que as instituições universitárias figuram como organizações promotoras da educação superior. Assim como em várias áreas do conhecimento, não é possível afirmar categoricamente que existe consenso na literatura sobre o papel da universidade perante a sociedade. Autores como Vallaeyes, De La Cruz e Sasía (2009) confirmam o sentido da responsabilidade que as universidades possuem, devendo ser responsivas às demandas da sociedade.

Nesse sentido, é que são apresentados a seguir as principais discussões e teorias entorno da RSU, na busca pela formulação de um conceito amplo e que considere os cenários de diversidade econômica, social e organizacional em que as instituições universitárias estão inseridas.

2.1.2. Responsabilidade Social Universitária

O desenvolvimento conceitual em torno da temática da responsabilidade social permitiu recentemente que um novo enfoque pudesse ser realizado, alcançando outras variantes de organizações, sendo aplicáveis, agora, a organismos internacionais, instituições governamentais e também às universidades (GAETE QUEZADA, 2008). Esse novo enfoque permite tratar de questões de caráter econômico, ambiental, social e das relações com a sociedade em que essas instituições estão inseridas (VALLAEYS, 2008).

Alguns questionamentos acerca do papel das instituições universitárias e da educação superior figuram cada vez com mais frequência no cenário internacional, intensificando-se regionalmente, a depender do cenário político, econômico e social. Para Boyle (2004) a definição do papel da universidade perante a sociedade não é um item em que haja consenso na teoria, envolvendo um emaranhado de

questionamentos sobre o propósito da educação superior e sobre qual deveria ser esse papel.

Esse mesmo autor coloca para a universidade e sua responsabilidade social duas perspectivas:

- a) Um **contrato social** que consiste na obrigação da instituição com a sociedade em uma relação de intercâmbio, que tem evoluído ao longo dos anos e que imprime uma dinâmica que abarca autonomia, investimento público e privado, retorno social, relevância do conhecimento, dentre outras nuances de difícil equalização e que se apresentam em constantes processos de mudanças; e,
- b) A **aprendizagem baseada em pesquisa** que conecta os mundos da academia (científica) e da sociedade com seus problemas mais reais e urgentes. Essa perspectiva inclui a noção de aprendizagem baseada em serviço, inculcida desde os currículos, como uma forma de responder os desafios impostos à universidade moderna e sua própria apatia em aprimorar essa relação universidade-comunidade.

Autores como Hollander e Meeropol (2006) trabalharam na perspectiva de identificação da evolução no conceito de RSU, observando que, a partir da metade dos anos 1980, os trabalhos estiveram direcionados a ações de voluntariado, empreendidas por parte de estudantes. Passando ao início da década de 1990, agrega-se o conceito de “Aprendizagem-Serviço” e, logo a seguir, mais para o final dessa década, começa-se a destacar a “Universidade Comprometida”, conceito que se expande no início dos anos 2000 no campus universitário.

Para Nongxa (2010), no entanto, essa referência a um compromisso da universidade deveria ser tratada conceitualmente como sua “Responsabilidade Social”.

São várias as tentativas de definição de RSU, sendo possível constatar que os autores referenciados neste trabalho, procuram sempre atribuir um caráter constitutivo ao delinear sua visão sobre o conceito. Um exemplo é a tentativa de definição dada por Neglia (2015), em sua tese de doutorado que tem como um dos objetivos de pesquisa a delimitação conceitual e teórica de RSU, além de propor um método sistêmico para avaliá-la. O conceito de RSU trazido pela autora é:

“Capacidade institucional para gerar e aplicar princípios e valores universais, por meio de quatro processos chaves: gestão, ensino, pesquisa, extensão, os quais estão orientados a melhorar a qualidade de vida da comunidade (interna e externa), minimizar os impactos perniciosos e otimizar os benefícios previstos da universidade” (NEGLIA, 2015, p. 90).

Um dos autores mais referenciados na literatura sobre RSU, François Vallaeys (2014), também aborda o tema aproximando o conceito a um caráter de política de gestão para as universidades, incluindo-se também os impactos organizacionais e acadêmicos desta. Esse autor considera que ao adotar a RSU nessa perspectiva, a universidade é impelida à “autocrítica institucional”, podendo valer-se de sua prática como uma ferramenta para afrontar o que nomeia como uma “crise do saber científico na sociedade em risco, bem como a decadência do ensino socialmente ancorado na era das multinacionais universitárias” (VALLAEYS, 2014, p. 105).

Ainda referenciando o autor, o enfoque dado na América Latina e em alguns países da Europa, como a Espanha, tem fortalecido o conceito de RSU, pois é uma evolução em relação ao conceito geral de RS tratado de forma normativa pela ISO 26000, além de não se tratar de aplicar sobre as universidades os mesmos princípios da RSE. Isso porque os impactos que a universidade deve realizar a gestão são inerentes às universidades e sua competência.

Vallaeys considera, ainda, que o construto sobre RSU no cenário norte-americano e europeu é mais restrito em relação ao que vem sendo desenvolvido na América Latina, pois, neste continente a concepção está baseada em uma tradição de missão social universitária que as instituições do norte e da Europa não atribuem tanta ênfase, com exceção da Espanha, país em que algumas iniciativas mais abrangentes têm sido empreendidas, alinhando-se à uma visão de seu próprio governo.

Assim, para esse autor, a conceituação de RSU é perpassada pelo aspecto de gestão de quatro impactos sobre os quais a universidade deve realizar a gestão, divididos em dois eixos, conforme apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Conceituação de RSU, sob a ótica da gestão de impactos universitários de Vallaeyes



Fonte: Vallaeyes (2014, p.107)

A definição de que a RSU é a gestão adequada (*justa*) e sustentável dos impactos universitários que aparece como subtítulo na figura apresentada, contempla a visão de que no eixo organizacional, as instituições têm de lidar com o diagnóstico, avaliação e proposição de medidas para corrigir desvios em aspectos que tratam do trabalho e da relação com o meio-ambiente, isso em relação a si mesma como instituição e na relação com seu “mundo externo”. No que diz respeito ao eixo acadêmico, a gestão dos impactos vai atingir aspectos que tratam da formação de seus estudantes, implícita a qualidade e pertinência dessa gestão, bem como aspectos que tratam do significado da educação e da pesquisa que é desenvolvida e direcionada.

O trabalho de Kiszner (2018) constitui-se com um dos estudos recentes que recorre ao pensamento teórico de Vallaeyes *et al.* (2018), tratando a RSU sob a ótica de um sistema de gestão integral e transversal. Essa autora conecta a RSU aos processos avaliativos e aborda o tema inserindo-o no contexto do SINAES, propondo em seu estudo adaptações de partes do processo de autoavaliação e indicadores

de RSU aos eixos nos quais se estrutura o sistema adotado oficialmente no Brasil.

Outros trabalhos recentes como o de Vélez (2016), partem da integração de conceitos sobre RSU, do discurso dos organismos internacionais que abordam a temática e no contexto da universidade espanhola para avançar na proposição de um modelo de avaliação da Inovação Social Universitária Responsável (ISUR). O objetivo desse modelo é a proposição de um instrumento que sirva às instituições universitárias para avaliação das mudanças experimentais internamente e, de modo particular, seu impacto social. Essa autora fundamenta essa proposta a partir de três aspectos ou dimensões que considera fundamentais, conforme apresentado no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Aspectos para um modelo de avaliação sobre ISUR

Aspecto – Dimensão	Descrição – Objetivos
Ideia de Globalidade	<p>Análise de fatores internos e <u>impactos externos</u> que tem por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o fomento da competência organizativa: avaliação de caráter formativo que permite avaliar e tomar decisões a respeito da ISUR no ensino, pesquisa, extensão e gestão; - a ênfase nos fatores externos para promoção de transformações sociais: coleta de informações quantitativas e qualitativas claras dos resultados que a inovação universitária tem na relação com seu entorno e em sua população, e seus <u>impactos</u> de longo prazo.
Valores sociais concretos	<p>Posicionamento institucional que permite unificar o compromisso ético desde a sociedade com os valores vislumbrados em sua missão e visão e que converge na cultura institucional. Elege prioritariamente e de forma clara, determinados âmbitos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sociais; - ecológicos ou ambientais; - defendidos por outros coletivos.

Visão de processo	<p>Refere-se ao desafio de análise dos <i>inputs</i> (investimentos), objetivos, processos, <i>outputs</i> (produtos), resultados e impactos, com o objetivo de fortalecer e fomentar as competências organizativas da própria universidade e contribuir para a transformação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - registro de dados e informações de forma sistêmica; - auto-avaliação institucional; - planejamento de futuro.
-------------------	--

Fonte: o autor, elaborado a partir de Vélez (2016)

A investigação feita pela autora, inserida no contexto europeu, tem como precedentes uma série de ações iniciadas por comissões e conferências que direcionaram foco para a promoção do continente por meio de uma economia baseada no conhecimento, com crescimento sustentável, coesão social e territorial. Esse é o foco de documentos e declarações feitas no âmbito do movimento “Estratégia Lisboa 2000”⁷; da “Comissão das Comunidades Europeias (2010)”⁸.

Às iniciativas na Espanha, mencionadas inclusive por Vallayes (2014), é possível acrescentar a posição do próprio estado Espanhol, por meio de seu Ministério da Educação ao propor a “*Estrategia Universidad 2015*” que sustenta que as universidades daquele país devem contribuir para a sustentabilidade social, econômica e do meio-ambiente, convocando-as a assumir a RSU como um sinal em sua identidade e tratando essa responsabilidade de maneira transversal em todo o seu fazer acadêmico.

Já no continente latino-americano, organismos como a UNESCO movimentam-se na direção das tratativas sobre a relação entre a ampliação do acesso, da qualidade e da relevância da educação superior, com vistas à promoção do desenvolvimento social.

Por meio de seu Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC), são referenciadas pela UNESCO

⁷Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa (Março de 2000): para uma Europa da inovação e do conhecimento.

⁸Europa 2020. Uma estratégia para o crescimento inteligente, sustentável e integrador. Bruxelas: Comissão Europeia.

várias experiências anteriores de países como o Chile com o “*Proyecto Universidad Construye País*”. Da atuação do IESALC no continente, o discurso sobre Responsabilidade Social Territorial (RST), o surgimento de observatórios como o Observatório Regional de Responsabilidade Social para a América Latina e o Caribe (ORSALC), bem como decorre uma série de fóruns regionais (IESALC, 2016).

Percebe-se, assim, que uma parte da revisão de literatura evidencia uma evolução conceitual sobre RSU, em paralelo com a realidade territorial, valendo-se da produção científica e de experiências anteriores realizadas pelas próprias instituições, por ações governamentais, pela atuação de organismos multilaterais e sofrendo a influência de aspectos sociais e econômicos vigentes nos locais em que as IES estão inseridas. Tudo isso, num cenário em que a educação superior avança trilhando variados caminhos, em direção ao cumprimento de uma missão social que vem sendo cada vez mais desafiada.

Para Gaete Quezada (2014), essa necessidade de melhor ajuste entre a expectativa presente na sociedade em relação à universidade e o que está sendo de fato realizado por estas instituições ficou demarcada de modo claro por meio da VII Conferência Mundial de Educação Superior, organizada pela UNESCO no ano de 1998⁹.

O conceito de “relevância da educação superior” contido no texto da declaração (artigo 6º) proferida nesta conferência mundial, alinha-se ao pensamento de outros autores como Vallaey, De La Cruz e Sasia (2009) que afirmam que a universidade participa na esfera pública, na construção da cidadania, contribui para o desenvolvimento de políticas públicas concretas e constitui uma parte interessada (*stakeholder*) poderosa no diálogo com a sociedade.

Mais de uma década depois, em 2009, também por iniciativa da UNESCO, no evento intitulado “*Conferência Mundial sobre Educação Superior: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social*”, um dos eixos contidos nas propostas apresentadas foi o da responsabilidade social da educação superior no mundo atual, com uma série de apontamentos e

⁹ Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998.

compromissos, na condição de recomendações e metas a serem atingidas, considerando-se que as

Instituições de ensino superior, através de suas funções principais (pesquisa, ensino e serviços comunitários) estabelecidas no contexto de autonomia institucional e liberdade acadêmica, devem aumentar o foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa. Isso contribuiria para o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem estar e a realização dos direitos humanos, incluindo a igualdade entre os sexos (UNESCO, 2009).

Essa visão sobre a função da universidade é reforçada pelo que Teixeira (1988) afirma, sob uma perspectiva da capacidade de formação e transformação humana que essas instituições em si carregam, pois, para ele:

“A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. [...] Não se trata de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem também os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana” (TEIXEIRA, 1988, p. 35).

Todo esse contexto observado por meio da atuação de organismos internacionais proferindo declarações, publicando documentos e estudos em que se questiona e se aponta caminhos para a relação “educação superior- universidade-sociedade” é perpassada, portanto, por processos históricos iniciados em décadas anteriores.

Alguns desses processos podem ser considerados como iniciativas de abordagem da RSU, internacional e regionalmente, incluindo-se ações empreendidas na América Latina, o que aproxima a discussão com o cenário das universidades brasileiras. Percebe-se, que o

tema ganha importância à medida que eventos internacionais e regionais são realizados (ORSALC, 2016) e há um chamamento promovido por organismos, observatórios e novas redes de articulação em torno da temática da responsabilidade social e ensino superior: URSULA (2016) e ORSIES (2017).

Algumas das principais iniciativas, projetos e eventos referentes às últimas décadas, associados a esse contexto e referidos na investigação feita para este trabalho são apresentadas na próxima seção.

2.1.2.1. Iniciativas referentes a RSU em nível internacional

As diferenças de contexto territorial, político, social e econômico em que as instituições de ensino estão inseridas permite compreender um pouco sobre como se dá o processo de incorporação do conceito de RSU em suas práticas.

Vallaey, De La Cruz e Sasia (2009) apontam diferenças consideráveis na forma de abordagem da RSU, uma vez que o contexto de desenvolvimento europeu prioriza questões menos prementes que na América Latina, por exemplo, constituída por países em que a concepção de sociedade é muito marcada por problemas sociais históricos, radicalmente distintos de nações mais desenvolvidas.

O estudo de Neglia (2015) está alinhado com a visão de Vallaey (2006), no que se refere às diferenças constatadas entre o discurso teórico, as experiências e iniciativas realizadas no continente europeu e as que tiveram impulso no território latino-americano.

Essa mesma autora apresenta de modo detalhado iniciativas e acordos internacionais que estão resumidas no Quadro 4 e que permitem visualizar, ao longo das últimas três décadas, como o construto sobre RSU foi evoluindo a partir da atuação das próprias instituições, da formação de redes de cooperação, da realização de eventos e da atuação de organismos multilaterais e outros atores.

Várias dessas iniciativas e acordos surgiram e continuam em curso na América Latina, encaminhando a fundamentação teórica até aqui apresentada para abordar o contexto das universidades brasileiras.

Foram agregados a esse quadro, outras iniciativas recentes e que congregam um grupo considerável de instituições, estudos e que avançam na direção da proposição de indicadores e métodos de avaliação de RSU.

Quadro 4 – Algumas iniciativas, projetos e eventos internacionais sobre RSU

Ano	Iniciativa	Descrição resumida e/ou Destaques Principais
1887 / 1963	<i>National Association of State Universities and Land-Grant Colleges</i> (NASULGC). Estados Unidos.	Associação voluntária composta por universidades públicas ou estatais, localizadas em todos os estados norte-americanos, que se funde em 1963 com a <i>National Association of State Universities</i> e agrega mais de duas centenas de instituições.
1985	Associação de Universidades Confiadas a Companhia de Jesus (AUSJAL), Roma, França.	Organismo voluntário, de caráter internacional, constituído na América Latina por dezenas de universidades de 14 países dessa região.
1990	Declaración de Talloires – França. Encontro mundial promovido pela Universidade de Tuft e pela Fundação Ford.	Colheu a posição das universidades em relação a seu compromisso social universitário diante dos desafios do século XXI.
1994	Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE). Espanha.	Associação sem fins lucrativos de âmbito estatal, formada por universidades públicas e privadas espanholas que se associam com fundamento em legislação existente naquele país desde 1964.
1996	Consórcio “ <i>Perú Promesa</i> ”. Peru	Organização civil sem fins lucrativos, formada por quatro universidades privadas do país, que evoca para sua atuação valores como o respeito pela dignidade da pessoa, liberdade de expressão, a verdade, a responsabilidade social e o compromisso com o desenvolvimento.
1998	Conferência Regional de Educação	Organizada pelo IESALC/UNESCO e pelo

	Superior. Colômbia	Ministério da Educação colombiano, demarca a educação superior como bem público e como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável e de cooperação interinstitucional e internacional como práticas de integração regional. Enfatiza a busca pela formação de um espaço comum para o Conhecimento e para a Educação Superior nos países que compõem a América Latina e o Caribe.
1999	Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI. Paris, França .	Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES), organizada pela UNESCO. Base a partir da qual a maior parte das iniciativas ou projetos que tratam de RSU orientam suas atividades.
1999	Global University Network for Innovation (GUNI) criada pela UNESCO, Universidade das Nações Unidas e a Universidade Politécnica da Cataluña, Espanha .	Rede global formada por mais uma centena de membros dos cinco continentes, dentre os quais participam especialistas em educação superior da UNESCO, instituições educativas e , institutos de pesquisa, comprometidos com os temas da inovação, qualidade e compromisso social da educação superior.
2001	Projeto “ <i>Universidad Construye País</i> ”. Chile .	Congregando pesquisadores, estudantes e autoridades universitárias, elabora uma proposta de RSU, o projeto implanta no país uma estratégia fundamentada em quatro etapas, que leva a proposição de um conjunto de indicadores sobre RSU para que cada uma das universidades participantes pudesse expandir sua responsabilidade

		social em relação à sua comunidade interna, seu entorno, o país e a sociedade em geral.
2002	Conselho Universitário Iberoamericano (CUIB). Colômbia	Conjunto de redes de universidades iberoamericanas, integrado pelas organizações em cada país que representam tais instituições e outros organismos sobre Educação Superior dos países que fazem parte da comunidade.
2003	Australian University Community Engagement (AUCE). Austrália.	Projeto voltado a promover um enfoque integrado da participação universitária na comunidade e no ensino superior, pela valorização das boas práticas de compromisso universitário naquele país.
2004	Organização dos Estados Americanos (OEA). Estados Unidos	Desenvolve um programa que oferece o curso virtual intitulado “ <i>Como ensinar ética, capital social e desenvolvimento na universidade. Estratégias de Responsabilidade Social Universitária</i> ”.
2006	Rede UNIVERSALE surgida a partir de um Encontro Internacional da Rede Universal sobre “Universidade e Responsabilidade Social na Iberoamérica, Ásia e Europa”. Santiago de Compostela, Espanha.	Emerge da reunião de representantes do Chile, México e da China. Constituída com a missão estratégica de impulsionar a cooperação entre as universidades da América Latina e Europa, por meio da troca de experiências e o desenvolvimento conjunto dos fundamentos metodológicos necessários para a definição de um modelo de Responsabilidade Social.
2009	Rede Iberoamericana de Compromisso Social e Voluntariado Universitário (REDIVU) México.	Se auto-intitula com a institucionalização do voluntariado universitário no território latino-americano para incidir nas políticas de inclusão social da região. Aborda o voluntariado universitário

		sob a ótica da “aprendizagem-serviço”.
2012	Criação do Observatório de Responsabilidade Social para a América Latina e o Caribe (ORSALC). Bogotá, Colômbia .	Vinculado ao IESALC/UNESCO, propõe-se a implementar o programa sobre educação superior que aprovado a cada dois anos na conferência geral da UNESCO. Do surgimento do ORSALC, decorre a realização dos seguintes fóruns anuais, intitulados como <i>Foro de Responsabilidad Social Territorial</i> : 2013 e 2014 (Assunção, Paraguai); 2015(Mérida, México); 2016 (Cartagena de Indias, Colômbia); 2017(Lima, Peru); e, 2018 (Cuenca, Equador).
2014	Lei Peruana que regula a criação, funcionamento, supervisão e fechamento das universidades. Lei nº 30220, de 03/07/2014. Peru .	Trata-se de uma iniciativa em que o Congresso Peruano define a RSU por meio de uma lei nacional, dedicando um capítulo intitulado como “Responsabilidade Social Universitária”. A lei contém a definição do que é RSU e dos meios de promoção da RSU. O termo “responsabilidade social” aparece dez vezes no texto.
2015 / 2016	Encontros do Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras (ORSUB). Porto Alegre/RS, Brasil .	Fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSA) e o IESALC/UNESCO, trata-se dos dois primeiros eventos internacionais sediados no país e aproximando as discussões territoriais feitas em outros países latino americanos. A segunda edição do evento, realizada em 2016, contou com a participação de representantes de 18 instituições de ensino, destas, 13 brasileiras.

2016	União de Responsabilidade Social Universitária para Latinoamérica (URSULA). Santiago, Chile.	Criada como um espaço de confluência de vários atores de desenvolvimento (organizações da sociedade civil, governos, organismos, empresas, etc.) em prol de uma discussão aprofundada sobre o papel da universidade e das diferentes estratégias e metodologias para concretizar os objetivos traçados. Se autoidentifica como um espaço propositivo que serve como caixa de ressonância de boas práticas e de modelos de gestão inovadores e sustentáveis.
2017	Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES). Lisboa, Portugal.	Rede colaborativa fundada por 30 instituições ¹⁰ membro daquele país, que tem como um de seus objetivos desenvolver indicadores de monitoramento e impacto em torno da responsabilidade, valorizando as dimensões qualitativa e quantitativa.
2018	Conferência Regional de Educação Superior (CRES). Córdoba, Argentina.	Em sua 3ª edição, o evento organizado pela UNESCO, continua a abordar temas inerentes e transversais às iniciativas e políticas de implantação e avaliação sobre RSU, como, por exemplo, “ <i>A pesquisa científica e tecnológica e a inovação como motor de desenvolvimento humano, social e econômico para América Latina e o Caribe</i> ”. ¹¹
2018	Congresso Internacional	Com o tema “Gestão e

¹⁰ ORSIES 2017. Disponível em: < <http://orsies.forum.pt/>>.

¹¹ CRES 2018. Disponível em: < <http://www.cres2018.org/ejes-tematicos>>.

	de Responsabilidade Social Universitária (CIRSU). Taquara/RS, Brasil .	conhecimento para a transformação da sociedade”, a primeira edição foi sediada por uma Instituição Comunitária de Educação Superior. Além da própria instituição sede, foram organizadores a URSULA, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), e a Universidad del Pacífico (Peru) por meio de seu Centro de Liderança, Ética e Responsabilidade Social. ¹²
--	---	--

Fonte: elaborado pelo autor (2018), a partir de NEGLIA (2015); IESALC (2016); URSULA (2016); ORSIES (2018); CRES (2018).

Por meio do panorama apresentado no quadro note-se que foram destacados os países em que tais iniciativas, projetos e eventos sobre RSU tiveram ou ainda tem suas sedes ou, ainda, referem-se ao local apenas de sua origem inicial. Como já foi afirmado neste trabalho, em referência a alguns autores, o principal marco que agrega um novo patamar às discussões sobre RSU é a conferência organizada pela UNESCO em 1998.

A análise de cenário permite também identificar o pioneirismo, dentre as iniciativas destacadas, de países do continente europeu como França e Espanha, no que se refere ao alinhamento de princípios com propostas que emergiram posteriormente e que influenciam no discurso de organismos internacionais e no cenário da América Latina.

É no território latino-americano, aliás, que tem destaque a iniciativa chilena, que data do ano de 2001, referenciada por vários autores (Fernández, Delpiano e De Ferari, 2006; Martí Nogueira e Martí-Villar 2013; Vallaey, 2014); por ter sido embasada em princípios e valores próximos ao que atualmente continua tendo destaque em artigos científicos e em declarações e documentos publicados por organismos e redes que trabalham a temática sob qualquer enfoque.

Um outro destaque dentre os países vizinhos ao Brasil pode ser dado ao caso peruano que, em 2014, por meio da Lei nº 30220, regula a

¹² CIRSU 2018. Faculdades Integradas de Taquara/RS. Disponível em: <<https://rsu.faccat.br/pt/html/sobre.html>>.

criação, funcionamento, supervisão e fechamento das universidades. Chama a atenção a quantidade de vezes (10 ocorrências) em que o termo “*responsabilidad social*” aparece na lei. Uma dessas menções à RS, no artigo 6º da lei, refere-se a um dos objetivos da universidade: “6.2 *Formar profesionales de alta calidad de manera integral y con pleno sentido de **responsabilidad social** de acuerdo a las necesidades del país*” (PERU, 2014, p. 7, grifo do autor).

No caso do Brasil, registra-se que, apenas a partir de 2015, o país recebe um primeiro evento, contando com a participação e apoio internacionais para oficializar a criação de um observatório, sediado por uma universidade pública do sistema federal de ensino.

Assim, já é passada mais de uma década desde o que pode ser considerado o primeiro registro formal por parte de um órgão governamental, que o tema da RSU se inseriu no contexto brasileiro, com a entrada em vigor da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior(SINAES), que menciona no inciso III de seu artigo 3º:

“a **responsabilidade social da instituição**, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (BRASIL, 2004), grifo do autor.

É esse o encaminhamento dado para a próxima seção deste trabalho, que trata de situar a abordagem da RSU no contexto do complexo sistema de avaliação institucional que é conduzido pelo Ministério da Educação.

Direciona-se como encaminhamento final para essa revisão de literatura, o enfoque ao instrumento de avaliação que o INEP aplica como parte desse processo, em alinhamento com a delimitação de escopo da pesquisa deste trabalho e para subsidiar a análise dos indicadores considerados no processo de avaliação do prêmio sobre responsabilidade social concedido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

O entendimento sobre como a temática da Responsabilidade Social Universitária (RSU) começa a evidenciar-se no cenário da educação superior no Brasil, passa pela perspectiva da análise de fatos históricos, das transformações políticas e sociais e da atuação do Estado frente aos desafios diversos.

Autores como Dias Sobrinho (2005), discorrem sobre os dilemas da educação superior, questionando os sentidos do conhecimento pautado por aspectos de ordem econômica. Tratando sobre responsabilidade social, esse autor chama a atenção de que a centralidade dessa dimensão para as IES está no “fazer da educação um fenômeno que eleva os interesses particulares em categorias de valor público, assim construindo as bases de uma cidadania pública” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.92).

De acordo com Silva (2008), a educação superior no Brasil nos anos de 1960 já contava com a atuação de empresas que mantinham um número não grande de instituições, que eram estabelecimentos privados, não-confessionais e não-universitários. Duas décadas depois, nos anos 80, as universidades eram apenas uma parte do conjunto de escolas de nível superior que não possuíam fins lucrativos, das instituições públicas e das caracterizadas como confessionais.

Nessa análise histórica e das transformações ocorridas no cenário educacional brasileiro, percebe-se, a partir dos anos 1980 que a atuação de organismos como a OCDE e a UNESCO, constitui-se como um fator adicional de indução para a ampliação do compromisso com a qualidade da educação superior, convergindo, posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, para a noção de políticas ou processos de avaliação, inclusive, previstos em lei.

O texto da Constituição Federal de 1988, no inciso VII, do artigo 206 trata da “garantia de um padrão de qualidade” para o ensino. Já o texto da LDB, em seu artigo 9º, incisos VIII e IX, deixa explícito que a União deverá:

- VIII – assegurar **processo nacional de avaliação** das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e **avaliar**, respectivamente, **os cursos das instituições** de educação superior e os

estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, 1996), grifos do autor.

Transcorrida quase uma década após a publicação na nova LDB, Ristoff (2004) escreve sobre os desafios a serem considerados e enfrentados para a implantação de um novo sistema de avaliação da educação superior. A implantação do SINAES foi precedida por outros mecanismos como o chamado “Provão”, Exame Nacional de Cursos e ainda pelo Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Os desafios mencionados por esse autor para a implantação efetiva do SINAES, foram os seguintes:

(1) o deslocamento do centro da avaliação de uma prova para um **conjunto diversificado de instrumentos**, (2) a integração dos instrumentos de avaliação e de informação dos processos avaliativos desenvolvidos por diferentes órgãos do Ministério da Educação e dos sistemas estaduais, (3) a valorização dos aspectos qualitativos e interpretativos nos processos e **instrumentos**, (4) a institucionalização de programas permanentes de capacitação de avaliadores, (5) a criação e consolidação da cultura da auto-avaliação nas Instituições de Ensino Superior, e (6) a implantação de processos de meta-avaliação.(RISTOFF, 2004, p. 179), grifos do autor.

Ainda em referência a esse autor, nota-se que a proposta do SINAES carrega em si a complexidade de tratar a avaliação como um instrumento (retro)alimentador de outros processos, valendo-se de instrumentos diversificados e com caráter permanente.

É em decorrência do SINAES que a “responsabilidade social da instituição”(artigo 3º, inciso III da Lei ° 10.861/2004), com o uma das dimensões desse novo sistema, permite alinhar o rol constitutivo sobre RSU no contexto brasileiro.

As reflexões de Nunes, Pereira e Pinho (2017) sobre a inclusão da dimensão RSU no SINAES e, de modo mais específico, no que se refere aos instrumentos de avaliação que as IES utilizam como parte do processo de avaliação interna e externa, corroboram com a visão de que essa abordagem da RSU dentro do sistema de avaliação oficial instituído

pelo Estado brasileiro, contribuem para a evolução das IES, de suas políticas institucionais e para a melhoria de seu desenvolvimento.

Para tentar ampliar, no entanto, a compreensão sobre as diferenças de abordagem da RSU pelo que está referenciado na literatura e em documentos institucionais, faz-se importante retomar um pouco o olhar sobre discussões e tendências sobre RS que estão em curso na América Latina e no Caribe e que dedicam foco à educação superior e às instituições que ofertam esse nível de ensino.

A atuação da UNESCO, por meio de seu IESALC, faz-se no sentido de articular as IES em torno de conceitos como o da Responsabilidade Social Territorial (RST), avançando para discutir tendências em torno desse tema no continente latino-americano.

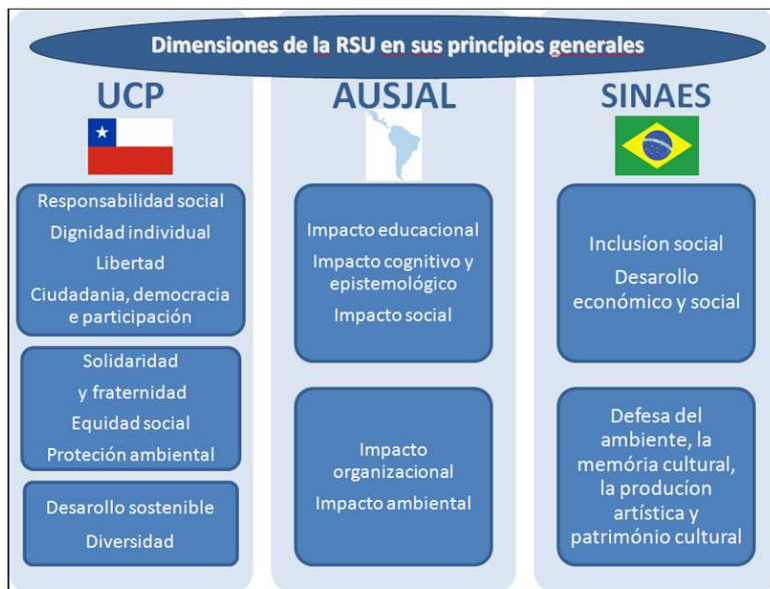
Por meio da divulgação de artigos e outros documentos (ORSALC, 2016) um observatório dedicado à temática faz uma leitura dos processos de gestão institucional dessa RST a partir dos “efeitos sistêmicos” decorrentes da instituição, em substituição, por exemplo, a abordagem da RSU feita por Vallaey (2014), ou seja, como uma política de gestão universitária para “responder aos impactos organizacionais”.

No contexto brasileiro, portanto, ao contrário da variedade de abordagens e tendências percebidas pelos trabalhos de autores e pela atuação de organismos na América Latina, a revisão de literatura não aponta um outro momento histórico em que, de modo estruturado e em termos conceituais, a RSU tenha recebido destaque semelhante ao momento da explícita menção contida com o advento do SINAES.

É nesse sentido de procurar compreender o contexto brasileiro que Santos e Freire (2017) apresentam uma comparação das dimensões sobre RSU expressas no SINAES com duas experiências comumente referenciadas no continente latino-americano: o Projeto “*Universidad Construye País*” (UCP) e *Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina* (AUSJAL).

Por meio da Figura 7, esses autores procuram identificar diferenças entre os princípios gerais contidos no SINAES e os princípios que nortearam as duas outras iniciativas e que lograram avanços em direção a tornar-se práticas de RSU também pautadas pela ótica da avaliação institucional como mecanismo de verificação dos resultados.

Figura 7 – Comparação das dimensões da RSU em relação a seus princípios gerais



Fonte: Santos e Freire (2017, p. 10)

Os autores recorrem ao que concluiu Rosseto (2011) sobre a característica multifacetada do termo “Responsabilidade Social” para as lideranças da educação superior brasileira, “desencadeando sua imediata relação com a execução de projetos sociais, em semelhança com a tendência predominante no mundo empresarial” (ROSSETO, 2011, p. 274).

Além disso, pelo apresentado por esses autores, pode-se perceber que as tendências teóricas que tratam a RSU sob a ótica dos “impactos” (AUSJAL) e com uma maior especificação em relação aos seus princípios gerais (UCP), já se faziam presentes no continente, mas configuram-se no SINAES circunscritas em três eixos: inclusão social; desenvolvimento econômico e social; e, defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. E assim, com essa exata redação tais princípios são expressos no texto legal que institui o processo nacional de avaliação para a educação superior brasileira.

Com o decorrer do tempo e a partir dos primeiros ciclos do processo de avaliação institucional interna e externa, esses princípios

gerais contidos no texto legal que dá origem ao SINAES no Brasil, são mais bem explorados em definições como a que consta do glossário¹³ do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) do INEP, em sua versão atualizada ao final do ano de 2017:

Responsabilidade Social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos voltados à comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local (INEP, 2018, p. 83).

Essa definição já aparece de modo bem mais desenvolvido do que a versão que constou da versão anterior do glossário do IAIE, do ano de 2015, definindo: “A responsabilidade social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável” (INEP, 2014, p. 36).

É considerando, a RSU no contexto brasileiro tratada no escopo de um processo avaliativo e que foi formalmente incorporada por um sistema nacional de avaliação, publicado por força da lei, que aparece o questionamento a respeito de quais instrumentos específicos e, principalmente, que indicadores vêm sendo considerados para contemplar os princípios que o SINAES definiu para mensurar essa responsabilidade social nas instituições de ensino superior.

2.2.1. Responsabilidade Social Universitária no Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP

De acordo com Ristoff e Giolo (2006), valendo-se de uma composição metafórica, são três os olhares que o SINAES direciona

¹³ Uma nova versão do Glossário foi publicada pelo MEC em 25/07/2018, mantendo-se, porém, a mesma redação da definição contida versão de 2017. A versão atualizada é a que foi referenciada neste trabalho.

para compor-se enquanto um processo de avaliação: “*um olhar sobre a instituição, um olhar sobre o curso e um olhar sobre o estudante.*” (RISTOFF e GIOLO, 2006, p. 205).

Esses mesmos autores afirmam que a avaliação institucional é sustentada por pilares, ou seja, as dimensões estabelecidas pelo SINAES, e que é dividida em dois momentos: a autoavaliação e avaliação externa.

A gênese de uma instituição de ensino superior no Brasil é marcada por processos regulatórios que devem ser tramitados junto ao Ministério da Educação.

Assim, uma IES “nasce” e pode ofertar educação superior quando torna-se credenciada e, periodicamente, passará de forma compulsória por um processo de credenciamento institucional. Nessa etapa, é possível também que uma IES faça a opção por modificar seu tipo de organização acadêmica (um “centro universitário que queira se transformar em “universidade”, por exemplo) (KISZNER, 2018). Para tanto, o preenchimento do Instrumento de Avaliação Institucional (IAIE) é um dos requisitos, dentre vários outros processos.

Nunes, Pereira e Pinho (2017) consideram positiva a inclusão da dimensão que trata da responsabilidade social da instituição no IAIE que é utilizado pela comissão de pares responsável por essa etapa do processo avaliativo. Essas autoras consideram que

O documento parte do pressuposto de que as ações sociais implementadas e oferecidas pelas instituições de ensino superior à comunidade em seu entorno são de extrema relevância não apenas por cumprirem dispositivos legais, mas por desencadear um processo que reforçará a sua responsabilidade social, contribuindo para a melhoria visando aferição da sua qualidade na formação das pessoas (NUNES, PEREIRA e PINHO, 2017, p. 166 e 167).

A versão mais recente do IAIE foi oficializada pelo MEC em outubro de 2017, por meio da Portaria MEC nº 1382, de 31/10/2017. Essa versão se sobrepõe, no entanto, ao IAIE instituído pela Portaria MEC nº 92, de 31/01/2014 e que seguia uma estruturação organizada em cinco eixos, sendo que um deles (Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional) possuía nove indicadores, estando quatro deles diretamente relacionados a questões que tratam de responsabilidade social:

Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural; (2) coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social; (3) coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social; (4) coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial (KISNER, 2018, p. 54).

Com foco no PDI¹⁴ da IES, esse eixo trata da verificação da trajetória percorrida pela IES para posicionar-se diante de aspectos como sua inserção social, sua atuação frente à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tudo embasado em seu PDI, documento que expressa as metas e a missão da IES (BRASIL, 2014).

Tendo recebido a atribuição de peso igual a 20 (em 100), os critérios do Eixo 2 na versão de 2014 do IAIE, estiveram organizados em uma escala *Likert*¹⁵ variando de conceito 1 (mínimo) a 5 (máximo) (KISNER, 2018).

Com as mudanças introduzidas pela nova versão do IAIE, Kisner (2018) aponta que esse instrumento contempla a responsabilidade social em apenas dois indicadores específicos do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

O Quadro 5 é apresentado com o objetivo de organizar a visualização de tais indicadores, os aspectos a eles inerentes e os respectivos critérios de análise para atribuição do conceito.

¹⁴O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Deve ser elaborado observando-se as disposições do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006.

¹⁵LIKERT, R. *A technique for the measurement of attitudes*. *Archives of Psychology*. n. 140, p. 44-53, 1932.

Quadro 5 – Indicadores de RS na versão atualizada do Instrumento de Avaliação Externa

Indicador	Aspectos Inerentes	Critérios de Análise para Atribuição do Conceito Máximo (5)
2.4	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade
2.5	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Kiszner (2018) e BRASIL (2017)

Para além das informações apresentadas no quadro, faz-se importante registrar que embora tenha havido a diminuição na quantidade de indicadores na versão do IAIE de 2014 (4 itens) para a versão do ano de 2017 (2 itens), o peso do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional foi elevado de 20 para 30 (em 100) (KISNER, 2018).

Por toda a exposição feita neste capítulo, tratando desde as origens conceituais sobre RSU, as principais iniciativas internacionais e

a atuação de pesquisadores e organismos na formulação de teorias, conceitos, instrumentos de avaliação e indicadores, o presente trabalho focaliza sua análise à luz do que se tem no Brasil, ou seja, “a responsabilidade social da instituição” é tratada como uma das dez dimensões do SINAES e as IES brasileiras participam desse processo oficialmente instituído.

Ao ser lançado “um olhar sobre a instituição”, como afirmam Ristoff e Giolo (2006, p. 205), e sobre um desses instrumentos de avaliação, procura-se verificar os indicadores associados a RSU e como esses podem ser posicionados diante de outras experiências de avaliação e indicadores concebidos em outros âmbitos, mas também na tentativa de qualificar a RSU praticada por instituições de ensino superior.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste estudo parte da consulta à teoria da metodologia científica de autores como Vergara (2006) e Marconi e Lakatos (2009), que permitiu ao pesquisador estabelecer alguns elementos técnicos relativos à estruturação da pergunta de pesquisa, bem como da classificação do estudo em alinhamento com os meios utilizados e com o objetivo do trabalho.

Após a definição do tema abordado seguiu-se com o levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico. Foi realizado também o levantamento documental, utilizando-se de dados e informações consultadas pela internet, nas páginas de órgãos oficiais, instituições e organizações atinentes ao escopo do estudo. A pesquisa teve ainda o aporte de dados cedidos pela equipe técnica responsável pelo processamento dos resultados do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa pode ser apontada como qualitativa, de estratégia exploratória e descritiva, feita por meio de levantamento bibliográfico e documental, incluindo-se a coleta de vários materiais empíricos para permitir o entendimento (DENZIN e LINCOLN, 2006) do construto sobre RS e RSU.

A estratégia exploratória relaciona-se ao que Marconi e Lakatos (2009) classificam como pesquisa do tipo científico e visa explorar um campo desconhecido para a obtenção de avanço nos conhecimentos. Para Gil (2008), as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p.27).

Na pesquisa qualitativa são analisadas as opiniões dos autores e os dados nos documentos sobre o tema, sendo que a relação entre o mundo e o fato a ser investigado não se traduz em números. Na pesquisa qualitativa “importante papel é conferido à interpretação”, ou seja, a análise dos dados fica condicionada ao estilo do pesquisador (GIL, 2008, p.175).

3.2. ETAPAS DA PESQUISA

3.2.1. Revisão de literatura e análise bibliométrica de artigos científicos

Na etapa exploratória inicial deste estudo, foi adotado como critério a busca apenas de artigos científicos, publicados em periódicos, em razão de se tratar de produção científica normalmente avaliada por pares e com o objetivo de valer-se da oportunidade de acesso à produção de conhecimento recente na área de interesse do pesquisador. Os resultados apresentados nesta etapa foram publicados por Santos, Freire e Rotta (2017), em artigo dedicado a identificar temáticas contemporâneas sobre RSU e sua relação com o contexto das universidades brasileiras.

Procedeu-se à pesquisa de publicações utilizando-se como ferramenta os indexadores da *Scopus*, escolhida por tratar-se da maior base de dados bibliográfica internacional, apresentando em torno de 47 milhões de registros, mais de 20.000 títulos periódicos revisados por pares de 5000 editoras, mais de 1.200 revistas de acesso livre (ALVES et al., 2012). Foram escolhidos três descritores isoladamente (responsabilidade social, educação superior, responsabilidade social universitária), procedendo-se à busca com esses descritores aplicados de modo isolado ou em combinações.

Na etapa inicial de pesquisa, a utilização do descritor “social responsibility” resultou em um total de 23.007 publicações. Outros 59 resultados foram encontrados com a utilização de “social responsibility” – o que poderia denotar uma perda de publicações de interesse, em razão de erro na grafia do termo “responsabilidade” em língua inglesa. Recorreu-se assim à busca por meio da expressão “social respons?bility” (filtrando-se para que o termo estivesse contido no título, no resumo ou como palavra-chave), com obtenção de 23.024 produções.

Esse resultado permitiu verificar que as primeiras publicações em que o tema “responsabilidade social” figura inserido em trabalhos que pudessem ser identificados, foi em 1921, havendo duas publicações: “*The social responsibilities of modern medicine*” e “*Social responsibility for the protection of children handicapped by illegitimate birth*”. Estavam associados à área de Medicina e das Ciências Sociais, respectivamente, sendo ambos dos Estados Unidos.

Ainda seguindo-se pela análise das publicações ao longo do tempo, percebe-se que os trabalhos que abordam “responsabilidade social” intensificam-se a partir do ano de 2009, com 1.029 publicações, continuando a evoluir em quantidade até atingir, em 2014, um total de 1562 artigos.

Nesse período, verifica-se que os artigos do ano de 2009 estavam distribuídos entre as áreas de Administração, Negócios e Contabilidade (45,3%), seguida por Ciências Sociais (43,2%), Medicina (24,9%) e, depois, por Economia e Finanças, com 21,8%. Em outras seis áreas, foram encontrados trabalhos com um percentual inferior a 10% em cada uma delas.

Para aprimoramento da estratégia de pesquisa foi realizada a busca a partir da associação da expressão “social responsibility” AND “higher education”, com a condição de que “responsabilidade social” estivesse contida no título do artigo e, para que “educação superior”, figurasse no título, no resumo ou como palavra chave. O resultado apontou 56 publicações.

Na análise dos resultados foi possível notar que as publicações são recentes. A primeira publicação encontrada, do ano de 1997, com o título “O que sabemos sobre jovens carentes: crianças em crise, as profissões de assistência e a responsabilidade social das universidades (em tradução livre para a língua portuguesa), de Hal A. Lawson, que trata sobre o papel de universidades americanas, atribuindo a elas uma responsabilidade social de enfrentar a crise das crianças e as relações diretamente ligadas a essa crise. A próxima publicação só figura oito anos depois, em 2005, intitulada “*Corporate Social Responsibility and the UK’s top ten retailers*”.

Ainda analisando a distribuição de publicações ao longo do tempo, percebeu-se uma escassez de trabalhos, havendo mais 4 publicações entre 2006 e 2008, dobrando-se para 8 publicações no período 2009-2010. A partir de 2011, tem-se como resultado um total de apenas 42 artigos, havendo em 2013 a maior quantidade de publicações, com 10 trabalhos.

Dessas 56 publicações, verificou-se que os países em que o tema foi mais estudado são Espanha (18 trabalhos), 6 para o Brasil, Chile e Reino Unido com 5 trabalhos cada e Colômbia e Estados Unidos, cada um com 4 publicações.

Essa análise permitiu inferir uma aproximação do tema com discussões empreendidas nesse mesmo período histórico por meio de organismos multilaterais que tem atuado no tema, especialmente na América Latina e no Caribe, como é o caso do Instituto para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC/UNESCO).

Em uma análise sobre a relevância das publicações, não foi constatada a prevalência de autores de destaque, pois seis autores publicaram igualmente 3 trabalhos cada. O documento mais citado é o

artigo de autoria de Peter Jones, publicado em 2005, já brevemente mencionado.

Aprofundando a análise de resultados, partiu-se para aplicação de um critério de inclusão de artigos limitados a ter como palavra chave exata as seguintes variações: educação superior, responsabilidade social, ou responsabilidade social universitária. Os resultados apontaram 33 publicações, todas a partir de 2005, sendo 27 trabalhos publicados nos últimos cinco anos, com desses 7 artigos referentes ao ano de 2016 – a maior quantidade o que, a princípio, poderia demonstrar um interesse recente sobre estudos e discussões sobre responsabilidade social no contexto da educação superior e, conseqüentemente, de universidades.

Novamente Espanha e Brasil lideraram a quantidade de artigos publicados dentre esses 33 resultados, inseridos em sua maior parte nas áreas de Ciências Sociais (69,7%) e de Administração, Negócios e Contabilidade (30,3%).

A análise bibliométrica nesses resultados expandiu-se para o detalhamento em artigos publicados nos anos de 2015 e 2016, num total de 10 trabalhos, com o objetivo de verificar quais são as tendências e inserções da temática recentemente trabalhadas pelos autores. Foi realizada, assim, a organização do quadro elaborado do tipo “estado da arte”, com a relação de autores, objetivos, procedimentos metodológicos e principais resultados de cada um desses artigos (ANEXO A). Esse registro restrito foi importante para melhor situar o autor e apoiar a organização da etapa final de seleção das produções científicas desse tipo.

Foi por meio dessa revisão de artigos científicos, restrita apenas a explorar publicações recentes (que constituíram quase um terço dos resultados – 10 de 33 artigos), que os autores puderam perceber uma inserção do tema ainda marcante sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Foi encontrada, também, uma publicação do tipo “estado da arte”, considerada importante para fins os exploratórios de consolidação a respeito dos caminhos adicionais e estratégias de busca para o construto Responsabilidade Social Universitária.

Os resultados dessa pesquisa foram, em grande parte, incluídos nas seções iniciais de contextualização e justificativa, bem como na fundamentação teórica deste trabalho de dissertação.

3.2.2. Pesquisa bibliográfica e documental

Além dessa etapa de revisão da literatura, aplicada à investigação de artigos científicos recentes, partiu-se para a consulta de

teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil e em outros países.

Foram utilizados o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, bem como a busca dirigida por meio de consulta direta em *sites* como o *Google Acadêmico*.

Dos resultados encontrados, foram feitas leituras exploratórias de resumos dos principais pontos estruturais dessas publicações, algumas delas publicadas em língua espanhola. O critério geral de seleção adotado para escolha dos trabalhos a serem lidos integralmente foi o de proximidade em relação à junção dos descritores utilizados para a busca de artigos científicos, ou seja, tratar de “responsabilidade social e ensino superior” ou, ainda de “avaliação e responsabilidade social universitária”.

Assim, foram incorporadas às referências deste trabalho sete publicações, sendo três teses de doutorado: duas foram defendidas no Brasil, nos anos de 2011 e 2013; a outra tese foi defendida na Espanha, no ano de 2015. As dissertações de mestrado somam quatro trabalhos, todos defendidos em instituições brasileiras, sendo que dois destes foram defendidos em 2017 e 2018. O Quadro 6, a seguir, apresenta as principais informações sobre essas publicações científicas.

Quadro 6 - Teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre RSU destacadas no processo de revisão da produção científica

Autor (Ano)	Trabalho (país)	Principais Resultados
SILVA (2008)	Responsabilidade social nas universidades brasileiras: autonomia ou adequação? (Brasil)	Demonstram o ponto de vista de dirigentes universitários sobre a temática da RS, no contexto da autonomia universitária e da avaliação institucional.
ROSETTO (2011)	Instituições de ensino superior e responsabilidade social: um estudo sobre representações de lideranças da educação superior brasileira (Brasil)	Decodificou conceitos relacionados ao tema da RS, destaca princípios e pressupostos a partir de vários autores. Fez uma investigação sobre lideranças de IES públicas, privadas, comunitárias e do Instituto Ethos, a respeito da temática da RS das IES.

RIBEIRO (2013)	Responsabilidade social universitária e a formação cidadã (Brasil)	Pela análise de estatutos de universidades portuguesas e universidades federais brasileiras, constata que há uma forte presença dos desafios sociais e culturais, sendo que os desafios econômicos e ambientais aparecem em menor frequência.
NEGLIA (2015)	<i>La responsabilidad social universitaria: propuesta conceptual y medición en el ámbito de una universidad privada de Lima - Perú</i> (Espanha)	Por meio de método bibliointegrativo determina o “estado da arte” sobre RS nas organizações, chegando a propor uma delimitação conceitual e teórica sobre RSU. Propõe método e instrumento para avaliar essa RSU pelo estudo de caso de uma Universidade Peruana.
BASTOS (2017)	Responsabilidade social universitária Sob o enfoque do modelo de Carroll (1991)	Pela utilização do modelo de Carroll, faz análise da percepção de <i>stakeholders</i> sobre práticas de RSU. Estudo de caso em 2 universidades do sul do país, A abordagem quantitativa apontou diferenças entre as percepções dos <i>stakeholders</i> . A análise qualitativa, que há percepção sobre RSU, com a necessidade de pontos de melhoria a respeito de sua inserção como prática institucional.
KISNER (2018)	Responsabilidade social universitária sob a perspectiva da avaliação institucional: uma análise à luz da gestão integral e transversal em instituições comunitárias de educação superior	Pela análise do processo avaliação da RS em IES Comunitárias, verifica se os indicadores de RS no processo de avaliação institucional refletem um modelo de gestão integral e transversal de RSU. Constata que, dentre 5 IES comunitárias do Rio Grande do

		Sul, nenhuma utiliza indicadores que reflitam tal modelo. Propõe modelo/estrutura para elaboração de relatório de RS nesse segmento de IES.
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

A essa pesquisa bibliográfica foram agregados artigos científicos considerados de interesse em razão de sua aproximação com o tema central estudado. Nesse caso, as consultas foram realizadas por meio de busca dirigida na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Para isso, foram utilizados os mesmos descritores que haviam sido utilizados na *Scopus* em separado ou em combinações.

Também foram consultadas por meio de exemplares físicos e integram, portanto, o conjunto de referências deste trabalho, obras de autores considerados importantes para fornecer aporte teórico e contextual aos fundamentos explorados pelo pesquisador.

Quanto à pesquisa documental, os dados apresentados no capítulo que trata da premiação concedida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) foram cedidos mediante autorização formal, remetida por mensagem eletrônica devidamente identificada e após consulta encaminhada pelo pesquisador ao setor responsável. Dos dados utilizados na pesquisa, boa parte tem caráter público, uma vez que estão disponíveis no *site* ALRS. Outra parte, referente a edição 2017 do prêmio, constam desse trabalho sem a identificação nominal das IES participantes, para que fossem preservadas algumas informações que não são objeto de interesse, tampouco constituem qualquer impedimento a compreensão do contexto de pesquisa que o tema pode suscitar.

Recorreu-se, ainda, aos *sites* de órgãos governamentais federais e estaduais, para acesso e consulta a leis, normas e outros documentos diretamente ligados ao assunto que estão devidamente referenciados neste trabalho.

3.2.3. Análise de conteúdo

Os dados do Prêmio Responsabilidade Social da ALRS foram organizados e estudados com o aporte teórico de fundamentos apresentados por Bardin (2011). Essa técnica permitiu ao pesquisador compreender como percorrer o caminho de análise de conteúdo, na

direção de interpretações que possam ser consideradas confiáveis e válidas.

Em razão da análise histórica que se fez para compreender a premiação, foram interpretados os resultados por meio da leitura de textos escritos e do registro de conversas com a docente responsável pela coorientação do trabalho, conhecedora de aspectos importantes que foram incorporados ao resultado dessa etapa.

De modo operacional, foi percorrido um caminho que passou pela leitura flutuante dos documentos relativos ao prêmio (leis, decretos, portarias, editais e textos publicados no *site* institucional); pela identificação dos objetivos e dos segmentos abordados pelo prêmio e, finalmente, no que diz respeito a análise dos itens que compõem os indicadores, uma análise crítica, reflexiva e sistematizada precedida da identificação de categorias ou temas contidos nos dois instrumentos utilizados: “balanço social” e “informações complementares ao balanço social”.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, buscou-se o tratamento interpretativo desses dados, com o intuito de gerar validade e confiabilidade (BARDIN, 2011), na perspectiva de compreender a realidade sem atribuir certeza ou juízo ao fenômeno pesquisado.

3.2.4. Validação de consistência

Em razão de como esta pesquisa está classificada, optou-se por incluir como uma das etapas um método de validação, como parte da construção teórica e como estratégia metodológica.

De acordo com Strauss e Corbin (2008), em pesquisas qualitativas é importante determinar como a abstração se alinha aos dados que foram coletados primariamente, ou seja, os dados brutos e também se algo importante não foi integrado ao esquema teórico. Assim, a validação realizada baseou-se na comparação de conceitos e no julgamento sobre sua adequação ao trabalho que foi desenvolvido.

Assim, os dados do Prêmio Responsabilidade Social, especialmente os enquadramentos feitos para os indicadores quantitativos e qualitativos, à luz dos indicadores identificados no instrumento do INEP, foram analisados pela especialista responsável pela coorientação deste trabalho.

A especialista detém conhecimentos a respeito do construto a partir de sua experiência como docente universitária, por sua atuação na gestão e execução de projetos relacionados à temática e por sua participação em eventos promovidos por organismos como o

IESALC/UNESCO e a rede URSULA. Soma-se a essa experiência o fato de ter sido designada, ano de 2015, como a Coordenadora do Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras (ORSUB), sediado pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA). Conhecedora do construto sobre Responsabilidade Social e suas vertentes, dirigindo-se à especificidade da Responsabilidade Social Universitária, a especialista realizou a verificação de consistência a respeito da proposição de cada um dos itens que são apresentados no sexto capítulo deste trabalho, por meio da análise de conteúdo, etapa que foi precedida pela análise dos resultados de enquadramento dos indicadores do PRS em relação aos indicadores identificados no IAIE/INEP. Ao retornar os resultados ao pesquisador, a análise dos dados é encerrada pela validação da teoria.

3.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para o fechamento deste capítulo apresenta-se, a seguir, algumas considerações sobre a delimitação do estudo realizado. A argumentação fundamenta-se nos aspectos intrínsecos ao tema adotado e sua contextualização com o cenário brasileiro.

Por toda a fundamentação teórica apresentada nesse sentido, que conflui para uma abordagem do tema no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foi focalizado o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, a fim de verificar o enquadramento de indicadores de RSU.

A análise desse instrumento considera o posicionamento em um único eixo de avaliação (Desenvolvimento Institucional) de dois indicadores, na mesma linha de interpretação adotada por Kiszner (2018).

Como explicam Ristoff e Giolo (2006), a complexidade inerente ao SINAES em seus diferentes momentos de avaliação, seus múltiplos instrumentos e olhares lançados sobre a educação superior, compreendem um cenário de investigação com variadas estratégias e perspectivas.

No processo exploratório de pesquisa a respeito de iniciativas de avaliação sobre RS no Brasil que pudessem ser contextualizadas ao fenômeno estudado no SINAES, ou seja, “a RSU como uma dimensão para as IES”, foi encontrada outra iniciativa, realizada pela Assembleia

Legislativa do Estado de Santa Catarina: o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina¹⁶ com uma série histórica também interessante, porém, sem ter sido neste instituída uma premiação dirigida especificamente ao segmento Instituições de Ensino Superior.

Assim, consolidou-se a proposta de utilização dos dados oriundos do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com olhar direcionado segmento Instituições de Ensino Superior e respectivos indicadores de avaliação. Essa premiação concebida pelo parlamento gaúcho constitui-se, portanto, como a iniciativa pioneira no país, no que diz respeito a atribuição de um prêmio para o segmento das IES, a partir da verificação de indicadores aferidos por meio da análise de um Balanço Social e de informações complementares a esse balanço, um Relatório de Responsabilidade Social.

¹⁶ Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004. Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense.

4. PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tem por objetivo apresentar as características e dados históricos sobre o Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa realizada para este estudo identificou esta premiação como pioneira no sentido da difusão da RS em todos os segmentos sociais e direcionada a dar reconhecimento às ações empreendidas por vários tipos e categorias de organizações. Esse prêmio atinge, no ano de 2018, sua décima oitava edição consecutiva, fato gerador de uma série histórica significativa de dados e informações para o construto abordado neste estudo.

Trata-se, ainda, de uma premiação que considera como uma das categorias de seu escopo as instituições de ensino superior, o que direciona o interesse de pesquisa para uma análise sobre quais os instrumentos e indicadores utilizados para avaliação nesse segmento.

As principais informações sobre o prêmio e que constituem a fonte referencial neste capítulo são disponibilizadas no *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em página específica sobre a certificação e troféu concedidos pelo órgão, bem como a respectiva legislação e editais, publicados naquele estado.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA INICIATIVA

O Prêmio de Responsabilidade Social é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e foi instituído pela Lei estadual nº 11.440/2000, que foi atualizada pelas Leis nº 13.186/2009 e nº 13.900/2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2000; 2009; 2012).

Trata-se de iniciativa realizada por meio da parceria com entidades da sociedade civil representadas por uma Comissão Mista Organizadora. Essa comissão é formada por representantes de várias entidades. Os dados disponíveis sobre a edição de 2017 indicam a participação das seguintes:

- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS;
- Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – Federasul;
- Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – Fecomércio;
- Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE;

- Associação Rio-grandense de Imprensa – ARI;
- Conselho Regional de Administração do RS – CRA/RS;
- Serviço de Apoio à Pequenas e Micro Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE-RS;
- Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI;
- Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras (ORSUB);
- Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS;
- Associação Qualidade RS – PGQP.

4.1.1. Quanto aos objetivos

O prêmio tem como objetivo principal incentivar nas organizações gaúchas a realização de projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente, sempre na busca por uma sociedade melhor.

Como objetivos específicos, são relacionados:

- Difundir a responsabilidade social no Estado do Rio Grande do Sul, em todos os setores da sociedade;
- Estimular a apresentação do Balanço Social pelas empresas de todos os portes, instituições de ensino, entidades governamentais e do terceiro setor, municípios e sociedades cooperativas;
- Agir como mecanismo de reconhecimento de esforços conjuntos na busca por uma sociedade melhor;
- Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
- Tornar o Rio Grande do Sul fonte de referência, por meio da participação efetiva de toda a sociedade, em **ações e programas relevantes ligados ao tema responsabilidade social** (ALRS, 2017) grifos do autor.

4.1.2. Quanto aos requisitos gerais para participação

Os critérios e orientações para participação no processo de escolha das organizações que serão premiadas são publicados por meio de edital, com periodicidade anual. A comissão mista designada é a

responsável por conduzir a análise e fazer a divulgação dos resultados finais da avaliação.

O principal documento de análise dos participantes na premiação é o Balanço Social, assim definido na legislação que deu origem ao prêmio:

Art. 2º - Para os fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de mais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Além da apresentação do Balanço Social, considerando-se o tipo jurídico da organização/categoria, devem ser apresentados os **indicadores** complementares a esse balanço.

Aqui, faz-se importante registrar a constatação de que o instrumento para a formação desses indicadores, consta da versão analisada do edital (2017), como um questionário único a ser preenchido pelo seguinte agrupamento de organizações: empresas, sociedades cooperativas, entidades governamentais e **instituições de ensino**.

O esquema apresentado na Figura 8, a seguir, retrata as organizações aptas a participação no prêmio, subdivididas em grupos e categorias que estão sujeitos a critérios como receita, tipo jurídico da organização, nível de atuação.

Figura 8 – Segmentos de organizações participantes do Prêmio RS-ALRS¹⁷



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de ALRS (2017)

Nessa subdivisão por grupos e categorias nota-se que o segmento Instituições de Ensino está subdividido entre o nível básico (instituições de ensino, fundamental, médio, técnico e profissionalizante) e nível superior, este último o segmento foco da análise dos indicadores sobre RSU considerados pela premiação.

4.1.3. Quanto aos tipos de reconhecimento e temas abordados pelo PRS

São cinco os tipos de reconhecimento concedidos no âmbito do Prêmio RS-ALRS: o *Certificado de Responsabilidade Social*, a *Medalha de Responsabilidade Social*, o *Troféu de Responsabilidade*

¹⁷ Os valores relativos ao segmento das empresas na figura referem-se ao montante em milhões de Reais.

Social – Destaque RS, o Troféu Destaque RS – Tema Norteador e o Diploma Mérito Social.

O Quadro 7 apresenta, a seguir, os tipos de reconhecimento concedidos pelo prêmio, relacionando os instrumentos de avaliação utilizados e os critérios para que uma organização seja considerada classificada como participante.

Quadro 7 – Tipos de premiação e critérios de classificação para organizações participantes do Prêmio RS-ALRS

Reconhecimento	Quem é premiado / Instrumentos de Avaliação	Crítérios para classificação
Certificado de Responsabilidade Social	Organizações / Balanço Social	Pontuação mínima de 50% da pontuação da primeira colocada, sendo a base de pontuação mínima de 30 pontos.
Medalha de Responsabilidade Social	Organizações / Balanço Social	As 20% organizações melhores pontadas, em suas respectivas categorias, exceto as premiadas como Troféu.
Troféu de Responsabilidade Social – Destaque RS	Organizações / Balanço Social e Relatório de RS	As organizações, por categoria, que apresentarem o melhor nível de desempenho, comparados ambos os documentos.
Troféu Destaque RS – Tema Norteador	Organizações / Relatório de RS e “cases” que comprovem ações no Tema Norteador da edição do prêmio	A vencedora é a organização com a ação considerada mais relevante na aplicação do Tema Norteador.

Diploma Mérito Social	Colaborador responsável pela inscrição no Prêmio, e ainda, ao contador responsável pelo Balanço Social	Será concedido para aqueles que pertencerem às organizações certificadas.
-----------------------	--	---

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ALRS (2017).

Um aspecto de destaque observado na pesquisa de informações realizadas no *site* oficial da premiação refere-se a abordagem, a partir da edição de 2016, de um “tema norteador” para a concessão de um dos reconhecimentos, o “Troféu Destaque RS – Tema Norteador”.

Em consulta aos editais das últimas sete edições do prêmio (2011 a 2017), disponíveis para acesso público no *site* da ALRS, é possível notar a variedade de temas que foram escolhidos, fato que pode ter propiciado às organizações participantes encontrar um espaço para dar ressonância a ações de RS. O “Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS”, era o reconhecimento que incluía o tema em seu escopo de abordagem, sendo que os dados consultados a partir do ano de 2011, indicam os seguintes para a apresentação de *cases* realizados por parte das organizações participantes:

- 2011: “Projetos de Sustentabilidade” e “Redes de Cooperação”;
- 2012: “Ações de Governança e Transparência”;
- 2013: “Ações na área de Educação e Cultura”;
- 2014: “Educação”;
- 2015: “Inovação em Práticas de Responsabilidade Social”.

Com a criação de uma nova subdivisão de reconhecimento a ser concedida, ou seja, o “Troféu Destaque RS – Tema Norteador”, consta dos editais consultados que os temas eleitos foram: “Equidade de Gênero” (2017) e “Consumo Consciente e Educação Financeira” (2016).

4.1.4. Quanto às modificações realizadas no PRS desde sua criação

Como visto na seção anterior, algumas modificações foram sendo incorporadas ao PRS no que diz respeito, inclusive, a criação de novas faixas de premiação e a adoção de temas norteadores. O Quadro 8 tem o propósito de registrar cronologicamente o a origem, o conjunto de

ajustes e as mudanças executadas pela ALRS em eventos relacionados ao prêmio ao longo das quinze primeiras edições.

Quadro 8 – Cronologia do prêmio em quinze edições: eventos de origem, ajustes ou modificações realizadas

Ano	Evento	Tipo de Evento ¹⁸		
		O	A	M
1999	Protocolo do Projeto de Lei nº 133/1999 que trata do tema responsabilidade social	X		
2000	- Aprovação por unanimidade, da Lei Estadual nº 11.440 que institui o Certificado de Responsabilidade Social	X		
	- Resolução de nº 415/2000, constitui a Comissão Mista	X		
	- Criação do Troféu Responsabilidade Social	X		
2001	- Participação apenas de empresas privadas - Avaliação baseada exclusivamente no “Balanço Social”	-	-	-
2003	- Inclusão das inscrições por sistema informatizado – formulário <i>on-line</i> - Todas as organizações certificadas passaram a receber uma medalha alusiva ao PRS			X X
2004	- Inclusão das categorias Entidades Sem Fins Lucrativos, Instituições de Ensino e Entidades Governamentais - Comissão Mista é ampliada nas suas representações - A avaliação deixa de ser apenas por meio dos <i>balanços sociais</i> . Cria-se a exigência do <i>relatório de responsabilidade social</i> para as organizações que almejam o Troféu Destaque nas respectivas categorias		X X	X X

¹⁸ Em “Tipo de Evento”, no Quadro 8, O = Origem; A = Ajuste; M = Mudança

2007	Implementados os <i>temas norteadores</i>	X		
2008	- Municípios passam a concorrer em categoria específica, com lançamento de novo formulário eletrônico com itens adequados a esta - Adquiridos os direitos autorais da obra de arte do Troféu RS		X	X
2010	- Comissão Mista institui que participantes que comprovassem participação em projetos referidos na Lei estadual de Solidariedade receberiam pontuação extra nas avaliações - Incluída nova representação dos trabalhadores na Comissão Mista		X X	
2012	- Novo critério de premiação para as <i>Medalhas de Responsabilidade Social</i> (apenas as melhores classificadas na pontuação de seus balanços sociais recebem) - Realizado o <i>I Encontro para Reflexões e Práticas de Responsabilidade Social</i> – Comissão Mista disponível para participantes sanarem suas dúvidas sobre a atual dinâmica do PRS	X		X
2013	- Realizado o <i>II Encontro para Reflexões e Práticas de Responsabilidade Social</i>	-	-	-
2014	- Aperfeiçoamentos no formulário de inscrição dos indicadores do balanço social, relatórios sociais e <i>cases</i> inscritos do Tema Norteador - Implementada nova sistemática de avaliação dos <i>cases</i> inscritos que concorrem no Tema Norteador - Elaborou-se um material em forma de <i>separata</i> alusiva às quinze edições do PRS	X	X	X

Fonte: elaborado pelo autor a partir de RIO GRANDE DO SUL (2014).

Das informações apresentadas na cronologia do prêmio faz-se o destaque para o ano da inclusão da categoria “**Instituições de Ensino**”, em 2004, bem como para o fato de que a comissão responsável por conduzir essa avaliação mostra-se aberta ao esclarecimento sobre os critérios e sobre a dinâmica do PRS, pois realiza em dois encontros (2012 e 2013) para tratar desse assunto.

Assim, apresentadas as características gerais a respeito do PRS, este trabalho direciona-se para compreender outros aspectos de ordem técnica e de conteúdo dessa premiação, passando a abordar os instrumentos de avaliação e os respectivos indicadores considerados.

4.2. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES NO ÂMBITO DO PRS

O documento organizado pela Comissão Mista designada pela ALRS para o processo de avaliação do prêmio, contendo o compêndio de 15 edições consecutivas (RIO GRANDE DO SUL, 2014), reforça a compreensão de que refletir sobre a temática da responsabilidade social tem como base a própria incompletude e complexidade de um conceito que evolui ao passo que está relacionado com os valores e interesses das variadas organizações e seus públicos interno e externo.

O prêmio ratifica a norma ISO 26000 como o documento síntese no qual a maior parte dos conceitos acaba convergindo nesse fluxo relacional entre a responsabilidade social e os impactos de ordem econômica, social e ambiental das organizações. Assim, utiliza-se de dois instrumentos avaliativos: **Balanco Social** e **Relatório de Responsabilidade Social**.

Ainda em referência ao documento organizado e publicado pelo parlamento gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2014), faz-se o registro de que esses instrumentos devem ser submetidos estruturados em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T 15) e com a norma ISO 26000.

O Balanco Social e o Relatório de Responsabilidade Social apresentam indicadores quantitativos e qualitativos que subsidiam a análise das instituições para fins de premiação.

No caso do documento “Balanco Social”, agrupa-se o segmento “Entidades Governamentais” e “Instituições de Ensino”, de que são solicitadas as seguintes informações: (1). Identificação, (2) origem dos recursos, (3) aplicação dos recursos, (4). Indicadores sociais internos, (5) indicadores sociais externos, (6) indicadores sobre o corpo funcional, (7) ações ambientais (APÊNDICE A).

Em complementação ao Balanco Social, **agrupa-se** os segmentos Empresas, Sociedades Cooperativas, Entidades Governamentais e **Instituições de Ensino** para a formação dos demais indicadores que compõem o processo de avaliação (APÊNDICE B), num total de 18 itens, estruturados dentre seis eixos: a) geral; b) em relação ao público interno; c) em relação à comunidade; d) em relação ao meio ambiente;

e) em relação aos fornecedores; e, f) em relação aos clientes/consumidores.

Para a avaliação do Balanço Social, com indicadores de caráter qualitativo, o PRS estabelece um valor mínimo, calculado a partir da média de pontuação geral.

A Figura 9, a seguir, apresenta um quadro que relaciona indicadores internos e externos e contraindicadores, bem como as respectivas fórmulas para cálculo de cada um dos itens.

Figura 9 – Indicadores quantitativos utilizados pelo PRS e respectivas fórmulas de cálculo

Indicadores	Fórmulas	
Indicadores Externos	Investimento em Cidadania	Valor Investido em políticas e ações sociais/ Faturamento Líquido
	Geração de Emprego	Nº de Funcionários em 201X/Nº de Funcionários em ano anterior
	Investimento em Meio Ambiente	Valor Investido em políticas e ações ambientais/Faturamento Líquido
Indicadores Internos	Benefícios Sociais	Valor Investido/Nº de Funcionários
	Capacitação Profissional	Valor Investido/Nº de Funcionários
	Participação nos Resultados	Valor Distribuído/Nº de Funcionários
	Segurança/Higiene no Trabalho	Valor Investido/Nº de Funcionários
	Diversidade	Percentual de Idosos e Portadores de Deficiência/Nº de Funcionários
Contra Indicadores	Acidentes de Trabalho	Valor Investido/Nº de Funcionários
	Autuação por Violação de Normas de Proteção Ambiental e Legislação Trabalhista	Nº de Autuações/Nº de Funcionários

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

Explica-se, no caso dos contraindicadores, que esses diminuem pontos enquanto os indicadores são contabilizados com a soma de pontos, resultando-se desse cálculo a classificação das organizações em cada categoria.

A Figura 10, por sua vez, contém a distribuição de pesos que são atribuídos a cada indicador.

Figura 10 – Indicadores quantitativos utilizados pelo PRS e respectivos pesos atribuídos

Indicadores	Pesos	
Indicadores Externos	Investimento em Cidadania	15,0 %
	Geração de Emprego	15,0%
	Investimento em Meio Ambiente	10,0%
Indicadores Internos	Benefícios Sociais	12,5%
	Capacitação Profissional	12,5%
	Participação nos Resultados	10,0%
	Segurança/ Higiene no Trabalho	15,0%
	Diversidade	10,0%
Contra Indicadores	Acidentes de Trabalho	10,0%
	Autuação por Violação de Normas de Proteção Ambiental e Legislação Trabalhista	10,0%

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

Além da avaliação dos indicadores de acordo com o que foi apresentado, o PRS coloca como critério eliminatório a verificação de certidões para atestar a regularidade fiscal, trabalhista e operacional das organizações. No caso da análise qualitativa dos relatórios sociais e dos *cases* apresentados para o “Troféu Destaque RS – Tema Norteador”, são consideradas a estrutura geral dos relatórios submetidos; evidências de que a participante incorporou diretrizes de RS em sua cultura organizacional e em seus processos de tomada de decisão; a relevância e abrangência das ações apresentadas; os resultados obtidos pela organização e pela sociedade, bem como os públicos de relacionamento.

Assim, apresentadas as características gerais da iniciativa que vem sendo realizada pela ALRS, com um breve histórico geral e partindo-se para o direcionamento sobre os instrumentos e indicadores utilizados para avaliar RS, esse trabalho direciona-se ao capítulo que pretende discutir os resultados, realizando uma análise sobre os indicadores selecionados pelo PRS para a avaliação do segmento Instituições de Ensino Superior. Essa análise é realizada à luz dos indicadores sinalizados no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE), oficializado pelo INEP como parte do SINAES.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados do estudo em atenção à questão de pesquisa formulada, tratando de encaminhar a discussão a respeito dos objetivos específicos que foram estabelecidos.

Por meio da análise da participação do segmento **Instituições de Ensino Superior** (IES) no Prêmio Responsabilidade Social (PRS), faz-se a discussão dos resultados da pesquisa na perspectiva de valorização da iniciativa do prêmio concebido pelo parlamento gaúcho e da apropriação da RSU como instrumento de gestão, a partir da inserção dessa dimensão como parte de um processo de avaliação (SINAES) compulsório à educação superior no Brasil.

É a partir da análise dos indicadores do PRS à luz do instrumento do INEP que avalia a dimensão da responsabilidade social das instituições que este trabalho propõe, finalmente, indicadores a serem incorporados no processo de avaliação da premiação.

5.1. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Rio Grande do Sul tem população superior a dez milhões de habitantes¹⁹, congregando aproximadamente 6% da população brasileira.

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul registra que, em termos econômicos, trata-se da unidade da federação que ocupa o 4º lugar no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), na proporção e 7% do PIB nacional. A respeito do indicador de renda, considerando-se a população com carteira de trabalho assinada (dados de 2015), o Estado ficou na sexta posição entre as unidades da federação. Fechando esse breve panorama sobre alguns indicadores sociais, numa abordagem contextual, apresenta-se no Quadro 9, a seguir, alguns dados quantitativos sobre Educação Superior para o território gaúcho.

¹⁹ IBGE. Censo Demográfico 2010.

Quadro 9 – Dados quantitativos contextuais sobre Ensino Superior no Estado do Rio Grande do Sul

Total de matrículas em Cursos Superiores de Graduação – 2016	
Brasil	Superior a 8 milhões
RS	494.154
Percentual de Matrículas em cursos de Graduação Presencial e a Distância, de acordo com o tipo de organização acadêmica – 2016	
Universidades	64%
Centros Universitários	19,6%
Faculdades	14,1%
IFs e CEFET	2,3

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados publicados no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul²⁰.

Dados atualizados consultados junto ao sistema “Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior”²¹, apontam, em 2018, a existência no Estado do Rio Grande do Sul dos seguintes quantitativos de IES, por categoria administrativa:

- 9 IES do Sistema Federal de Ensino, destas, 6 são Universidades e 3 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- 1 Universidade Estadual;
- 67 privadas sem fins lucrativos;
- 65 privadas com fins lucrativos.

Esses dados contextuais introduzem a análise feita nesta seção, no sentido de valer-se de alguns números sobre as IES dessa Unidade da Federação, uma vez que o PRS é uma iniciativa direcionada a organizações de todo o território gaúcho, organizado por um órgão público que, em tese, pode valer-se de meios de divulgação atingíveis em todos os municípios (por meio de prefeituras, câmaras municipais, órgãos de classe, associações e entidades ligadas à educação, além do

²⁰ Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/educacao-superior>>.

²¹ Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: < <https://emec.mec.gov.br/>>

próprio parlamento estadual, nas pessoas de seus deputados atuantes em cada microrregião).

Considerando que o cenário de expansão da oferta da educação superior no Brasil, equivalente a 110%, se deu entre os anos de 2001 e 2010 (BARROS, 2015), faz-se neste trabalho um recorte temporal de análise dos dados históricos recentes do prêmio, alinhando-se este período com o mesmo ano de publicação da legislação que instituiu o SINAES, ou seja, 2004, quando a “responsabilidade social da instituição” aparece pela primeira vez *oficialmente* colocada como uma dimensão a ser considerada pelas IES brasileiras.

Esse recorte cronológico, coincide com o dado já apresentado no Quadro 7, ou seja, o ano em que o PRS inclui a categoria **Instituições de Ensino** dentre as organizações que podem concorrer. Assim, por meio da análise da série histórica é possível constatar que foram vencedoras as IES relacionadas no Quadro 10.

Quadro 10 – IES vencedoras do PRS, a partir de 2004, por tipo de organização acadêmica e categoria administrativa

Ano	Nome da Instituição de Ensino	Tipo de Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
2004	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2005	Fundação Universidade de Passo Fundo	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2006	Fundação de Integração, Desenvolvimento E Educação do Noroeste do Estado – FIDENE	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2007	Associação Pró-Ensino Superior Em Novo Hamburgo – Centro Universitário FEEVALE	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2008	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2009	Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2010	Universidade FEEVALE	Universidade	Privada sem fins lucrativos

2011	Fundação Universidade de Passo Fundo	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2012	Universidade FEEVALE	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2013	Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2014	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2015	Universidade FEEVALE	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2016	Fundação de Integração, Desenvolvimento E Educação do Noroeste do Estado – FIDENE	Universidade	Privada sem fins lucrativos
2017	Fundação de Integração, Desenvolvimento E Educação do Noroeste do Estado – FIDENE	Universidade	Privada sem fins lucrativos

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de ALRS (2017)

Verifica-se por meio do quadro apresentado que todas 14 IES vencedoras do Troféu Responsabilidade Social do PRS, estão cadastradas no sistema e-MEC com o tipo de organização acadêmica “Universidades”. Nenhuma das IES vencedoras pertence a categoria administrativa de IES pública federal, estadual ou municipal.

O fato de não haver premiadas dentre as IES públicas, fez com que houvesse o interesse em investigar historicamente a participação das IES ao longo da série histórica do prêmio. Foram executados novamente, porém, alguns recortes temporais, dessa vez em decorrência do conjunto de dados que esteve disponível para consulta pública no site da ALRS²².

²²Os dados são referentes à ferramenta de consulta implementada no *site* da ALRS, consultados pelo pesquisador em vários acessos durante o ano de 2018 e finalmente conferidos, comparados e coletados para tabulação final, no mês de julho de 2018.

Na análise da relação nominal de IES participantes por ano (ANEXO B), consultados os dados disponíveis a partir de 2008 (dez últimas edições do prêmio), verifica-se que não houve instituições públicas gaúchas nem certificadas, tampouco premiadas com o troféu ou com a medalha concedidas pelo PRS. Além disso, é possível destacar alguns aspectos:

1. Numa série de dez edições consecutivas foram certificadas pelo PRS um total de 69 IES;
2. O reconhecimento pela atribuição das medalhas de responsabilidade social, concedido a partir do ano de 2012, premiou o total de 9 IES;
3. A única IES pertencente a categoria administrativa **pública** que figura dentre as certificadas é a Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), com duas participações (2015 e 2016) não tendo sido reconhecida ao menos com a medalha concedida pelo prêmio; e,
4. Considerando-se que há repetições de IES, ou seja, numa série de dez edições (três participantes foram certificadas em todas as edições, por exemplo), trata-se de um montante que pode ser considerado muito baixo em relação ao total de IES gaúchas que constam do cadastro oficial do MEC.

Associando-se à essa breve análise ao menos uma parte do aporte teórico e contextual sobre a identificação de temáticas contemporâneas sobre RSU (SANTOS, FREIRE e ROTTA, 2017); a evolução nas definições conceituais e em modelos de gestão de RSU mais proximalmente alinhados com a realidade sociopolítica e educacional de países latino-americanos (VALLAEYS, 2008, 2014, 2018); e a atualidade de estudos no Brasil, como o de Kiszner (2018), que procura discutir e analisar a RSU sob a perspectiva da avaliação institucional, algumas questões para investigação futura parecem emergir. Outras inquietações compõem os caminhos de investigação dessa dissertação rumo ao alcance de seus demais objetivos.

Uma dessas questões poderia dedicar-se a investigar se o fato de ter sido constatada nessa análise dos dados do prêmio uma predominância de IES privadas participantes (parte delas IES comunitárias), quais seriam as características mais destacáveis das práticas de RS realizadas, bem como se há alinhamento com conceitos e práticas oriundos da RSE. O que significa para uma IES gaúcha ter sido premiada com a mais socialmente responsável? Que impacto essa RS

tem em seu entorno local? Como tem sido feita a meta-avaliação de seus processos de RSU? Os resultados das avaliações a que essas IES se submetem, por meio do SINAES, têm refletido suas abordagens e práticas de RSU?

A partir de tais questionamentos, decorrem dessa análise alguns outros fatores de ordem prática que poderiam ser considerados, a saber:

- a) Quanto à divulgação, se as IES gaúchas são conhecedoras do PRS e se a atuação da entidade que congrega as 27 Associações Regionais e que representa a totalidade dos 497 municípios gaúchos poderia contribuir para ampliar essa divulgação especificamente junto às IES de suas cidades, ou microrregiões;
- b) Quanto a real necessidade de IES participantes apresentarem as certidões negativas, pois muitas que são caracterizadas como privadas não possuem todos os tipos de certidões exigidas; e,
- c) Quanto ao volume e a forma de apresentação dos dados das IES ao prêmio, que requerem a atuação de um profissional qualificado para tanto, dada a especificidade de algumas informações, num curto espaço de tempo determinado pelo edital - período em torno de 1 mês para inscrições.

Um outro ponto de reflexão, conduz para a análise dos indicadores de RSU utilizados pelo prêmio, na tentativa de verificação de sua aproximação com os indicadores utilizados no instrumento oficial do INEP, como parte do processo de avaliação institucional. Um exemplo de questão daí decorrente seria: estariam as IES gaúchas desinteressadas em concorrer ao PRS em razão dos instrumentos ou dos indicadores que são considerados? De que modo poderia ser realizada uma avaliação com maior flexibilidade e próxima à realidade de todas as IES que obrigatoriamente participam de um processo nacional de avaliação institucional?

5.2. ANÁLISE DOS INDICADORES DO PRÊMIO À LUZ DOS INDICADORES REFERIDOS NO IAIE/INEP

De acordo com os dados consultados neste trabalho a respeito do PRS e com a apresentação dos dois instrumentos considerados para a avaliação feita no âmbito do prêmio, esta seção dirige-se para a análise dos respectivos indicadores à luz indicadores preconizados pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) do INEP. Essa

análise é precedida, no entanto, pela necessidade de registrar a sistemática dos cálculos aplicados para os dois instrumentos e respectivos indicadores do PRS.

5.2.1. Quanto ao cálculo da Nota do Balanço Social

No caso do PRS, tem-se que, a avaliação é feita por meio da atribuição de notas, calculadas pela Comissão Mista, com o apoio técnico de recursos humanos e técnicos disponibilizados pela ALRS. O cálculo para composição da nota final é um valor ponderado:

- **Nota do Balanço Social**= 40% (quarenta por cento); e,
- **Nota do Relatório de Responsabilidade Social**= 60%.

Para a apuração da **Nota do Balanço Social**, consideram-se as *Notas dos Indicadores Quantitativos (40%)* e *Nota dos Indicadores Complementares (60%)*. A relação dos 7 indicadores e 3 contra indicadores, bem como o respectivo peso percentual considerado para participantes inscritas no segmento “Instituições de Ensino”, consta do Quadro 11.

Quadro 11 – Indicadores e contraíndicadores no segmento instituições de ensino e respectivos pesos atribuídos

Tipo de Item	Descrição	Peso
Indicador	Investimento em Cidadania	30%
	Geração de Emprego	20%
	Investimento em Meio Ambiente	5%
	Benefícios Sociais	15%
	Diversidade	10%
	Saúde, Segurança e Higiene	10%
	Capacitação Profissional	10%
Contraíndicador	Acidentes de Trabalho	- 5%
	Multas Trabalhistas	- 10%
	Autuações em Meio Ambiente	- 5%

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de ALRS (2017).

O detalhamento dos quesitos considerados em cada um dos indicadores e contraíndicadores pode ser consultado no APÊNDICE A deste trabalho. A sistemática de cálculo para aferição do valor final dos indicadores quantitativos do Balanço Social é feita da seguinte forma:

- a) Após o cálculo do indicador, calcula-se a média e o desvio padrão dentro da categoria;
- b) Calcula-se, então, a respectiva quantidade (N) de desvios padrão (Dp) que a instituição obteve no indicador (i) pela fórmula

$$N = \frac{i - \bar{x}}{Dp}$$

- c) A seguir, a pontuação absoluta do indicador é obtida aplicando-se a distribuição normal sobre o valor dos desvios: *Pontuação Absoluta = Distribuição Normal (Desvios)*; e,
- d) Finalizando, calcula-se a Pontuação Ponderada do indicador aplicando o peso atribuído ao mesmo sobre a pontuação absoluta: *Pontuação Ponderada = Pontuação Absoluta x (Peso / 100)*.

Assim, a *Nota dos Indicadores Quantitativos do Balanço Social* é a **soma da pontuação ponderada de cada indicador**. Para fins exploratórios e de maior esclarecimento sobre os procedimentos de cálculo aqui descritos, consta do APÊNDICE C deste trabalho um exemplo do cálculo a partir de dados não identificados de IES participantes na edição 2017 do prêmio (ALRS, 2017).

5.2.2. Quanto ao cálculo da Nota do Relatório de Responsabilidade Social

No caso do cálculo da **Nota do Relatório de Responsabilidade Social**, procede-se considerando o seguinte:

- a) As entidades, de acordo com a categoria, respondem a um questionário de 16 ou 18 questões;
- b) O peso de cada questão é variável, sendo que algumas questões valem 2 pontos e outras valem 10 pontos;
- c) A soma das notas máximas de cada questão é igual a 100;
- d) O sistema atribui a nota automaticamente a cada questão de acordo com a resposta informada; e,
- e) As notas então são somadas e após é aplicado o peso correspondente aos Indicadores Complementares (60%).

O APÊNDICE D contém o exemplo de cálculo para esta nota, tomando-se como exemplo dados não identificados referentes a edição 2017 da premiação (ALRS, 2017).

5.2.3. Enquadramento de indicadores do prêmio aos indicadores de RSU identificados no IAIE/INEP

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados referentes ao enquadramento dos indicadores utilizados pela premiação sobre responsabilidade social concedida pela ALRS, frente a versão mais recente do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica (IAIE).

De acordo com o INEP (2017),

O processo de recredenciamento e de transformação de organização acadêmica abrange instituições diversas: faculdades, centros universitários e universidades; públicas ou privadas; ofertantes da modalidade presencial ou a distância. Sendo assim, **o presente instrumento é a ferramenta dos avaliadores na verificação dos cinco eixos**, que contemplam as **dez dimensões do Sinaes** (INEP, 2017, p.6), grifos do autor.

De acordo com o que foi apresentado ao final do Capítulo 2 neste trabalho, considerando-se a versão atualizada do IAIE (outubro/2017), apenas em um dos cinco eixos (Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional), foi possível verificar a presença de dois indicadores associados à RSU:

- **Indicador 2.4.** *PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial; e,*
- **Indicador 2.5.** *PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social.*

Como visto anteriormente, a nota atribuída pelo prêmio para o **Balanco Social equivale a 40% do total**. Mesmo partindo-se da

evidência de tratar-se de indicadores com caráter quantitativo, vários direcionados a apuração de valores monetários, foi feita no Quadro 12, uma tentativa de enquadramento dos dois indicadores do IAIE aos sete indicadores definidos no instrumento Balanço Social do PRS. Não foram incluídos, no entanto, os três contraindicadores utilizados pelo prêmio, que pontuam naquela avaliação negativamente.

Quadro 12 – Indicadores quantitativos do prêmio em relação aos indicadores do IAIE/INEP

Indicador no Prêmio	Enquadramento ao Indicador de RSU relativo no IAIE/INEP?	Argumentação
Investimento em Cidadania	Não	Trata-se de cálculo monetário. No IAIE o indicador 2.5 trata de políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, melhoria das condições de vida, ações de inclusão e empreendedorismo
Geração de Emprego	Não	No PRS refere-se ao total de funcionários, no início e no final do exercício, por faixa etária. Em termos de RSU no IAIE, poderia estar relacionado ao indicador 2.4, no que se refere a “políticas de promoção dos direitos humanos”
Investimento em Meio Ambiente	Não	Trata-se de cálculo monetário. No IAIE poderia estar associado ao indicador 2.4, no contexto da “valorização do meio ambiente”
Benefícios Sociais	Não	Trata-se de cálculo monetário, do montante gasto no período com ações e benefícios para os funcionários. Sem relação aparente com RSU nos indicadores do IAIE
Diversidade	Não	No PRS refere-se ao número de funcionários com deficiência

		que exerciam suas atividades na empresa, no final do exercício. No IAIE o indicador 2.4 trata de “ações voltadas à valorização da diversidade”
Saúde, Segurança e Higiene	Não	Trata-se de cálculo monetário. No IAIE poderia estar associado ao indicador 2.5, no contexto de “políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social”.
Capacitação Profissional	Não	Trata-se de cálculo monetário. No IAIE poderia estar associado ao indicador 2.5, no contexto de “políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social”.

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Mesmo que tivessem sido considerados os três contraindicadores do PRS (acidentes de trabalho, multas trabalhistas e autuações em meio ambiente), não pareceu haver enquadramento com os dois indicadores do IAIE, podendo talvez o contraindicador relativo a autuações em meio ambiente ser associado ao item 2.4, no contexto da “valorização do meio ambiente”.

Na análise dos **Indicadores Complementares ao Balanço Social** que equivale a 60% do valor da nota final a ser atribuída, o instrumento para aferição é um questionário. As organizações do segmento *Entidades Sem Fins Econômicos* respondem a um questionário específico, composto por dezesseis itens. Um outro questionário, direcionado para agrupar os segmentos *Empresas, Sociedades Cooperativas, Entidades Governamentais e Instituições de Ensino* deve ter seus 18 itens respondidos.

Serão apresentados nos quadros a seguir, dividindo-se em seções, a análise do enquadramento feito ou não com os indicadores identificados a partir do IAIE/INEP.

Quadro 13 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (*GERAL*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador e	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
1. Possui código de ética divulgado para três ou mais dos seguintes públicos de interesse: comunidade, público interno, poder público, fornecedores e clientes. SIM ou NÃO Em caso afirmativo, explique como é feita a divulgação?	4	Não
2. Em relação aos canais de relacionamento formais, a IES possui canal(is) formal(is) de relacionamento? SIM ou NÃO	4	Não
3. Em relação a certificações de qualidade, ambiental e social, a IES possui certificações de qualidade ambiental e social? SIM ou NÃO	7	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

No caso da seção *GERAL* do questionário, a partir das questões apresentadas não foi realizado o enquadramento com nenhum dos itens correspondente a ações de RSU no IAIE/INEP. A pergunta 1 refere-se a código de ética, mas o documento referenciado pelo INEP é o PDI no caso do processo de avaliação institucional. Nota-se um alto valor atribuído no PRS para a questão que trata de certificações na questão 3, mas não é possível afirmar categoricamente que esse quesito figura no escopo dos indicadores do IAIE/INEP, pois a instituição pode, por exemplo, ter ações voltadas para a “valorização do meio ambiente” (indicador IAIE 2.4), mas não ser certificada pela ISO 14000 e similares.

Além disso, questiona-se nessa análise para a maioria das IES (principalmente as públicas) qual seria a importância de se ter uma certificação nesse nível, em razão de suas atividades principais (ensino, pesquisa e extensão – no caso de universidades).

Quadro 14 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (*PÚBLICO INTERNO*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
4. A organização possui programas de participação nos resultados, extensivos a todos os colaboradores: () Sim () Não Em caso afirmativo, explicar sinteticamente os critérios de participação nos resultados.	2	Não
5. Possui práticas de promoção da diversidade para grupos pouco representados na sociedade/organização, como programas de contratação de pessoas com deficiência e outros grupos minoritários	2	2.4
6. Realiza práticas de desenvolvimento e capacitação profissional	9	2.5
7. A organização possui programa de saúde, segurança e condições de trabalho	10	2.5
8. Oferece benefícios (para os seus colaboradores)	7	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Em relação aos itens da seção PÚBLICO INTERNO não foram enquadrados os indicadores originados nos itens 4 e 8 do instrumento aplicado pelo PRS, em razão de tratar-se de questão direcionada especificamente aos colaboradores da IES. A dimensão dos indicadores de RSU no IAIE/INEP apresentam-se de forma mais ampla. Às IES públicas, por exemplo, não se aplica um “programa de participação nos resultados”, para todos os colaboradores. Nas questões 5, 6 e 7 foi feito o enquadramento a partir dos princípios incutidos na avaliação dos indicadores do IAIE/INEP: “valorização da diversidade” (2.4) para a questão 5; e “melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão” (2.5) para as questões 6 e 7.

Quadro 15 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (*COMUNIDADE*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
9. Em sua ação voltada à comunidade...	8	2.5
10. Quanto à estrutura de suporte à ação social...	10	Não
11. A organização desenvolve ações de estímulo ao voluntariado	5	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Quanto aos indicadores complementares da seção *COMUNIDADE*, o esforço de enquadramento ficou restrito ao item 9 do questionário do PRS, considerando-se a noção contida no indicador 2.5, “melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão”.

Quadro 16 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRSem relação aos indicadores do IAIE/INEP (*MEIO AMBIENTE*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
12. A organização: () Não desenvolve ações de qualquer natureza voltadas ao meio ambiente. () Realiza coleta seletiva de lixo. () Desenvolve e aperfeiçoa processos que gerem economia no consumo de papel, energia, combustíveis fósseis e água. () Realiza ações que visem à educação ambiental, para funcionários e familiares.	7	2.4
13. Possui Sistemas de Gestão Ambiental com as seguintes características: () Não possui sistema de gestão ambiental. () Possui identificação de riscos ambientais. () Possui orçamento definido para ações de minimização de impactos ambientais. () Possui planos de ação e metas.	9	2.4

() Possui processos de medição e avaliação do impacto do produto no meio ambiente.		
() Possui auditoria externa.		

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Para os indicadores do PRS apurados por meio das questões da seção *MEIO AMBIENTE* foi realizado o enquadramento com o indicador 2.4, em alusão a “políticas institucionais voltadas à valorização do meio ambiente”. Essa dimensão suscita uma análise mais complexa se considerado que a questão de número 13 trata de “sistemas de gestão ambiental”, algo que vai além do simples registro de ações pontuais. No caso das IES talvez pudesse ser alcançado tal nível por meio de intervenções realizadas em decorrência de projetos práticos, vinculados à área de extensão universitária. Assim, mesmo com a exposição dessa ressalva interpretativa, manteve-se o enquadramento para ambos os itens.

Quadro 17 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (*FORNECEDORES*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
14. Estabelece critérios de responsabilidade social para a seleção de fornecedores...	4	Não
15. Estimula fornecedores a desenvolverem ações sociais próprias ou em conjunto com a própria organização: () Sim () Não Em caso afirmativo, quais as políticas de estímulo?	2	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Já em relação à seção *FORNECEDORES* não foi analisado como correspondente aos indicadores RSU do IAIE as questões 14 e 15 do instrumento aplicado pelo PRS.

Essas questões, assim como a seção final que será apresentada a seguir, parecem estar bem situadas no contexto da premiação e dentro da lógica teórica que trata da relação das organizações com suas partes interessadas (*stakeholders*), como visto na revisão de literatura.

Quadro 18 – Indicadores complementares ao Balanço Social do PRS em relação aos indicadores do IAIE/INEP (*CLIENTES/CONSUMIDORES*)

Síntese da questão aplicada para composição do Indicador	Nota Máxima no PRS	Indicador IAIE/INEP
16. Possui política de respeito à privacidade de clientes/consumidores: () Sim () Não	3	Não
17. Utiliza os canais de comunicação como forma de aperfeiçoar suas atividades, produtos e serviços:	4	Não
18. Adota princípios de respeito à preservação da saúde de seus consumidores, pesquisando e divulgando danos potenciais que seus produtos possam causar e medidas corretivas. () Sim () Não	3	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Percebe-se que, mesmo no critério do prêmio, recebem menor valor de pontuação do que outros itens e, no contexto das IES estão construídas de um modo que não permite aproximação com nenhum dos dois indicadores do IAIE.

Assim, tem-se que, das 18 questões apresentadas para composição dos *Indicadores Complementares ao Balanço Social* no âmbito do prêmio, foi feito o enquadramento com um dos dois itens do IAIE para 6 questões, em alusão aos princípios de RSU contidos no instrumento preconizado pelo INEP.

A partir dessa análise é possível verificar que o instrumento aplicado pelo PRS tem características voltadas para abranger muitos segmentos e que as características das instituições de ensino superior são peculiares em relação a outros tipos de organizações.

Assim, uma IES pública ou sem fins lucrativos, ao preencher o questionário, poderá ter um conjunto de indicadores “zerados” na nota do prêmio, mas se fossem consideradas ações de RSU a partir de outros métodos de verificação, alusivos aos princípios contidos nos dois indicadores do IAIE, seu resultado poderia ser diferente.

É importante retomar, no entanto, que a análise realizada considera como escopo o contexto avaliativo do SINAES, por meio de

um único instrumento e de dois indicadores identificados por tratarem de princípios de RSU.

A proposta do prêmio da ALRS é abrangente, fundamenta-se em critérios solidificados e comumente encontrados em outras iniciativas e modelos direcionados para a composição de um “balanço social”, próprios do mundo corporativo. Cabe-se ressaltar que embora não seja uma demonstração contábil obrigatória, o Balanço Social segue norma técnica (NBC T 15), utilizadas como referência para a elaboração dos instrumentos utilizados pelo PRS. Porém, assim como já houve ao longo da história da premiação a adaptação de instrumentos e outros ajustes visando aprimorar o processo, propõe-se, a partir dessa análise, a adoção de alguns indicadores contextualizados ao IAIE/INEP.

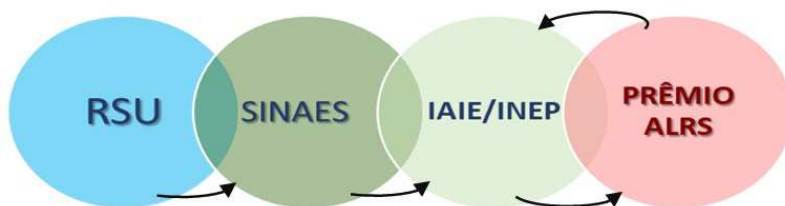
6. PROPOSIÇÃO DE INDICADORES A SEREM CONSIDERADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Por meio do exercício de tentar enquadrar alguns indicadores apurados para o segmento IES, no âmbito da premiação sobre responsabilidade social concedida pela ALRS, apresenta-se neste capítulo uma proposição de indicadores que seja mais próxima a realidade das IES gaúchas, não importando se essas são públicas ou privadas.

Desta forma, a partir das análises realizadas e respeitando o enquadramento definido, foi possível alcançar o objetivo geral deste trabalho, ou seja, propor indicadores de Responsabilidade Social Universitária para o Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, à luz do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica.

O escopo considerado para a realização da proposição de indicadores, conforme representado na Figura 11, parte do construto Responsabilidade Social Universitária e vincula-se, por meio da fundamentação teórica apresentada, ao cenário do sistema oficialmente instituído para avaliação da educação superior no Brasil.

Figura 11 – Síntese da vinculação do tema ao resultado apresentado pelo trabalho



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

São apresentados, nesse sentido, quatro indicadores quantitativos (assim distribuídos em eixos), a serem constituídos por meio de oito itens aplicados por meio do instrumento Balanço Social. Para a composição dos indicadores complementares ao Balanço Social das IES são propostos 15 itens. Tais resultados são apresentados nas seções a seguir.

6.1. COMPOSIÇÃO DE INDICADORES QUANTITATIVOS PARA O PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL

A proposição aqui apresentada utiliza de modo intencional a mesma estrutura de itens vigente na premiação organizada pela ALRS, aproximando-a da visão de RSU identificada no “**Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional**” do IAIE/INEP. As adaptações realizadas, portanto, são sempre de acordo com esse eixo e em alusão ao que comportam os indicadores 2.4 e 2.5 daquele instrumento. Foram suprimidos, no entanto os indicadores que não apresentaram relação com o IAIE/INEP na análise realizada na seção anterior.

No caso dos **Indicadores Quantitativos do PRS**, foi realizada a alteração nas nomenclaturas dos indicadores para substituir o termo “investimento” no sentido monetário, mantendo-se, no entanto, o caráter quantitativo.

O Quadro 19 apresenta os quatro indicadores quantitativos para o Balanço Social do PRS, propostos por essa pesquisa, constituídos a partir de oito itens.

Quadro 19 – Indicadores quantitativos para o Balanço Social do PRS para o segmento IES

Indicadores	Itens para composição do Indicador	Forma de Comprovação / Cálculo
1. Ações no eixo Cidadania	1.1 Quantidade de programas, projetos de extensão, e eventos realizados pela IES no ano anterior relacionados com “ <i>desenvolvimento econômico e social, melhoria das condições de vida, ações de inclusão e empreendedorismo</i> ”. 1.2 Quantidade de participantes em cada um dos itens acima relacionados.	Lançada a quantidade de itens, abre-se a mesma quantidade de campos para o registro do endereço eletrônico (site institucional, página em rede social, etc.) em informações sobre a ação executada que está registrada (textos, fotos, vídeos).
2. Ações no eixo Emprego	2.1. INTERNO: manter a apuração da quantidade de funcionários da IES.	2.1 Cálculo da quantidade de funcionários/quantidade

	2.2 EXTERNO: a) a IES implantou ou possui uma política de acompanhamento de egressos de seus cursos de graduação? b) a IES possui dados sobre a empregabilidade de seus alunos egressos?	de alunos matriculados. 2.2 Abre-se campos para preenchimento de relatório ou sistema publicado para comprovar as informações. Pontuar a partir da relação entre egressos e matriculados.
3. Ações no eixo Meio Ambiente	3.1 Quantidade de programas, projetos de extensão e eventos realizados pela IES no ano anterior relacionados com “valorização do meio ambiente”. 3.2 Quantidade de participantes em cada um dos itens acima relacionados.	3.1 Lançada a quantidade de itens, abre-se a mesma quantidade de campos para o registro do endereço eletrônico (site institucional, página em rede social, etc.) em informações sobre a ação executada que está registrada (textos, fotos, vídeos). 3.2 Cálculo que considere a razão entre a quantidade de participantes e de eventos realizados.
4. Ações no eixo Diversidade	4.1 Quantidade de programas, projetos de extensão e eventos realizados pela IES no ano anterior relacionados com “a valorização da diversidade”.	4.1 Lançada a quantidade de itens, abre-se a mesma quantidade de campos para o registro do endereço eletrônico (site institucional, página em rede social, etc.) em informações sobre a ação executada que está registrada (textos, fotos, vídeos).

	<p>4.2. Existência de unidade administrativa em funcionamento na IES responsável por articular as políticas institucionais atinentes à diversidade, com a informação da data de sua criação.</p>	<p>4.2 Abre-se campo para preenchimento do <i>site</i> institucional em que estão publicadas as informações sobre essa unidade. Atribuir pontuação considerando a existência da unidade e quantidade de meses que está ativa na IES.</p>
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Pela proposição apresentada, os indicadores quantitativos do balanço social das IES podem ser reduzidos a 4 ao invés dos 7 constantes da versão existente, com 8 itens para a composição do indicador. Essa composição passa a estar embasada critérios alusivos aos indicadores identificados como os que expressam RSU no contexto do o IAIE/INEP.

Como foi apresentado no Quadro 12, que é parte do capítulo anterior em que foram apresentados os resultados do enquadramento de indicadores do PRS ao IAIE/INEP, alguns indicadores eram compostos a partir da apuração de dados monetários. São esses, pois, que foram suprimidos da proposição apresentada no Quadro 19.

Desses 4 indicadores suprimidos, apenas o indicador “Investimento em Meio Ambiente” foi interpretado como parcialmente aludido ao indicador IAIE/INEP 2.4, ou seja: “*PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial*”. Não se optou, porém, em manter esse indicador como um dos eixos na proposição feita por esse trabalho, justamente em razão do caráter monetário que possui na versão atualmente aplicada no instrumento do PRS.

No caso dos indicadores “Benefícios Sociais”, “Saúde, Segurança e Higiene” e “Capacitação Profissional”, além do caráter monetário, não foi identificado nenhum componente em seu teor que pudesse ser considerado alusivo ao conteúdo preconizado pelos dois indicadores do IAIE/INEP, identificados como relacionados à RSU.

Assim, a proposição de indicadores quantitativos para o Balanço Social do PRS contida no Quadro 19 apresentado neste trabalho, baseia-se na opção por 4 indicadores, que podem ser apresentados como eixos no instrumento a ser aplicado. Os oito itens decorrentes procuram abordar aspectos relacionados aos temas existentes nos indicadores IAIE/INEP e o registro das quantidades para cada um deles pressupõe o detalhamento dos eventos, programas ou projetos de extensão associados a cada indicador.

Essa proposta de método para comprovação das informações poderia contribuir para a formação de um **Repositório de Informações sobre Ações de Responsabilidade Social no Ensino Superior** gaúcho, prevendo-se em edital que as IES que submeterem suas inscrições ao PRS, comprometem-se com a divulgação pública de suas ações de RSU, ao passo que poderia haver uma ferramenta de consulta pública, no site da ALRS, no intuito de atribuir visibilidade aos dados e incentivar a participação no PRS de um maior número de IES.

6.2. COMPOSIÇÃO DE INDICADORES COMPLEMENTARES AO BALANÇO SOCIAL PARA O PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na análise feita no capítulo anterior a respeito dos indicadores complementares ao Balanço Social do PRS, foi visto que dos 18 itens aplicados apenas 6 foram considerados como enquadrados aos indicadores sobre RSU do IAIE/INEP. Essa análise foi apresentada considerando-se o instrumento do PRS subdividido em seis temas: Geral, Público Interno, Comunidade, Meio Ambiente, Fornecedores e Clientes/Consumidores, de acordo com o contido nos Quadros 13 a 18 deste trabalho.

Quanto aos **Indicadores Complementares**, por meio do Quadro 20 é apresentada a proposição de substituição ou de adaptações no teor e nos critérios de avaliação para a integralidade dos itens aplicados no instrumento adotado pelo PRS.

Trata-se de proposição que considera o exercício de aproximação com o escopo também relativo aos indicadores sobre RSU do IAIE/INEP, que considera uma hipótese de uma flexibilização de critérios e normas vigentes para a expressão de um “balanço social” específico para o segmento das Instituições de Ensino Superior.

Quadro 20 – Proposição de indicadores complementares ao Balanço Social do PRS para o segmento IES

Proposição de questões a serem aplicada para a composição dos Indicadores	Proposição de critérios de avaliação
1. A IES tem seu PDI atualizado divulgado de forma pública no site oficial institucional? SIM ou NÃO	1. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0.
2. Quantidade de ocorrências do termo “responsabilidade social” na versão do PDI atualizado da IES.	2. Utilização da Escala <i>Likert</i> , para pontuação.
3. A IES possui políticas de promoção da diversidade para grupos pouco representados na sociedade (reserva de vagas específicas para ingresso na IES, <u>além dos percentuais já definidos por lei</u> ?) SIM ou NÃO	3. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0.
4. A IES internamente possui programas de contratação de pessoas com deficiência e outros grupos minoritários? SIM ou NÃO	5. Calcular a quantidade de contratos em razão do total de funcionários – utilizar escala <i>Likert</i> para pontuação
5. Quantidade de contratos dessa natureza vigentes no ano anterior	6. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0
6. Realiza práticas de desenvolvimento e capacitação profissional? SIM ou NÃO	7. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0
7. A IES mantém programa de saúde, segurança e condições de trabalho? SIM ou NÃO	8. Calcular a quantidade de participantes em razão do total de funcionários – utilizar escala <i>Likert</i> para pontuação
8. Quantidade de pessoas participantes em programas ou atividades dessa natureza no ano anterior	

<p>9. A IES investe em seus colaboradores por meio de programas de reserva de vagas em cursos de qualificação, oferta bolsas, plano de saúde ou atividades relacionadas à cultura, esporte e lazer? SIM ou NÃO</p> <p>10. Quantidade de pessoas participantes em programas ou atividades dessa natureza no ano anterior</p>	<p>9. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0</p> <p>10. Calcular a quantidade de participantes em razão do total de funcionários – utilizar escala <i>Likert</i> para pontuação</p>
<p>11. Em relação à postura da IES para com a comunidade (abertura externa): () A IES realizou eventos culturais, relativos à preservação do patrimônio e da memória cultura em suas instalações ou <i>campi</i> e permite a participação da comunidade externa, de forma gratuita em todos esses eventos? () A IES esteve aberta no último ano para que a comunidade pudesse ter acesso às suas instalações físicas, como por exemplo na Biblioteca, projeto de cinema popular, ou exposições e apresentações culturais e artísticas? Em ambos os casos, registrar nos respectivos campos o nome dos projetos ou eventos, com o respectivo link com a comprovação da divulgação de texto, notícia ou outros meios de divulgação de alcance comunitário</p>	<p>11. Calcular a quantidade de participantes em razão do total de matrículas</p> <p>Utilizar escala <i>Likert</i> para estabelecer pontuação</p>
<p>12. Em relação à postura da IES a respeito de ações internas, realizadas com foco na comunidade: () Realiza ações sociais pontuais sem foco definido. () Realiza ações sociais sistemáticas em projetos específicos e com foco. () Desenvolve novas metodologias e práticas exemplares de intervenção social, tais como o estabelecimento de alianças estratégicas entre instituições sociais, poder público e iniciativa</p>	<p>12. Registrar nos campos respectivos o nome das ações, com o respectivo link com a comprovação da divulgação de texto, notícia ou outros meios de divulgação de alcance comunitário</p>

privada, ou o apoio, com recursos financeiros ou humanos, na elaboração, aperfeiçoamento e execução de políticas públicas universais.	Utilizar escala <i>Likert</i> para pontuação
<p>13. A IES realiza algum suporte a ações de cunho social, ou ao incentivo ao voluntariado ou possui fundação, instituto ou grupos dedicados a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras? SIM ou NÃO</p> <p>14. A IES registrou oficialmente no ano anterior, por meio de publicação em seu site institucional ou por outro documento que possa ser referenciado ações voltadas à valorização meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural? SIM OU NÃO</p>	<p>13. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0.</p> <p>14. Item binário, atribuir pontuação 1 ou 0</p>
15. Registro nominal, com o “título” das ações referidas no item 13 acompanhados do respectivo link em que a produção pode ser referenciada.	15. Calcular a quantidade no ano e utilizar a escala <i>Likert</i> para atribuir pontuação

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Foram apresentadas nessa proposição um total de 15 questões, direcionadas à composição dos indicadores complementares ao Balanço Social das IES. Para as questões binárias e não binárias, poderia recorrer-se ao recurso de abertura de um campo para o registro referencial (informação do site institucional, *upload* de documento) para efeitos comprobatórios e para a avaliação a ser realizada pela Comissão Mista designada.

A primeira e a segunda questões apresentadas enfatizam o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES, ao invés do “código de ética”. Isso porque há uma relação direta entre esse documento

institucional e o escopo dos indicadores identificados como relativos à RSU no IAIE/INEP.

As questões 3, 4 e 5 relacionam-se à “valorização da diversidade”, adotada nessa proposição uma interpretação de vinculação ao Indicador 2.4 do IAIE/INEP. Essa mesma relação se fez para o caso das cinco questões seguintes do instrumento (6, a 10), observando-se o sentido de valorização das “ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos”.

Finalmente, o bloco das questões de 11 a 15 do instrumento concentraram-se em associar as ações, bem como seu respectivo registro por parte das IES em torno dos aspectos ligados à valorização meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Esses aspectos estão textualmente presentes no próprio texto que dá origem ao SINAES e, portanto, ao contexto selecionado para abordagem nesta dissertação. Como já visto anteriormente, tais aspectos são passíveis de identificação nos indicadores de RSU do IAIE/INEP.

Em resumo, do mesmo modo que foi proposto para o caso dos indicadores quantitativos, esta descrição em síntese do conjunto de indicadores complementares tem o propósito de justificar os enquadramentos realizados. A coleta de dados decorrente de sua aplicação poderia colaborar para a formação de um “*repositório*” a ser publicado pela ALRS, o que, por sua vez, poderia servir para a proposição de um novo modelo de Relatório de Responsabilidade Social para as IES gaúchas.

No caso dos demais segmentos participantes do PRS, esse repositório poderia também ganhar significado, em razão de constituir-se como um “*Banco de Boas Práticas de Responsabilidade Social*”. Para o caso das IES, o sentido norteador seria de contribuir para que houvesse uma maior expressão às suas ações de RSU, conceitualmente alinhado ao que é discutido neste trabalho e sem o acentuado viés de *marketing*, característico para ao menos uma parte do mundo corporativo e ainda predominante em algumas áreas de atuação do mercado.

Nesse sentido, considerando essa proposta de construção de indicadores quantitativos por meio da análise do Balanço Social das IES e dos respectivos indicadores complementares, alinhada aos princípios de RSU expressos nos dois indicadores identificados no IAIE/INEP, tem-se que pode ser feito um ensaio com dados de anos anteriores para verificar se haveria diferença significativas com respeito a adoção do cálculo da nota final ponderada.

Para o caso dos indicadores apresentados no Quadro 19, pode-se aventar a hipótese de que, em razão do caráter *quali-quantitativo* atribuído a esse conjunto de indicadores, poderiam ser tais itens agrupados em um único instrumento de coleta. Isso parece não ter repercussão negativa a princípio, sobre aspectos de ordem técnica, uma vez que o PRS já tem se utilizado de formas de processamento automatizadas, para o computo de notas e outros cálculos executados atualmente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões contemporâneas sobre a relevância da educação superior para o enfrentamento de desafios nos campos político, econômico, ambiental e social têm avançado para abordar as instituições que ofertam esse nível de ensino, no sentido que adotem uma política de gestão capaz de responder aos impactos internos e externos dessas organizações e de seu fazer acadêmico.

Assim se constitui a abordagem de Responsabilidade Social Universitária (RSU) tratada nesse trabalho, ou seja, como um conceito de tem sua origem em princípios do mundo corporativo em que predominavam as visões econômica, legal e ética (CARROLL, 1979) e que vai evoluindo no transcorrer da segunda metade do século XX, quando têm destaque teorias que tratam dessa responsabilidade social na relação com as partes interessadas no resultado realizado pelas organizações (FREEMAN, 1984).

De suas origens, quando eram prioritários os aspectos de ordem econômica até os tempos atuais, em que as organizações são inquiridas sobre como podem atuar para minimizar seus impactos e para responder cada vez mais às expectativas de seus *stakeholders* e da sociedade como um todo, essa noção sobre Responsabilidade Social ganha complexidade e sofre a influência de atuação de vários atores.

Organismos multilaterais como o Banco Mundial e OCDE, trabalham na perspectiva de publicar documentos que incluem para as empresas a necessidade de seguirem diretrizes, a partir de um discurso que tem por base o incentivo ao progresso econômico, social e ambiental, minimizando os possíveis impactos negativos das atividades exercidas por essas organizações. A UNESCO, por sua vez, procura posicionar as Instituições de Ensino Superior como propulsoras de uma educação superior que, como bem público, leve ao bem-estar e ao desenvolvimento sustentável.

A publicação de normas internacionais como a ISO 26000, as discussões teóricas e atuação dos organismos tem características de repercussão internacional, porém as diferenças no plano político, econômico, social e ambiental são marcantes entre os continentes. Na América Latina a RSU passa a configurar-se como uma alternativa de política de gestão atinente, inclusive, aos impactos da própria universidade.

A revisão de literatura mostra que a RSU evolui em território latino-americano, mesmo com as dificuldades em torno da fixação de um conceito, abarcando princípios aplicados em experiências de anos anteriores, como é o caso do Projeto *Universidad Construye País*, no Chile. Vai se fortalecendo ao longo do início do século XXI, por meio de esforços teóricos de autores como Vallaeys, da constituição de redes de cooperação integradas pelas próprias Instituições de Ensino Superior (IES), da atuação dos organismos multilaterais e da proposição de novos modelos, aportes teóricos de outras áreas de investigação, da construção de medidas, instrumentos e indicadores de avaliação.

As raízes fundadas no mundo empresarial trazem à tona para organizações de qualquer segmento a necessidade de dedicar alguma atenção aos anseios de suas partes interessadas e da sociedade ao seu fazer institucional, ao passo que, são impelidas ou até obrigadas a submeterem-se a processos de certificação, ao cumprimento de leis, e até mesmo participarem de processos de avaliação que premiam “suas boas práticas” de responsabilidade social e que procuram evidenciar para a sociedade o chamado “balanço social” dessas organizações.

São esses os fundamentos teóricos que norteiam o contexto de investigação deste trabalho e que permitiram identificar um vasto campo de pesquisas futuras a respeito dos possíveis impactos na educação superior brasileira e, conseqüentemente, para as instituições que atuam nesse cenário.

Ao buscar uma aproximação com a realidade brasileira, partindo-se da referência ao ambiente corporativo, têm destaque as iniciativas do Instituto Ethos que há duas décadas atua no país aplicando princípios que tem suas raízes na RSE. Os princípios desse instituto têm se mantido alinhados com outros modelos como, por exemplo, o da *Global Reporting Initiative*, que atualmente tem abrangência e aparenta ganhar legitimidade no território europeu – ao menos em termos da quantidade de instituições aderentes e ao desenvolvimento de instrumentos e respectivos indicadores.

Em cumprimento a um de seus objetivos específicos, este trabalho fez a identificação de várias iniciativas internacionais a respeito da RSU, traçando uma relação com a inserção dessa temática no contexto brasileiro, que tem como marco a publicação da lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. Esse sistema nasce em 2004, após algumas outras etapas em que o

governo brasileiro procurou dar cumprimento ao princípio constitucional que aponta para a oferta de educação de qualidade em todos os níveis de ensino e, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a responsabilidade de avaliar essa “qualidade”, atribuída ao Estado.

O SINAES, como um complexo processo avaliativo, utiliza-se de variados instrumentos e indicadores aplicados em diferentes momentos e com diferentes olhares: estudantes, cursos e instituições (RISTOFF e GIOLO, 2006). O escopo de pesquisa neste trabalho considerou os indicadores identificados como relacionados à RSU, focalizando o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) do INEP, para fins dos processos de Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica.

A análise desse instrumento considera o posicionamento em um único eixo de avaliação (Desenvolvimento Institucional) de dois indicadores e a análise de conteúdo foi feita por meio dos indicadores do Prêmio Responsabilidade Social (PRS) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mais uma vez, restringindo-se a abordagem ao segmento Instituições de Ensino Superior (IES).

O prêmio criado pelo parlamento gaúcho foi utilizado por tratar-se de iniciativa pioneira no Brasil, no que se refere à atribuição de um prêmio para o segmento das IES, a partir da verificação de indicadores apurados por meio de um Balanço Social e de informações complementares a esse balanço.

Foram contemplados outros dois objetivos específicos, por junção entre a análise da participação das IES no PRS, feita por meio da análise de conteúdo das informações disponíveis em uma série histórica de 14 edições (2004-2017), e da análise dos indicadores relacionados à RSU no IAIE/INEP, realizada igualmente por meio da interpretação dos princípios expressos textualmente nos indicadores relativos à RSU.

Com tais resultados, partiu-se para a compreensão dos indicadores quantitativos e complementares do PRS, que se constituem com os outros dois objetivos específicos deste trabalho, alcançados por meio do enquadramento dos indicadores do PRS aos indicadores IAIE/INEP. Nessa etapa, dos indicadores de caráter quantitativo (que após a aplicação de critérios e cálculos equivalem a 40% da nota final) nenhum foi enquadrado em relação aos indicadores do IAIE, alguns pelo caráter de apuração de investimentos de ordem monetária e outros que apuram quantitativos em temas próximos aos princípios defendidos pelo SINAES. Quanto aos indicadores complementares, que após os cálculos

representam 60% da nota final, foi apresentada a síntese de dezoito questões aplicadas no instrumento do prêmio, distribuídas entre as seções: geral, público interno, comunidade, meio ambiente, fornecedores, clientes/consumidores. Apurou-se o enquadramento de exatamente um terço das questões, em alusão aos princípios de RSU contidos no instrumento preconizado pelo INEP.

Essa análise também permitiu verificar que o instrumento aplicado pelo PRS tem características voltadas para abranger muitos segmentos de organizações, porém as características das IES são peculiares em relação a outros tipos de organizações. Instituições Públicas ou Sem Fins Lucrativos, não importando que sejam ou não “Universidades”, podem ter seus indicadores “zerados” a partir de muitas questões apresentadas no PRS, mas se pudessem ser considerados outros indicadores, poderiam apresentar um resultado diferente nessa avaliação.

Foram as análises das iniciativas internacionais sobre RSU contextualizadas a realidade das IES brasileiras, bem como a compreensão dos indicadores, tanto no âmbito do PRS quanto no da opção de investigação realizada por meio do IAIE/INEP que conduziram a questão de pesquisa: quais indicadores devem ser considerados por iniciativas que premiam as IES, com o intuito de atribuir uma maior expressão à ações de RSU realizadas por essas instituições?

É nesse sentido que, finalmente, foi feita uma proposição de indicadores que poderiam ser considerados no Prêmio Responsabilidade Social da ALRS. Os indicadores quantitativos do Balanço Social das IES ficariam reduzidos a quatro contra os sete da versão atual (2017), e sua composição estaria embasada em critérios alusivos aos indicadores identificados como os que expressam RSU no contexto do o IAIE/INEP, apurados por meio da combinação de respostas dadas para oito itens. Os indicadores complementares seriam apurados por meio da avaliação das respostas dadas a quinze itens, para os quais se propõe a utilização de critérios de avaliação mais próximos ao padrão utilizado pelo INEP, ou seja a utilização de atribuição de conceito variando de 1 a 5 (escala *Likeri*) ou da atribuição de conceito simples para o caso de itens de resposta do tipo binário.

As discussões sobre RSU em países vizinhos da América Latina e no Caribe avançam para horizontes não restritos à esfera da avaliação institucional, com caráter regulatório. Baseiam-se em teorias que estão sendo consolidadas na perspectiva de fazer com que as universidades possam expressar suas ações de responsabilidade social não apenas

como um “compromisso”, mas a partir de uma visão ampla e transversal em seus processos básicos: *ensino, pesquisa, extensão e gestão*.

Como contribuição empírica desse estudo, no caso do Prêmio Responsabilidade Social, para além da proposição dos indicadores, aventa-se neste trabalho a possibilidade de constituição de um repositório de informações sobre boas práticas de RSU apresentadas por parte das IES gaúchas. No ato de preenchimento dos instrumentos seriam coletados dados referentes a projetos de extensão realizados, eventos e outras ações diretamente relacionadas com o tema. As disposições do edital anual publicado pela ALRS incluiriam o compromisso das IES sobre a veracidade e concordância com a ampla divulgação de suas ações de RSU.

Como proposta adicional, poderia ser implementada no site da ALRS dedicado ao PRS, uma ferramenta eletrônica de consulta, com o objetivo de atribuir visibilidade crescente a essas informações e incentivar a adesão de um maior número de IES gaúchas, sobretudo das Instituições de Ensino Superior Públicas, que concentram um grande número de matrículas, possuem estrutura acadêmica e administrativa consideráveis e realizam projetos de extensão e outras ações que certamente carecem de maior visibilidade junto a sociedade.

Foi desde a análise das iniciativas internacionais recentes a respeito do construto RSU, passando pelas experiências e discussões contemporâneas sobre esse conceito no território latino-americano até a relação com o cenário brasileiro, que foi considerada uma série de propostas para pesquisas futuras.

No cenário internacional, especialmente na Espanha, chama a atenção a quantidade de trabalhos recentes relativos ao modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), especialmente no que se refere à proposição de uma série de indicadores de desempenho ambiental, econômico e social. Esta seria, portanto, uma lacuna de pesquisa no sentido de verificar o enquadramento de tais indicadores em relação aos que tem sido propostos no âmbito de observatórios na América Latina, como é o caso do ORSALC (2017) e outras iniciativas que estão atualmente em curso a partir da formação de novas redes de cooperação, como é o caso da URSULA (2016).

No que se refere ao Brasil, partindo-se de uma perspectiva contrária à adotada neste trabalho e em outras poucas produções científicas, ou seja, da inserção da RSU como uma dimensão vinculada a um processo de avaliação com caráter obrigatório para as IES, estudos poderiam questionar a atual capacidade do SINAES de responder a uma maior expressão da RSU realizada por instituições públicas,

especialmente no caso das Universidades Públicas. Estas, pois, são IES dotadas de infraestrutura e orçamento consideráveis, *locus* da maior parte da produção científica qualificada do país e detentora dos quadros docentes igualmente mais bem qualificados. Tomando o pensamento de Vallaey (2018)²³: “estariam essas instituições muito ocupadas observando sua posição em rankings internacionais e confundindo "qualidade" com o número de publicações em revistas indexadas anglo-saxônicas”? Quais são os motivos que levam as Universidades Brasileiras a não participarem, em sua maioria, aos movimento contemporâneo sobre a RSU adotada como política de gestão, especialmente nas redes de cooperação que tem se firmado em território latino-americano?

Ao lançar esse olhar sobre a América Latina comparando-se com a realidade brasileira presente e a projetada para o futuro, ao menos no que diz respeito ao cenário de escassez de recursos econômicos e naturais, uma proposição adicional para pesquisas futuras, poderia incluir a análise da iniciativa adotada pelo governo do Peru, em 2014. Lá uma nova lei sobre as universidades inclui um capítulo intitulado “Responsabilidade Social Universitária”. Sob essa ótica, estudos poderiam dedicar-se a investigar o cenário de implantação de ações de RSU no Peru, comparando-as com a realidade brasileira apenas no que se refere ao desdobramento da dimensão RSU nos Planos de Desenvolvimento Institucionais, que são periodicamente atualizados pelas IES. Esse é um documento fundamental no próprio contexto de avaliação da educação superior, conduzido pelo Ministério da Educação no Brasil e os únicos indicadores de RSU identificados neste trabalho no IAIE/INEP tratam de assim posicioná-los, ou seja, em relação ao PDI das IES.

Todas essas inquietações que podem ser alvo de investigações futuras estão inseridas em um contexto interpretativo que abarca questões de diferenças territoriais, culturais, políticas, econômicas e sociais. Trata-se de desafios que têm sido apresentados como urgentes por alguns autores, mas que necessitam de estratégias de ação que não faça tais enfrentamentos na perspectiva de lidar com um dogma, mas

²³ François Vallaey *In*: I Congresso Internacional de Responsabilidade Social Universitária (CIRSU). Por que Responsabilidade Social Universitária? Faculdades Integradas de Taquara - Faccat. Taquara, Rio Grande do Sul, Brasil. maio, 2018.

sim como um novo paradigma, apoiado em boas teorias e na troca de experiências entre nações, instituições e representatividade de organizações.

Podem ser, portanto, estas e outras inquietações, fruto da necessidade de cada um, dos grupos de interesse e da coletividade social em dar *uma resposta que seja socialmente responsável* ao crítico cenário projetado para a educação superior brasileira e para questionamentos atuais sobre a legitimidade da atividade acadêmica, especialmente no caso de nações que custam a alcançar índices mais elevados de desenvolvimento educacional e humano.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Bernardete Martins et al. **Fontes de informação on line nível avançado**: revisão de literatura. Florianópolis, 2012. 69 slides, color. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/ModuloAvancadoPesquisaIntegrativa2011oficial.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. ALRS. **Prêmio de Responsabilidade Social**. Disponível em: <www2.al.rs.gov.br/premios/ResponsabilidadeSocial/tabid/6410/Default.aspx>. Acesso em: 28. jul. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. ALRS. **Edital do Prêmio de Responsabilidade Social 2017**. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2017/Edital2017.pdf>. Acesso em: 29. jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **Norma Brasileira NBR - ISO 26000 - Diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010.

BANCO MUNDIAL. *Public Sector Roles in Strengthening Corporate Social Responsibility: a baseline study*. Washington, out., 2002. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/284431468340215496/pdf/346550CSR1CSR1interior.pdf>>. Acesso em : 22. dez. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp., 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 1, p. 361 - 390, abr.-jun., 2015.

BASTOS, Fernando Clemente Cunha. **Responsabilidade Social Universitária sob o enfoque do modelo de Carroll (1991)**. 2017. 166

f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Biguaçu, 2017.

BOEWN, Howard Rothmann. *Social responsibility of the businessman*. New York: Harper & Ro, 1953.

BOYLE, Mary-Ellen. *Walking Our Talk: Business Schools, Legitimacy, and Citizenship*. **Business and Society**. v. 43, n.1, p. 37-68, mar. 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0007650303262638>>. Acesso em: 07. abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica presencial. Brasília-DF: INEP, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. *Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Presencial e a distância. Recredenciamento. Transformação de Organização Acadêmica*. Brasília: INEP/MEC, out., 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017. *Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 nov. 2017, Seção 1, p. 15.

CAIXETA, Juliana Eugênia; SOUSA, Maria do Amparo de. Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 133 -140, jan-jun., 2013.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior. Responsabilidade social das instituições de ensino superior, n.34, ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos34.pdf>>. Acesso em: 09. dez. 2017.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONERI, Heloísa; BORGES, Regilson Maciel. Os *rankings* na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado? **Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf>>. Acesso em: 04. abr. 2018.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando; BORGES, Regilson Maciel. Responsabilidade Social da Educação Superior: mapeamento e tendências temáticas da Produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.66, p. 653-679, jul.-set., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0653.pdf>>. Acesso em: 08. dez. 2017.

CARROLL, Archie B. *A three-dimensional conceptual modelo f corporate social performance*. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, oct.,1979. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/pdf/257850.pdf?refreqid=excelsior%3A2f3dc9b4adfea5a1cbb26babd26d81e3>>. Acesso em: 17. jul. 2017.

CARROLL, Archie B. *The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of corporate stakeholders*. In: **Business Horizons**, v.34, n. 4, p. 39-48, jul./aug., 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000768139190005G>>. Acesso em: 14. jul. 2017.

CLARKSON, Max B. E. *A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance*. **Academy of Management Review**, v.20, n.1, p. 92-117, jan., 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258888?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 14. set. 2017.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Livro Verde. Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, 2001. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/d0c05a_pt.pdf>. Acesso em: 18. nov. 2017.

CRES – Conferência Regional de Educação Superior. Córdoba, 2018. *Ejes temáticos 2018*. Disponível em: <<http://www.cres2018.org/ejes-tematicos>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DEMO, Pedro. **Ciências sociais e qualidade**. São Paulo: ALMED, 1985.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação*. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar., 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf>>. Acesso em: 06. mar. 2018.

DODD JR., E. Merrick. *For whom are corporate managers trustees?* **Harvard Law Review**, v. 45, n. 7, p. 1145-1163, 1932. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=236218>>. Acesso em: 06. jan. 2018.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DURKHEIM, Émile. (1984), **As regras do método sociológico.** 11 ed. São Paulo: Editora Nacional.

FERNÁNDEZ, Carola; DELPIANO, Catalina; DE FERARI, José Manuel. *Responsabilidad Social Universitaria. Una Manera de ser Universidad. Proyecto Universidad Construye País.* Funny: Santiago do Chile, maio, 2006. Disponível em: <http://dspace.utalca.cl/bitstream/1950/10293/1/Responsabilidad%20social%20universitaria.pdf>. Acesso em: 22. out. 2017.

FREEMAN, R. Eduard. **Strategic Management: a stakeholder approach.** Massachusetts: Sage, 1984.

GAETE QUEZADA, Ricardo. *La responsabilidad social universitaria en el modelo de apertura de sedes regionales: el caso de la ciudad de Antofagasta.* **Perfiles educativos**, v.30, n. 120, p. 94-127, jul., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/peredu/v30n120/v30n120a6.pdf>>. Acesso em: 03. mar. 2018.

GAETE QUEZADA, Ricardo. *La Rensponsabilidad Social Universitaria como Política Pública: Un Estudio de Caso.* **Doc. aportes adm. pública gest. estatal**, Santa Fe , n. 22, p. 103-127, jun. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37272014000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08. nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Guia para a elaboração de memórias de sustentabilidade. Versão 4**. Princípios de elaboração de memórias e conteúdos básicos. 2. ed. Tradução em português brasileiro. nov. 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 10. nov. 2017.

GOERGEN, Pedro. Educação superior entre formação e performance. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 809-815, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/10.pdf>>. Acesso em: 17. nov. 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica CGACGIES/DAES nº 16/2017 - Novos Instrumentos de Avaliação Externa: Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância (IAIE); Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância (IACG). Brasília, dez., 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf>. Acesso em: 24. jun. 2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação in loco. Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa. 2ª ed. Diretoria de Avaliação da Educação Superior Brasília, jul., 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/apresentacao/glossario_2edicao_25072018.pdf>. Acesso em: 21. jun. 2018.

JIMÉNEZ, Clara Guijarro; MARTÍNEZ, Antonio Gomera; LÓPEZ, Miguel Antúnez. *Propuesta de indicadores de Responsabilidad Social Universitaria conforme a la Guía G4 del GRI: el caso de la Universidad de Córdoba*, CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 87, p. 103-137, sep., 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323749477_Propuesta_de_indicadores_de_la_Responsabilidad_Social_Universitaria_conforme_a_la

_guia_G4_del_GRI_el_caso_de_la_Universidad_de_Cordoba>. Acesso em: 06. jun. 2018.

KREITLON, Maria Priscilla. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. Curitiba, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-gsa-2651.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GUTIÉRREZ, Maria del Pilar Montes. *La responsabilidad social universitaria em España: propuesta de un modelo de memoria para su verificación*. 2015. 267 f. Doutorado. Facultad de Ciencias Jurídicas Y Sociales. Universidad Rey Juan Carlos, Madri, 2015.

HOLLANDER, Elizabeth; MEEROPOL, Jennifer. “Engagement in teaching and learning.” *In*: PERCY, S.L.; ZIMPHER N.L. BRUKARDT, M.J. Creating a New Kind of University: Institutionalizing Community-University Engagement. Bolton, MA: Anker Publishing, 2006.

IESALC. *Instituto para la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. **Ponências IV Foro Regional RST**. Cartagena de Indias, 2016. Disponível em: <http://iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=3755:ponencias-aprobadas-a-8-de-junio-de-2016&catid=298&Itemid=1461&lang=es>. Acesso em: 23 set. 2016.

IESALC. *Instituto para la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. Documentos ORSALC, 2017. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2863&Itemid=964&lang=es>. Acesso em: jan. 2018.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Diretrizes para Relatórios da Sustentabilidade (GRI) 2002**. maio, 2002. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/diretrizes-para-relatorios-da-sustentabilidade-gri-versao-2002/#.W14MxNVKipo>>. Acesso em 03. fev. 2018.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.** jul., 2013a. Disponível em <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf>. Acesso em 09. jan. 2018.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Glossário de Indicadores.** set., 2013b. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em 12. dez. 2017.

KISZNER, Sabrina de Farias Borba. **Responsabilidade social universitária sob a perspectiva da avaliação institucional: uma análise à luz da gestão integral e transversal em instituições comunitárias de educação superior.** 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Integradas de Taquara - Faccat, Taquara, 2018.

LARRÁN-JORGE, Manuel; ANDRADES-PEÑA, Francisco-Javier. *Análisis de la responsabilidad social universitaria desde diferentes enfoques teóricos.* **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, UNAM-IISUE/Universia, v.6, n.15, p. 91-107, 2015. Disponível em: <<https://www.ries.universia.unam.mx/index.php/ries/article/view/144/572>>. Acesso em: 09. jul. 2017.

LUIZ JUNIOR, José. **Responsabilidade civil por danos ambientais.** Direito Civil, fev., 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1934/Responsabilidade-civil-por-danos-ambientais>>. Acesso em 17 jan. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 225 p. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTÍ NOGUEIRA, Juan José; MARTÍ VILAR, Manuel. *Una década de Responsabilidad Social Universitaria en Iberoamérica.* **Revista**

Española del Tercer Sector. Madri. n. 25, p. 145-162, dec., 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260419502_Una_decada_de_Responsabilidad_Social_Universitaria_en_Iberoamerica>. Acesso em: 28. out. 2017.

NEGLIA, Hilda Zoraida Baca. *La responsabilidad social universitaria: propuesta conceptual y medición en el ámbito de una universidad privada de Lima – Perú.* 2015. 286 f. Doutorado. Universidad de Sevilla, Sevilla, 2015.

NONGXA, Loyiso. An (engaged) response to Hall's paper: Community engagement in South Africa higher education. *In:* S. A. Education, Community Engagement in South Africa Higher Education, p. 53-67. Pretoria: Council on Higher Education, jan., 2010.

NUNES, Enedina B. L. de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade Social Universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, Campinas;Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 165 - 177, mar., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n1/1982-5765-aval-22-01-00165.pdf>>. Acesso em: 04. abr. 2018.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.** Paris, 2000. Disponível em: <<https://www.oecd.org/corporate/mne/38110590.pdf>>. Acesso em 21. jan. 2018.

OGIEN, Ruwen. Responsabilidade: Podemos fugir às nossas responsabilidades? **Café Philo: as grandes indagações da filosofia.** Ed. Lê Nouvel Observateur; Tradução Procópio Abreu; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ORSALC – Observatorio Regional de Responsabilidad Social para America Latina y el Caribe. **Tendencias ORSALC 2016.** Disponível em: < www.iesalc.unesco.org.ve/documents/TendenciasORSALC.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

ORSIES - Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior. **Livro verde sobre responsabilidade social e**

instituições de ensino superior. [S. l.], mar., 2018. Disponível em: <<http://orsies.forum.pt/#Livro>>. Acesso em: 10. jun. 2018.

PERU. **Lei nº 30220, 03 de julho, 2014.** *Ley Universitaria.* Ministerio de Educación, 2014. Disponível em: <http://www.minedu.gob.pe/reforma-universitaria/pdf/ley_universitaria.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **Responsabilidade Social Universitária e a Formação Cidadã.** 2013. 164 f. Doutorado (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000.** Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS, para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%2011.440.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.186, de 23 de junho de 2009.** Altera a Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que cria o Certificado Responsabilidade Social - RS, para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadu>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.900, de 9 de janeiro de 2012.** Altera a Lei n.º 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que cria o Certificado Responsabilidade Social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadu>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Prêmio de Responsabilidade Social :15 edições.** Organização: Divisão de Prêmios. 51 p., Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Instituições de Ensino Superior Premiadas 2004 - 2017**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2017/pesquisa.asp?txtAno=2017&txtCategoria=5&txtTipo=3>>. Acesso em: 04. jun. 2018.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 9, n. 1, p. 179-183, mar., 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1262/1252>>. Acesso em: 22. fev. 2018.

RISTOFF, Dilvo Ilvo; GIOLO, Jaime. *O SINAES como Sistema*. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez., 2006. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106>>. Acesso em: 09. mar. 2018.

ROSSETO, Marcia Regina Chrispim Alvares. **Instituições de Ensino Superior e Responsabilidade Social: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira**. 2011. 342 f. Doutorado. (Doutorado em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Wagner Souza dos; FREIRE, Patricia de Sá. *Analisis comparada de las discusiones sobre Responsabilidad Social Universitaria en los paises de America Latina a la luz de la ley del sistema nacional de evaluacion de la educacion superior en el Brasil*. In: V Foro ORSALC de Responsabilidad Social Territorial, 2017, Lima. **Anais...** Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2017.

SANTOS, Wagner Souza dos; FREIRE, Patricia de Sá; ROTTA, Liane Nanci. Identificação de temáticas contemporâneas sobre Responsabilidade Social Universitária e sua relação com o contexto das universidades brasileiras. In: 3º Simpósio da Avaliação da Educação Superior - AVALIES. Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina (INPEAU/UFSC). **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SCHWARTZ, Mark S.; CARROLL, Archie B. *Corporate Social Responsibility: A Three-Domain Approach*. **Business Ethics Quarterly**, v.13, n.4, p. 503-530, 2003.

SCHWARTZ, Mark S.; CARROLL, Archie B. *Integrating and unifying competing and complementary frameworks: the search for a common core in the business and society field*. **Business & Society**, v.20, n.10, p. 1-39, 2008.

SILVA, Carmen Luiza da. **Responsabilidade Social nas Universidades Brasileiras: autonomia ou adequação?** 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2a. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, jan.-mar., p. 181-188, 1962. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/notas2.html>>. Acesso em: 14. out. 2017.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Conferencia mundial sobre la educación superior – 2009: la nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo*. Paris, 2009. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/viewArticle/20402>>. Acesso em 22 jul. 2017.

URSULA - União de Responsabilidade Social para Latinoamérica. *Declaración URSULA* - Português. Santiago do Chile, 2016. Disponível em: <<http://unionursula.org/declaracion-ursula/declaracion-ursula-português>>. Acesso em: 07. jan. 2018.

VALLAEYS, François; DE LA CRUZ, Cristina; SASIA, Pedro M. *Responsabilidad Social Universitaria. Manual de Primeros Pasos*. Banco Interamericano de Desarrollo, 2009. McGraw Hill Interamericana: México, D.F., feb. 2009. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/245/Responsabili>>

dad%20social%20universitaria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22. dez. 2017.

VALLAEYS, François. *Responsabilidad Social Universitaria: hacia un concepto maduro para su gestión institucional*. Seminário Responsabilidad Social Universitária: Avances en el Ámbito Nacional e Internacional. Organizado por Universidad Construye País, 2006.

VALLAEYS, François. *Responsabilidad Social Universitaria: Una nueva filosofía de gestión ética y inteligente para las universidades*. In: El movimiento de responsabilidad social de la Universidad: una comprensión novedosa de la misión universitária. Educación Superior y Sociedad. IESALC, UNESCO, p. 193-220, sep., 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001820/182067s.pdf#nameddest=182170>>. Acesso em: 12. fev. 2018.

VALLAEYS, François. *La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo universitario contra la mercantilización*. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, vol. 5, n. 12, p. 105-117, jan., 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ries/v5n12/v5n12a6.pdf>>. Acesso em: 14. fev. 2018.

VALLAEYS, François et al. *Diseño e Implementación del Sistema de Responsabilidad Social (Extensión Universitária y Proyección Social) para Universidades*. Universidad del Pacífico - ProCalidad, Lima, 2018.

VÉLEZ, Ana Luisa López. *Propuesta de modelo de evaluación de la Innovación Social Universitaria Responsable (ISUR)*. **Estudios sobre Educación**, vol. 30, p. 71-93, 2016. Disponível em: <<https://www.unav.edu/publicaciones/revistas/index.php/estudios-sobre-educacion/issue/view/154>>. Acesso em: 04. mar. 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

ZENISEK, Thomas J. *Corporate social responsibility: a conceptualization based on organizational literature*. **Academy of Management Review**, v4, n.3, p. 359-368, jul., 1979. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/257192?seq=1#page_scan_tab_contents>.
Acesso em: 09. out. 2017.

APÊNDICE A - BALANÇO SOCIAL PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO - 2017

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome da instituição
- 1.2 Natureza jurídica da instituição
- 1.3 Isenta de cota patronal do INSS?
- 1.4 Possui certificado de entidade beneficente de assistência social? Caso afirmativo, qual o ministério certificador? Cite o ato legal.
- 1.5 Possui reconhecimento de utilidade pública? Federal, estadual ou municipal?
- 1.6 Possui certificado como OSCIP (Lei nº 9.790/99)?
- 1.7 Endereço
- 1.8 CNPJ
- 1.9 Senha de acesso ao sistema
- 1.10 Nome da pessoa de contato
- 1.11 Nome do dirigente máximo da instituição
- 1.12 Nome do profissional contábil
- 1.13 Número de registro no CRC/RS
- 1.14 Nome do responsável pela inscrição da organização
- 1.15 Data de fundação
- 1.16 Breve histórico
- 1.17 Área de atuação
- 1.18 Outros dados

2. ORIGEM DOS RECURSOS 2015/2016

- 2.1 Receitas totais
 - 2.1.1 Receitas próprias (prestação de serviços e/ou venda de produtos)
 - 2.1.2 Recursos governamentais recebidos
 - 2.1.3 Doações de Pessoas Jurídicas
 - 2.1.4 Doações de Pessoas Físicas
 - 2.1.5 Contribuições
 - 2.1.6 Patrocínios
 - 2.1.7 Cooperação internacional
 - 2.1.8 Outras receitas

3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS 2015/2016

- 3.1 Despesas totais
 - 3.1.1 Projetos, programas e ações sociais
 - 3.1.2 Pessoal (salários + benefícios + encargos)

- 3.1.3 Despesas operacionais (exceto pessoal)
- 3.1.4 Despesas com impostos e taxas
- 3.1.5 Despesas financeiras
- 3.1.6 Outras despesas
- 3.1.7 Investimentos em bens de capital

4. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – 2015/2016

- 4.1 Ações e benefícios para os funcionários
 - 4.1.1 Alimentação
 - 4.1.2 Educação
 - 4.1.3 Capacitação e desenvolvimento profissional
 - 4.1.4 Creche ou auxílio-creche
 - 4.1.5 Saúde, segurança e higiene no trabalho
 - 4.1.6 Transporte
 - 4.1.7 Bolsas/Estágios
 - 4.1.8 Outros benefícios
 - 4.1.9 Participação nos resultados (somente para entidades governamentais).

5. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – 2015/2016

- 5.1 Projetos, ações e benefícios para a sociedade
 - 5.1.1 Segurança alimentar/Combate à fome
 - 5.1.2 Educação popular/Alfabetização
 - 5.1.3 Saúde e saneamento
 - 5.1.4 Esporte, cultura e lazer
 - 5.1.5 Combate à violência
 - 5.1.6 Educação Infantil/Creches Comunitárias
 - 5.1.7 Geração de emprego e renda
 - 5.1.8 Inclusão digital
 - 5.1.9 Outros

6. INDICADORES SOBRE O CORPO FUNCIONAL 2015/2016

- 6.1 Dados gerais
 - 6.1.1 Admissões no período
 - 6.1.2 Demissões no período
 - 6.1.3 Total de funcionários no final do exercício por faixa etária
 - 6.1.4 Pessoas com Deficiência (PCD)
 - 6.1.5 Aposentados
 - 6.1.6 Estagiários
 - 6.1.7 Total de trabalhadores terceirizados no final do exercício

- 6.1.8 Total de trabalhadores autônomos no final do exercício
- 6.1.9 Percentual de ocupantes de cargos de chefia por gênero
- 6.1.10 Acidentes de trabalho
- 6.1.11 Multas trabalhistas (quantidade)
- 6.2 Qualificação do corpo funcional
 - 6.2.1 Pós-graduados
 - 6.2.2 Graduados
 - 6.2.3 Graduandos
 - 6.2.4 Ensino Médio Completo
 - 6.2.5 Ensino Fundamental
 - 6.2.6 Ensino Fundamental Incompleto
 - 6.2.7 Não Alfabetizados
- 6.3 Total de horas investidas em qualificação e treinamento

7. AÇÕES AMBIENTAIS 2015/2016

- 7.1 Valor investido em meio ambiente/Desenvolvimento sustentável
 - 7.1.1 Valor dos investimentos e gastos com manutenção, nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente
 - 7.1.2 Valor dos gastos com preservação e/ou recuperação dos ambientes degradados
 - 7.1.3 Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos, administradores da entidade/ organização
 - 7.1.4 Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
 - 7.1.5 Investimentos e gastos com educação ambiental em outros projetos ambientais
 - 7.1.6 Outros investimentos
- 7.2 Multas e indenizações pagas por infração à legislação ambiental
- 7.3 Descrever quantidade de infração à legislação ambiental, bem como as ações corretivas decorrentes

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO BALANÇO SOCIAL UTILIZADO PELO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2017

INDICADORES COMPLEMENTARES DO BALANÇO - ano de 2016

▸ GERAL

1. Possui código de ética divulgado para três ou mais dos seguintes públicos de interesse: comunidade, público interno, poder público, fornecedores e clientes:

| Sim

| Não

Em caso de afirmativo, explique como é feita a divulgação:

2. Em relação aos canais de relacionamento formais, a organização:

| Possui canais de relacionamento formais com menos de três dos seguintes públicos de interesse: comunidade, público interno, poder público, fornecedores e clientes.

| Possui canais de relacionamento formais com três ou mais dos seguintes públicos de interesse: comunidade, público interno, poder público, fornecedores e clientes.

| Possui canais de comunicação direta(cafê-da-manhã com presidente, gestores, ouvidoria interna, canais de relacionamento com gestores através da internet, seminários com fornecedores e parceiros, 0800, etc).

3. Em relação a certificações de qualidade, ambiental e social, a organização:

| Não possui certificação e não tem nenhum processo em andamento.

Não possui certificação, mas possui processo em andamento.

Possui certificações de qualidade do produto/serviço (ISO 9000, PGQP e similares).

Possui certificações ambientais (ISO 14000 e similares).

Possui certificações sociais (OHSAS 18000, SA8000, BS8800, NBR 16001 e similares).

▪ EM RELAÇÃO AO PÚBLICO INTERNO

4. A empresa possui programas de participação nos resultados extensivo a todos os colaboradores:

Sim

Não

Em caso de afirmativo, explicar sinteticamente os critérios de participação nos resultados:

5. Possui práticas de promoção da diversidade para grupos pouco representados na sociedade/organização, como programas de contratação de portadores de deficiência e outros grupos minoritários.

Sim

Não

Em caso de afirmativo, exemplificar quais as principais práticas e resultados obtidos:

6. Realiza práticas de desenvolvimento e capacitação profissional:

Não realiza tal prática.

Extensivo a todos os funcionários.

Por meio de cursos e treinamentos de curta duração.

Investindo em bolsas para educação formal (ensino fundamental, médio, ensino superior e pós-graduação) e línguas estrangeiras até 50% do valor total.

Investindo em bolsas para educação formal (ensino fundamental, médio, ensino superior e pós-graduação) e línguas estrangeiras até 75% do valor total.

Investindo em bolsas para educação formal (ensino fundamental, médio, ensino superior e pós-graduação) e línguas estrangeiras até 100% do valor total.

7. A organização possui programa de saúde, segurança e condições de trabalho que:

Atende aos programas de saúde e segurança estabelecidos por lei (NRs).

Realiza constantemente campanhas de conscientização e oferece informações relevantes sobre saúde e segurança dos colaboradores.

Promove programas de qualidade de vida dos trabalhadores com ações sistemáticas (ginástica laboral, espaços de convivência, espaços para descanso, estudos ergonômicos, etc).

Realiza pesquisa organizacional visando desenvolver ações de melhoria nas condições de trabalho.

Realiza gestão participativa dos trabalhadores no processo de melhoria das condições de trabalho.

Possui políticas que equilibrem as atividades profissional e familiar.

8. Oferece benefícios que incluem:

Não oferece benefícios.

Planos de saúde ou centros de atendimento de saúde aos colaboradores.

Ações extensivas à família do colaborador: plano de saúde familiar, orientação sobre prevenção de doenças, divulgação de campanhas de vacinação, etc.

Atividades de cultura, esporte e lazer.

Quando precisa realizar demissões, oferece serviços de apoio, como recolocação profissional, recapacitação e extensão de benefícios a todos os trabalhadores demitidos.

Programa de previdência privada, na qual contribui paritariamente com o colaborador.

• EM RELAÇÃO À COMUNIDADE**9. Em sua ação voltada à comunidade, a empresa:**

Não realiza tal prática.

Realiza ações sociais pontuais sem foco definido.

Realiza ações sociais sistemáticas em projetos específicos e com foco.

Desenvolve novas metodologias e práticas exemplares entre instituições sociais, poder público e iniciativa privada ou o apoio com recursos financeiros ou humanos na elaboração, aperfeiçoamento e execução de políticas públicas universais.

10. Quanto à estrutura de suporte à ação social, a organização:

Não possui estrutura nem orçamento voltado a este fim.

| Não possui orçamento definido.

| Possui dotação orçamentária anual estável.

| Possui equipe parcialmente alocada de setores da empresa, como RH, Relações Institucionais, Marketing e outros.

| Possui Fundação ou Instituto.

11. A organização desenvolve ações de estímulo ao voluntariado com as seguintes características:

| Não realiza.

| Permite o uso de recursos da organização (financeiros, produtos, dependências, etc) para a realização do trabalho.

| Permite uso do horário de trabalho do colaborador para realização do trabalho voluntário.

▪ **EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

12. A organização:

| Não desenvolve ações de qualquer natureza voltadas ao meio ambiente.

| Realiza coleta seletiva de lixo.

| Desenvolve e aperfeiçoa os processos que gerem economia no consumo de papel, energia, combustíveis fósseis e água.

| Realiza ações que visem a educação ambiental, para funcionários e familiares.

13. Possui Sistemas de Gestão Ambiental com as seguintes características:

Não possui Sistemas de Gestão Ambiental .

Possui identificação de riscos ambientais.

Possui orçamento definido para ações de minimização de impactos ambientais.

Possui planos de ação e metas.

Possui processos de medição e avaliação do impacto do produto no meio ambiente.

Possui auditoria externa.

▪ EM RELAÇÃO AOS FORNECEDORES

14. Estabelece critérios de responsabilidade social para a seleção de fornecedores que incluem uma ou mais das seguintes questões:

Não possui critérios desse tipo para seleção de fornecedores.

Ambiental.

Mão-de-obra infantil.

Legislação Trabalhista e Previdenciária.

Atuação na comunidade.

15. Estimula fornecedores a desenvolverem ações sociais próprias ou em conjunto com a própria organização.

Sim

| Não

Em caso de afirmativo, quais as políticas de estímulo?:

▸ **EM RELAÇÃO AOS CLIENTES / CONSUMIDORES**

16. Possui política de respeito à privacidade de clientes/consumidores.

| Sim

| Não

17. Utiliza os canais de comunicação como forma de aperfeiçoar suas atividades, produtos e serviços.

| Contato direto com vendedor.

| Realiza pesquisas de satisfação.

| Call Center.

| Internet.

18. Adota princípios de respeito à preservação da saúde de seus consumidores, pesquisando e divulgando danos potenciais que seus produtos possam causar e medidas corretivas.

| Sim

| Não

APÊNDICE C – EXEMPLO DE CÁLCULO DA NOSTA DE INDICADORES QUANTITATIVOS DO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL – DADOS DE 2017, SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Cálculo do Indicador “Investimento em Cidadania”

Entidade	Receitas Totais (2.1)	Ações Sociais (3.1.1)
Instituição AAA	R\$ 262.713.469,71	R\$ 65.755.878,50
Instituição EEE	R\$ 151.476.919,00	R\$ 27.630.572,00
Instituição III	R\$ 317.863.292,44	R\$ 70.941.047,98
Instituição RRR	R\$ 23.480.066,75	R\$ 2.998,78
Instituição YYY	R\$ 442.003.000,00	R\$ 8.400.000,00
Instituição ZZZ	R\$ 282.937.000,00	R\$ 26.000,00

Indicador = Ações Sociais / Receitas Totais

Instituição AAA

Indicador = 65.755.878,50 / 262.713.469,71

Indicador = 0,2502950403

Repete-se o cálculo para cada Instituição, onde se tem:

Instituição	Indicador
Instituição AAA	0,2502950403
Instituição EEE	0,1824078030
Instituição III	0,2231810016
Instituição RRR	0,0001277160
Instituição YYY	0,0190043959
Instituição ZZZ	0,0000918932

Calcula-se a Média e o Desvio Padrão:

Instituição AAA	0,2502950403
Instituição EEE	0,1824078030
Instituição III	0,2231810016
Instituição RRR	0,0001277160
Instituição YYY	0,0190043959
Instituição ZZZ	0,0000918932
Média	0,1125179750
Desvio Padrão	0,1184309055

Calcula-se o número de desvios padrão para cada instituição:

$$\text{Desvios} = (\text{Indicador} - \text{Média}) / \text{Desvio Padrão}$$

Instituição AAA

$$\text{Desvios} = (0,2502950403 - 0,1125179750) / 0,1184309055$$

$$\text{Desvios} = 0,1377770650 / 0,1184309055$$

$$\text{Desvios} = 1,16335398$$

Repete-se o cálculo para cada Instituição, onde se tem:

Instituição	Desvios Padrão
Instituição AAA	1,16335398
Instituição EEE	0,59013167
Instituição III	0,93441004
Instituição RRR	-0,94899434
Instituição YYY	-0,78960453
Instituição ZZZ	-0,94929682

*Calcula-se então a **Pontuação Absoluta**:*

Pontuação Absoluta = Distribuição Normal (Desvios)

Instituição	Desvios Padrão	Pontuação Absoluta
Instituição AAA	1,16335398	0,877657044
Instituição EEE	0,59013167	0,722448811
Instituição III	0,93441004	0,824953788
Instituição RRR	-0,94899434	0,171311745
Instituição YYY	-0,78960453	0,214879382
Instituição ZZZ	-0,94929682	0,171234836

*Calcula-se então a **Pontuação Ponderada do indicador**:*

Pontuação Ponderada = Pontuação Absoluta x (Peso / 100)

Instituição AAA

Pontuação Ponderada = **0,877657044** x (30 / 100)

Pontuação Ponderada = **0,877657044** x 0,30

Pontuação Ponderada = 0,263297113

Repetindo-se para cada Instituição de Ensino Superior, se tem:

Instituição	Pontuação Absoluta	Pontuação Ponderada
Instituição AAA	0,877657044	0,263297113
Instituição EEE	0,722448811	0,216734643
Instituição III	0,824953788	0,247486137
Instituição RRR	0,171311745	0,051393524
Instituição YYY	0,214879382	0,064463815
Instituição ZZZ	0,171234836	0,051370451

Basta, então, repetir o processo para cada um dos indicadores e contraindicadores quantitativos do Balanço Social para obter-se a nota equivalente a 40% da nota do Balanço Social.

Totais calculados por indicador para a *Instituição AAA*

Indicador	Pontuação Ponderada
Investimento em Cidadania	0,2632970915
Geração de Emprego	0,1521138164
Investimento em Meio Ambiente	0,0448558397
Benefícios Sociais	0,0192867681
Diversidade	0,0175877856
Saúde, Segurança e Higiene	0,0343687778
Capacitação Profissional	0,0223432494
---	---
Acidentes de Trabalho	-0,0356064773
Multas Trabalhistas	0,0000000000
Autuações em Meio Ambiente	0,0000000000
TOTAL	0,5182468512

Por fim, aplica-se o peso respectivo para obter-se a nota final dos indicadores quantitativos do Balanço Social.

Instituição AAA

NF dos Indicadores Quantitativos do BS = 0,5182468512 x 40

NF dos Indicadores Quantitativos do BS = **20,729874048**

APÊNDICE D – EXEMPLO DE CÁLCULO DA NOSTA DE INDICADORES COMPLEMENTARES DO BALANÇO SOCIAL NO PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL – DADOS DE 2017, SEGMENTO INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- As entidades, de acordo com a categoria, respondem a um questionário de 16 ou 18 questões.
- O peso de cada questão é variável, sendo que algumas questões valem 2 pontos e outras valem 10 pontos.
- A soma das notas máximas de cada questão é igual a 100.
- O sistema atribui a nota automaticamente a cada questão de acordo com a resposta informada.
- As notas então são somadas e após é aplicado o peso correspondente aos Indicadores Complementares (60%).

Instituição AAA

	Nota	Máximo
Questão 1	0	4
Questão 2	4	4
Questão 3	2	7
Questão 4	0	2
Questão 5	2	2
Questão 6	7	9
Questão 7	8	10
Questão 8	3	7
Questão 9	8	8
Questão 10	0	10
Questão 11	5	5
Questão 12	7	7
Questão 13	7	9
Questão 14	1	4

Questão 15	0	2
Questão 16	0	3
Questão 17	3	4
Questão 18	3	3
Total =	60	100

Por fim, basta aplicar o peso respectivo para obter-se a nota final dos indicadores complementares do Balanço Social.

Instituição AAA

- **NF dos Indicadores Complementares do BS =**
 $(60 / 100) \times 60$
- **NF dos Indicadores Complementares do BS = 36**

Assim, o cálculo da nota final BALANÇO SOCIAL é dada pela soma dos valores obtidos:

- **Nota Ponderada dos Indicadores Quantitativos**
- **Nota Ponderada dos Indicadores Complementares**

Instituição AAA

$$\text{NF do BS} = 20,729874048 + 36$$

$$\text{NF do BS} = 56,729874048$$

ANEXO I –BIBLIOMETRIA FEITA PELA REVISÃO DE LITERATURA DE ARIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS EM 2015 E 2016 – INDEXADORES DA BASE SCOPUS

Autor(es)	Título / (ano)	Objetivo	Procedimentos Metodológicos	Principais resultados
González-Rodríguez, M.R., Díaz Fernández, M.C., Simonetti, B.	Corporate Social Responsibility perception versus human values: a structural equation modeling approach (2016)	Apontar novos conhecimentos na relação entre valores humanos básicos e a percepção sobre Responsabilidade Social Corporativa (CSR), a partir de uma iniciativa social realizada por uma companhia	Propõe um modelo de componente hierárquico de análise, incluindo a variável gênero, para verificar uma possível influência na percepção sobre CSR	Valores humanos influenciam na percepção sobre CSR, a força desses relacionamentos e a importância de analisar seu efeito moderador para controle da heterogeneidade
Sánchez-Hernández, M.I., Mainardes, E.W.	University social responsibility: a student base analysis in Brazil (2016)	Análise, a partir de um quadro que envolve os alunos, para testar se Instituições de Ensino Superior trabalham em uma perspectiva de longo prazo para envolver em sua	Revisão da literatura e seleção de indicadores relacionados ao construto de Responsabilidade Social Universitária e para desenvolvimento de	Constatada relação entre as hipóteses do modelo conceitual abordado e a realidade de aplicação do estudo. Apontamento de sugestões de pesquisa para o campo de estudo

		estratégia os grupos de interesse, em especial, seus estudantes, para ser capaz de otimizar o seu impacto positivo na sociedade e também para reduzir o impacto negativo, se necessário.	um modelo estrutural apto a explicar a relação de causalidade com a satisfação dos alunos. Análise estatística em uma amostra de 392 estudantes em cursos da área de Gestão de Negócios	
Vázquez, J.L., Aza, C.L., Lanero, A.	University social responsibility as antecedent of students' satisfaction (2016)	Examinar que fatores influenciam na satisfação de estudantes de educação superior durante o período em que são usuários desse “serviço”, utilizando um modelo de Responsabilidade Social Universitária como referência	Análise do impacto sobre a Universidade relacionado ao ponto de vista dos estudantes sobre USR; levantamento de análise estatística a partir da resposta de 400 estudantes da Universidade de León, na Espanha	A percepção geral sobre USR é um fator determinante para a satisfação dos estudantes. Necessidade de aprimorar estratégias de marketing para entender as expectativas dos estudantes, atraí-los e mantê-los, além de melhorar seu nível de satisfação, por meio de um modelo de USR alinhado com a estrutura, processos, procedimentos, missão e visão

				universitária
Calderón, A.I., Gomes, C.F., Borges, R.M	Social responsibility of higher education: Mapping and thematic tendencies of Brazilian scientific production (1990-2011) (2016)	Analisar a produção científica sobre Responsabilidade Social na Educação Superior (RSES), a partir de teses e dissertações defendidas no Brasil entre 1990 e 2011	Estudo bibliográfico do tipo estado da arte	Descoberta de que o tema RSES é essencialmente multidisciplinar, desafiando a maior parte dos programas de pós-graduação em administração e em educação, especialmente estudos sobre gestão universitária.
Del Rosario Gonzálezrodríguez, M., Del Carmen Díazfernández, M., Spers, V.R.E., Da Silva Leite, M.	Relation between background variables, values and corporate social responsibility (2016)	Trazer novos conhecimentos a respeito relação entre valores humanos básicos e da percepção do público sobre CSR	Aplicação de questionário e análise estatística de dados com estudantes espanhóis de Ciências Sociais.	Circunstâncias sociais, econômicas e educacionais influenciam os valores humanos que, por sua vez, influenciam a percepção sobre CSR. A relevância dos estudos estaria no fato de que as companhias poderiam obter um melhor entendimento sobre como alguns grupos percebem suas iniciativas em CSR. Sugere que universidades poderiam incluir nos

				currículos que formarão líderes sociais e administradores, a importância de integração entre valores humanos e CSR
Ruiz-Corbella, M., Ruiz, M.J.B.-C.	University's social responsibility at Spanish universities [La 166spanola166ad166dad social en la 166spanola166ad166spanola] (2016)	Revisão de 4 áreas chave na educação superior, a partir da conceituação de USR, derivada da implementação dos conceitos de CSR: treinamento, pesquisa, administração e participação social	Estudo descritivo	Conclusão de que a despeito da relevância do tema percebida por parte dos administradores das instituições, o tema não está consolidado, embora tenha se mantido em foco ao longo de algum tempo. Sua inserção como parte de um modelo de avaliação, poderá tornar-se um fator chave para as universidades, como um sinal de sua capacidade em responder à sociedade
Albareda Tiana, S., Alférez Villarreal, A.	A collaborative programme in sustainability and social responsibility (2016)	Coletar estratégias metodológicas usadas no treinamento de futuros professores para desenvolver competências em	Análise qualitativa de questionários e de resultados acadêmicos finais dos estudantes. Foi apontada uma	O trabalho apóia no esclarecimento sobre como competências em SSR podem ser desenvolvidas em um determinado local, no

		Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SSR)	restrição metodológica pelo fato do estudo ter sido aplicado restrito a um único ano acadêmico	contexto da vida real.
Mitrany, V.O., Peón, L.C.	Integral formation of student and continuous formation of professors in Cuban higher education: A role for universitysocial responsibility (USR) (2015)	Investigar formas de treinamento de professores e alunos a partir de USR, como contribuição para alcançar um modelo ideal no corpo professorado e estudantil	Estudo descritivo, revisão de literatura	Apontamentos sobre a necessidade de formação ética, socialmente responsável e afetiva demandada pelos atores
Hart, T.A., Fox, C.J., Ede, K.F., Korstad, J.	Do, but don't tell: The search for social responsibility and sustainability in the websites of the top-100 US MBA programs (2015)	Investigar o grau com que escolas de negócios, em especial, programas de MBA, tem desenvolvido centros e programas focados especificamente em Responsabilidade Social e Responsabilidade	Estudo a partir da análise dos web sites das instituições, com coleta, análise e categorização de informações	Escolas do primeiro e do último quartis são mais propensas a ter programas e centros acadêmicos voltados para CSRS. Pouquíssimos programas de MBA em tempo integral promovem seu CSRS em seu site principal

		Social e Sustentabilidade Corporativa (CSRS) e como os divulgam em seus web sites.		
Khasawneh, S., Al-Zawahreh, A.	Future business leaders and corporate social responsibility in Jordan: A sustainable competitive approach in the 21 st century (2015)	Examinar comportamentos de estudantes de negócios a respeito de Responsabilidade Social Corporativa (CSR)	Aplicação de um questionário de 13 itens para uma amostra aleatória de 211 estudantes da área de negócios	Estudantes analisados têm um forte comportamento relacionado à CSR, como a visão de que se essa se constitui como uma base efetiva para competição no mercado de trabalho

Fonte: Santos, Freire e Rotta (2017)

ANEXO II –RELAÇÃO NOMINAL DAS IES CERTIFICADAS PELO PRS-ALRS NAS DEZ ÚLTIMAS EDIÇÕES (2008-2017), COM DESTAQUE PARA AS IES QUE RECEBERAM MEDALHA E PARA AS VENCEDORAS DO TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL

Legenda: **IES Medalhada** **IES Vencedora do Troféu RS**

Edição	Razão Social
2008	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC
	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE
	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS
	FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-FURI
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
2009	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL – APESC
	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE
	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO

	RIO GRANDE DO SUL
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS
	FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FURI
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
2010	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC
	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
	FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FURI
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2011	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2012	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC

	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2013	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL
	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2014	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL
	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS - UNIRITTER
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	INSPETORIA SALESIANA SAO PIO X/FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO - SETREM
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIVERSIDADE FEEVALE	
2015	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL

	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
	INSPETORIA SALESIANA SAO PIO X/FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE
	SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO - SETREM
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2016	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
	SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO - SETREM
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE
2017	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL
	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – FIDENE
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
	UNIVERSIDADE FEEVALE